



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Tecnologia
Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo



SOBRE A REQUALIFICAÇÃO DE
PRAÇAS NO CENTRO HISTÓRICO
DE JOÃO PESSOA: UM
PANORAMA DAS AÇÕES ENTRE
AS DÉCADAS DE 1980 E 2010





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ANNE CAMILA CESAR SILVA

**SOBRE A REQUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS NO CENTRO HISTÓRICO
DE JOÃO PESSOA: UM PANORAMA DAS AÇÕES ENTRE AS
DÉCADAS DE 1980 E 2010**

**João Pessoa – PB,
Novembro /2014**

ANNE CAMILA CESAR SILVA

**SOBRE A REQUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS NO CENTRO HISTÓRICO
DE JOÃO PESSOA: UM PANORAMA DAS AÇÕES ENTRE AS
DÉCADAS DE 1980 E 2010**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre na área de Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Maria Berthilde Moura Filha

**João Pessoa – PB,
Novembro /2014**

S586s Silva, Anne Camila Cesar.

Sobre a requalificação de praças no Centro Histórico de João Pessoa: um panorama das ações entre as décadas de 1980 e 2010 / Anne Camila Cesar Silva.- João Pessoa, 2014.

161f. : il.

Orientadora: Maria Berthilde Moura Filha

UFPB/BC

CDU: 72+711(043)

ANNE CAMILA CESAR SILVA

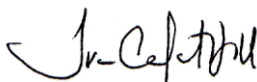
**SOBRE A REQUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS NO CENTRO HISTÓRICO
DE JOÃO PESSOA: UM PANORAMA DAS AÇÕES ENTRE AS
DÉCADAS DE 1980 E 2010**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em etapa de qualificação no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



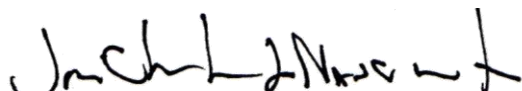
Prof.ª. Dr.ª. Maria Berthilde Moura Filha
Orientadora
Universidade Federal da Paraíba



Prof.º. Dr.º. Ivan Cavalcanti
Examinador Interno
Universidade Federal da Paraíba



Prof.º. Dr.º. Marcio Cotrim
Examinador Interno
Universidade Federal da Paraíba



Prof.º. Dr.º. José Clewton
Examinador Externo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**João Pessoa – PB,
Novembro /2014**

*“Totus tuus ego sum et omnia mea tua sunt.
Accipio te in mea omnia.
Praebe mihi cor tuum, Maria”.*

(São Luis Maria Grignion de Montfort)

AGRADECIMENTOS

A Maria Berthilde Moura Filha, pelo seu grande exemplo de mulher, de filha, de profissional. Pela amizade, pelos risos, pelos puxões de orelha, pelas partilhas e por acreditar em mim.

A Ivan Cavalcanti, pela docilidade, cuidado, seriedade e responsabilidade, demonstradas não somente no âmbito profissional, mas humano também.

A Márcio Cotrim e Clewton Nascimento, pelas excelentes dicas e contribuições com este trabalho. Pelo trato sem distinção, tornando-se modelos de que tipo de mestre devo ser.

A Sinval, pela disponibilidade e simpatia peculiar e constantes.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho: Biblioteca IPHAN da Paraíba e de Pernambuco, Arquivo Eclesial da Paraíba, Comissão do Centro Histórico na pessoa de Alvarez, funcionários do IHGP.

A Denise Lemos, por sua amizade e resignação sem fim.

Aos meus amigos que tão pacientemente suportaram minhas ausências e demais deficiências por cinco ano de graduação e por mais dois anos de pós-graduação. Obrigada por não desistirem de mim e continuarem a me amar.

Aos meus pais, Angela e Carlos, por confiarem nas minhas decisões, apostarem em mim e por permanentemente se sacrificarem por minha felicidade.

A minha irmã, meu eterno bebê, Carlinha, por ser minha melhor amiga, meu ombro consolador, meu rochedo nas tempestades do caminho, prova do Amor de Deus por mim.

A todos que não se sentiram amados suficientemente por mim ou que eu não fui capaz de amar, àqueles com quem falhei, ou faltei no momento mais necessário. Àqueles que se sentiram esquecidos e abandonados pelo mundo. Aos desprezados, eu dedico.

A Virgem Maria, a quem consagrei este trabalho e que em nenhum momento deixou de me valer, junto com São José.

A Sagrada Família, por ser a certeza nas minhas incertezas.

A Deus, que não me abandonou nas minhas fraquezas e misérias, que me honrou ainda que eu não merecesse, ou percebesse.

RESUMO

O objeto empírico deste estudo são as requalificações realizadas em praças do Centro Histórico da cidade de João Pessoa. Para tanto, será considerado como limite geográfico o perímetro de tombamento estabelecido pelo IPHAN, em 2007, que abarca treze praças, das quais, seis serão utilizadas como amostragem da “forma de se pensar” intervenção nas décadas aqui pretendidas: 1980 a 2010. Destacamos assim, em primeiro momento as requalificações impelidas a Praça São Francisco e Praça Dom Adauto, entre as décadas de 1980 a 1990; em seguida a Praça Antenor Navarro, entre 1990-2000, e por fim, nos anos 2000, a Praça Rio Branco, Praça Vidal de Negreiros e Praça Venâncio Neiva. A repercussão de cada ação nestes espaços livres públicos enfatiza não apenas a importância de cada qual, mas também evidencia processos, nos quais acreditamos sistematizar esta tal “forma de pensar” o patrimônio histórico e no que diz respeito às intervenções em Centros Históricos.

Palavras-chave: Praça; Centro Histórico; Requalificação; Patrimônio Histórico.

ABSTRACT

The empirical study of this object are held in requalifications squares of the Historic Center of the city of João Pessoa. Therefore, shall be deemed to limit the geographic scope of tipping IPHAN established in 2007, covering thirteen squares, of which six will be used as sampling the "way of thinking" intervention required here in decades: 1980 to 2010. Thus highlight, in the first moment requalifications driven to Square São Francisco and Square Dom Adauto, between the decades from 1980 to 1990; then the Antenor Navarro Square, between 1990-2000, and finally, in 2000, the Square Rio Branco, Vidal de Negreiros and Venancio Neiva. The impact of each action on these public open spaces emphasizes not only the importance of each, but also highlights cases in which we believe that such systematic "way of thinking" historical heritage and with regard to interventions in Historic Centers.

Keyword: Square; History Center; requalification; Historical Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Poligonal de Tombamento do IPHAEP, 2004.....	21
Figura 02:	Mapa da Poligonal de Tombamento do IPHAN, 2007. Em azul a poligonal de entorno; em rosa está o tombamento rigoroso.....	22
Figura 03:	Imagem aérea do recorte espacial aqui estudado, editado a fim de destacar os estudos de caso.....	25
Figura 04:	A linha tracejada em vermelho marca a delimitação da Poligonal de tombamento definida pelo IPHAEP em 1982.....	47
Figura 05:	Poligonal de tombamento estadual (IPHAEP) resultante da revisão em 2004.....	49
Figura 06:	Sede do IPHAEP localizado na Avenida João Machado em 1989.....	53
Figura 07:	Mapa do Perímetro Tombado pelo IPHAEP em 1982 (tracejado vermelho) e Perímetro de atuação da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico da cidade de João Pessoa em 1987.....	56
Figura 08:	Recorte do mapa IPHAEP com destaque para os monumentos tombados que receberam intervenção (A) Hotel Globo; (B) Praça São Francisco; (C) Praça Dom Adauto; (D) Mosteiro de São Bento; (E) Teatro Santa Roza.....	56
Figura 09:	Restauração do Hotel Globo	57
Figura 10:	Teatro Santa Roza (vista externa)	57
Figura 11:	Teatro Santa Roza (vista interna)	57
Figura 12:	Restauração do Mosteiro de São Bento.....	57
Figura 13:	Restauração do Mosteiro de São Bento.....	57
Figura 14:	Convento de Santo Antônio.....	57
Figura 15:	Perímetro de Tombamento do IPHAN, 2007: (1) Praça São Francisco; (2) Praça Dom Adauto; (A) Conjunto Franciscano; (B) Conjunto Carmelita.....	59
Figura 16:	Conjunto Franciscano (Convento de Santo Antônio)	60
Figura 17:	Conjunto Carmelita Igreja de Nossa Senhora do Carmo; Igreja da Ordem Terceira do Carmo ou de Santa Teresinha do Menino Jesus e Casa de Oração dos Terceiros, atual Instituto Padre Zé)	60
Figura 18:	Conjunto Carmelita, década de 1940.	60
Figura 19:	Igreja Nossa Senhora do Carmo, década de 1940	60
Figura 20:	Casa de Oração dos Terceiros, década de 1940	60
Figura 21:	Mapa da área de circulação de veículos ao redor da Praça Dom Adauto, 1988.....	61
Figura 22:	Praça Dom Adauto, 1987	62
Figura 23:	Planta esquemática da Praça Dom Adauto e Conjunto Carmelita	62
Figura 24:	Vista do observador da Praça Dom Adauto em 1927	63
Figura 25:	Vista do observador da Praça Dom Adauto em 1967	63
Figura 26:	Vista do observador da Praça Dom Adauto em 1988	63
Figura 27:	Planta esquemática da Praça Dom Adauto com a interdição das faixas de veículos localizada entre o Conjunto Carmelita e a dita praça, década de 1980.....	64
Figura 28:	Praça Dom Adauto, 1988.....	65
Figura 29:	Planta Proposta de revitalização da Praça Dom Adauto, 1988.....	66
Figura 30:	Praça Dom Adauto vista de onde passava uma pista de veículos, 2013.....	66
Figura 31:	Praça Dom Adauto, 2013.....	67
Figura 32:	Praça Dom Adauto, 2013.....	67
Figura 33:	Vista da antiga Travessa Dom Adauto, 2013.....	67

Figura 34:	Edificação à margem sul da praça, 2013.....	67
Figura 35:	Mapa da área de circulação de veículos na Praça São Francisco, 1988.....	68
Figura 36:	Cruzeiro com um carro em suas proximidades, 1981.....	69
Figura 37:	Planta Baixa da Praça São Francisco, 1988.....	69
Figura 38:	Praça São Francisco em 1910.....	70
Figura 39:	Praça São Francisco em 1927.....	70
Figura 40:	Praça São Francisco em 1981: vendo-se da Praça para a Igreja.....	70
Figura 41:	Praça São Francisco em 1981: vendo-se da Igreja para a Praça.....	70
Figura 42:	Praça São Francisco em 1971.	71
Figura 43:	Praça São Francisco em 1985.	71
Figura 44:	Praça São Francisco em 1981, com a marcação (1) para a edificação neoclássica.....	71
Figura 45:	Praça São Francisco em 1981, com marcação (2) para a construção mais recente.....	71
Figura 46:	Abertura da rua que cruzava a Praça São Francisco (1973).....	73
Figura 47:	Planta Proposta do Projeto de Revitalização da Praça São Francisco em 1988.....	73
Figura 48:	Proposta do Projeto de Revitalização da Praça São Francisco em 1988.....	74
Figura 49:	Cruzeiro sendo restaurado (1973).	74
Figura 50:	Praça São Francisco, 2013.....	74
Figura 51:	Praça São Francisco, 2013.....	74
Figura 52:	Teatro Municipal de São Paulo (1939).....	76
Figura 53:	Revitalização da fachada externa do Teatro Municipal de São Paulo (1939).....	76
Figura 54:	Revitalização parte interna do Teatro Municipal de São Paulo (1939).....	76
Figura 55:	Projeto de Revitalização da Praça da Matriz.....	77
Figura 56:	Projeto de Revitalização da Praça da Matriz.	77
Figura 57:	Bairro do Bexiga em estudo para integrar o Projeto Suvinil, Cor, Arquitetura e Memória.	83
Figura 58:	Jorge Amado observa o Pelourinho em Salvador, Bahia, no dia 16 de agosto de 1992.	84
Figura 59:	Pelourinho, pós-requalificação, 2012.....	85
Figura 60:	Pelourinho, pós-requalificação, 2012.....	85
Figura 61:	Recife Antigo, pós-requalificação, 2012.....	86
Figura 62:	Recife Antigo, pós-requalificação, 2012.....	86
Figura 63:	Recife Antigo, pós-requalificação, 2012.....	86
Figura 64:	Plaza San Martin e Rua no Centro Histórico de Lima, pós-requalificação, 1989.....	87
Figura 65:	Plaza San Martin e Rua no Centro Histórico de Lima, pós-requalificação, 1989.....	87
Figura 66:	Praça Anthenor Navarro e desenho esquemático contendo as vagas de estacionamento, em 1987.	89
Figura 67:	Mapa de ação para as requalificações propostas pelo Projeto de Revitalização do Centro Histórico com destaque para a Praça Dom Adauto, São Francisco e Anthenor Navarro, em 1987.....	89
Figura 68:	Praça Anthenor Navarro e desenho esquemático contendo as vagas de estacionamento, em 1987.....	91
Figura 69:	Praça Anthenor Navarro, em 1987.....	91
Figura 70:	Praça Anthenor Navarro, em 1987.....	91
Figura 71:	Edificações ao redor da Praça Anthenor Navarro e seus detalhes (fiação exposta e placas), em 1987.....	92
Figura 72:	Edificações ao redor da Praça Anthenor Navarro e seus detalhes (fiação exposta e placas), em 1987.....	92

Figura 73:	Edificações ao redor da Praça Anthenor Navarro e seus detalhes (fiacção exposta e placas), em 1987.....	92
Figura 74:	Proposta para a Praça Anthenor Navarro, em 1997.....	94
Figura 75:	Planta situando as ruas a serem fechadas na Praça Anthenor Navarro, em 1997.....	94
Figura 76:	Proposta definitiva para a Praça Anthenor Navarro, em 1997.....	94
Figura 77:	Praça Anthenor Navarro, em 1997, durante as reformas do Projeto de Revitalização.....	95
Figura 78:	Praça Anthenor Navarro, em 1998, durante as reformas do Projeto de Revitalização.	95
Figura 79:	Projeto da Praça Anthenor Navarro com três canteiros e um calçadão lateral, 1987..	96
Figura 80:	Praça Anthenor Navarro com três canteiros e um calçadão em substituição à rua que define a lateral oeste da mesma, 2005.....	96
Figura 81:	Busto de Anthenor Navarro à frente do segundo canteiro, 2005.....	97
Figura 82:	Praça Anthenor Navarro com vegetação densa no terceiro canteiro, 2005.....	97
Figura 83:	Praça Anthenor Navarro, em 1997.....	98
Figura 84:	Praça Anthenor Navarro, em 2014.....	98
Figura 85:	Pesquisa de imagens no buscador Google sobre o “Centro Histórico de João Pessoa/ PB”	100
Figura 86:	Mapa de Perímetro de Tombamento do IPHAN, com destaque para a Praça Venâncio Neiva, Praça Vidal de Negreiros, Praça Rio Branco e Rua Duque de Caxias.....	116
Figura 87:	Praça Rio Branco: A) Casa do Erário; B) Casa de Câmara e Cadeia; C) Açougue, 1910.....	118
Figura 88:	Casa do Erário, 1905, antes do incêndio, quando ganha novas feições e perde a escadaria.....	118
Figura 89:	Praça Rio Branco, 1924.....	118
Figura 90:	Praça Rio Branco, 1926.....	118
Figura 91:	Praça Vidal de Negreiros, respectivamente, 1924, quando se observam a praça de taxi com a torre do relógio e o pavilhão lateral.....	119
Figura 92:	Praça Vidal de Negreiros, respectivamente, 1930, quando se observam a praça de taxi com a torre do relógio e o pavilhão lateral.....	119
Figura 93:	Paraíba Palace Hotel, antes da reforma da década de 1950.....	119
Figura 94:	Paraíba Palace Hotel, durante a reforma da década de 1950.....	119
Figura 95:	Praça Vidal de Negreiros, 1951.....	120
Figura 96:	Praça Vidal de Negreiros, 1962.....	120
Figura 97:	Praça Vidal de Negreiros, 2004.....	120
Figura 98:	Praça Vidal de Negreiros, 1970.....	120
Figura 99:	Praça Vidal de Negreiros, 2004.....	120
Figura 100:	Pátio do Palácio, 1906, atual Praça Venâncio Neiva.....	121
Figura 101:	Praça Venâncio Neiva com seu coreto em 1924.....	121
Figura 102:	Praça Venâncio Neiva com sua fonte central em 1924.....	121
Figura 103:	Praça Venâncio Neiva com seu Pavilhão em 1929.....	121
Figura 104:	Praça Rio Branco, 2008.....	123
Figura 105:	Praça Rio Branco, 2008.....	123
Figura 106:	Praça Rio Branco, 2008.....	124
Figura 107:	Praça Rio Branco, 2008.....	124
Figura 108:	Layout da Praça Rio Branco, 2008.....	124

Figura 109:	Novo Layout da Praça Rio Branco, 2009.....	125
Figura 110:	Novo Layout de piso da Praça Rio Branco, 2012.....	125
Figura 111:	Novo calçadão lateral da Praça Rio Branco, 2012.....	125
Figura 112:	Canteiros e novo piso da Praça Rio Branco, 2012.....	126
Figura 113:	Canteiros e novo piso da Praça Rio Branco, 2012.....	126
Figura 114:	Casa do Patrimônio na Praça Rio Branco, 2012.....	127
Figura 115:	Futura Biblioteca do IPHAN/PB, 2012.....	127
Figura 116:	Início do Projeto “Sabadinho Bom”, com Chorinho na Praça Rio Branco, 2010.....	127
Figura 117:	Início do Projeto “Sabadinho Bom”, com Chorinho na Praça Rio Branco, 2010.....	127
Figura 118:	(Expansão da proporção e estrutura do) Projeto “Sabadinho Bom”, com Chorinho na Praça Rio Branco, 2011.....	128
Figura 119:	(Expansão da proporção e estrutura do) Projeto “Sabadinho Bom”, com Chorinho na Praça Rio Branco, 2012.....	128
Figura 120:	Praça Vidal de Negreiros, com alça interditada, 2004.....	129
Figura 121:	Praça Vidal de Negreiros, em vista superior, 2004.....	129
Figura 122:	Praça Vidal de Negreiros, vista do meio da vegetação densa em direção a alça de acesso, 2004.....	129
Figura 123:	Planta da Praça Vidal de Negreiros, 2004.....	130
Figura 124:	Vista da Rua Duque de Caxias transformada em calçadão, 2004.....	130
Figura 125:	Vista da Praça Vidal de Negreiros, 2004, com a presença de banca de revista e comércio informal em seu limite leste – Rua Visconde de Pelotas.....	130
Figura 126:	Vista da Praça Vidal de Negreiros, 2004, com a presença de banca de revista e comércio informal em seu limite leste – Rua Visconde de Pelotas.....	130
Figura 127:	Praça Vidal de Negreiros, 2004, com a abertura do Viaduto Damásio Franca.....	131
Figura 128:	Praça Vidal de Negreiros, 2010, sem a abertura do Viaduto Damásio Franca.....	131
Figura 129:	Praça Vidal de Negreiros, 2010, sem a abertura do Viaduto Damásio Franca e com seu novo piso contínuo.....	131
Figura 130:	Praça Vidal de Negreiros, 2010, após requalificação 2009.....	131
Figura 131:	Praça Vidal de Negreiros, 2010, após a requalificação, com seu novo piso contínuo.....	132
Figura 132:	Vista superior do Ponto de Cem Réis durante feira ecológica, 2011.....	133
Figura 133:	Vista do Ponto de Cem Réis durante feira ecológica, 2011.....	133
Figura 134:	Vista do Ponto de Cem Réis durante feira ecológica, 2011.....	133
Figura 135:	Vista do Ponto de Cem Réis durante feira ecológica, 2011.....	133
Figura 136:	Vista panorâmica do Ponto de Cem Réis durante show noturno, 2009.....	134
Figura 137:	Vista panorâmica do Ponto de Cem Réis durante show noturno, 2012.....	134
Figura 138:	Vista da lateral leste (interna) do Ponto de Cem Réis, 2011.....	134
Figura 139:	Vista da lateral leste (externa) do Ponto de Cem Réis, 2011.....	134
Figura 140:	Edifício Sobrado Ávila Lins, 2012.....	136
Figura 141:	Edifício Duarte da Silveira, 2012.....	136
Figura 142:	Edifício Régis, 2011.....	136
Figura 143:	Layout da Praça Vidal de Negreiros, 2009.....	136
Figura 144:	Edifício Nações Unidas, 2014.....	136
Figura 145:	Antigo IPASE, 2012.....	136
Figura 146:	Paraíba Palace, 2012.....	136
Figura 147:	Praça Vidal de Negreiros, antes da requalificação de 2009.....	137
Figura 148:	Praça Vidal de Negreiros, depois da requalificação de 2009.....	137

Figura 149:	Aposentados e seus jogos de tabuleiro, em busca das poucas sombras na Praça Vidal de Negreiros, pós-intervenção, 2010.....	138
Figura 150:	Aposentados e seus jogos de tabuleiro, em busca das poucas sombras na Praça Vidal de Negreiros, pós-intervenção, 2010.....	138
Figura 151:	Ambulantes e usuários (que se encontram sentados à base do monumento em homenagem ao Duque de Caxias), em busca áreas sombreadas, período pós-intervenção, 2010.....	138
Figura 152:	Ambulantes e usuários (que se encontram sentados à base do monumento em homenagem ao Duque de Caxias), em busca áreas sombreadas, período pós-intervenção, 2010.....	138
Figura 153:	Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2013.....	139
Figura 154:	Tribunal de Justiça da Paraíba, 2013.....	139
Figura 155:	Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça, 2013.....	140
Figura 156:	Ministério do Trabalho e do Emprego – Superintendência da Paraíba, 2013. Figura 159: Academia do Comércio, 2013.....	140
Figura 157:	Academia do Comércio, 2013.....	140
Figura 158:	Coreto lateral da Praça Venâncio Neiva, antes da requalificação de 2009.....	141
Figura 159:	Pavilhão do Chá, antes da requalificação de 2009.....	141
Figura 160:	Layout da Praça Venâncio Neiva, antes da requalificação de 2009.....	141
Figura 161:	Layout da Praça Venâncio Neiva, depois da requalificação de 2009.....	141
Figura 162:	Pavilhão do Chá, 1980.....	142
Figura 163:	Pavilhão do Chá, 2011.....	142
Figura 164:	Coreto, 2008.....	142
Figura 165:	Coreto, 2011.....	142
Figura 166:	Coreto lateral da Praça Venâncio Neiva, após a requalificação, 2013.....	143
Figura 167:	Pavilhão do Chá, após a requalificação, 2013.....	143
Figura 168:	Coreto lateral da Praça Venâncio Neiva, após a requalificação, 2013.....	144
Figura 169:	Pavilhão do Chá, após a requalificação, 2013.....	144
Figura 170:	Garotas de programa no Pavilhão do Chá, 2013.....	144
Figura 171:	Coreto e passeios da Praça Venâncio Neiva com suas garotas de programa, após a requalificação, 2013.....	144
Figura 172:	Notícia veiculada pelo Jornal A União sobre a inauguração da Praça Vidal de Negreiros.....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Leis ou Decretos que integram a história do IPHAEP.....	45
Quadro 02:	Lista de tombamentos do IPHAN, de 1937 a 1971, antes de haver uma Superintendência da Paraíba.....	45
Quadro 03:	Quarenta e quatro (44) bens imóveis tombados de forma isolada pelo IPHAEP, 1982.....	48
Quadro 04:	Colaboração financeira - Obras previstas para o ano de 1988, seguindo as perspectivas do PRCH. Fonte: Documento nº 02781 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Divisão de Atos Internacionais, 1988. Biblioteca IPHAN/PB, adaptado pela autora.....	54
Quadro 05:	Objetivos, estratégias e ações do PAC – Cidades Históricas, 2009.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGRAS

ACHERVO	Associação Centro Histórico Vivo
AECI	Agência Espanhola de Cooperação Internacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONPEC	Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais
CPDCH	Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
GAPLAN	Gabinete de Planejamento e Ação Governamental do Governo do Estado da Paraíba
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
ICI	Instituto de Cooperação Ibero-Americano
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
IPC	Instituto de Proteção Cultural
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PRCH	Projeto de Revitalização do Centro Histórico
PROBECH/JP	Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais do Município de João Pessoa
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUPLAN	Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CAMINHOS DO RE (QUALIFICAR): CONCEITOS E REFERÊNCIAS	31
2 REQUALIFICAÇÃO EM PRIMEIROS PASSOS (1980-1990): A ÊNFASE SOBRE O MONUMENTO HISTÓRICO	44
3 REQUALIFICAÇÃO E TURISMO CULTURAL (1990-2000): A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ENQUANTO CULTURA E ESPAÇO DE LAZER	79
4 REQUALIFICAÇÃO, NOVOS RUMOS (2000-2010): DIVERSOS CAMINHOS PARA MÚLTIPLAS REALIDADES	102
4.1 Análise dos projetos de requalificação.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

Como aproximação ao tema da conservação do patrimônio ao qual se filia a presente pesquisa nos reportamos à obra de Alois Riegl a fim de buscar nosso ponto de partida. No início do século XX, em obra intitulada “O culto moderno dos monumentos” Riegl (2006, p. 43) afirmou que “por **monumento**, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de **conservar presente e viva**, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino.” A este conceito de monumento o mesmo autor somou a ideia de que “não é a destinação original que confere a essas obras a significação de **monumentos**, somos nós, sujeitos modernos, que lhes **atribuímos** essa designação.” Assim, através desta ideia de atribuição de valores Riegl definiu o que viria a ser designado futuramente como patrimônio, entendido como um conjunto de bens reconhecidos e conservados por representarem a história, a arte, a cultura, a memória das sociedades, a cada tempo.

Ao longo de todo o século XX tais conceitos de monumento e patrimônio foram constantemente revistos, reorientando a construção do acervo de bens a conservar enquanto referências que permitem às gerações futuras apreender suas origens, conhecer sua história e manter a memória coletiva (LE GOFF, 2003). Esta prática ganhou ênfase a cada momento que surgiam ameaças eminentes de perdas do patrimônio e, assim como em séculos anteriores a Revolução Francesa e a Revolução Industrial haviam alertado para a necessária conservação dos monumentos do passado; no século XX acontecimentos como as duas guerras mundiais evidenciaram a importância do patrimônio para manutenção da história da humanidade e da identidade das nações. Era preciso conservá-lo¹ considerando este patrimônio em suas diversas escalas de representatividade: os bens de reconhecida importância como patrimônio da humanidade e, também, aqueles que registram a memória coletiva local.

¹ Ao longo deste trabalho opta-se por utilizar o termo conservação e não preservação, tendo em vista que conforme a ‘Carta de Burra’ (1980), a conservação prevê ações diversas que não se limitam à restauração e “segundo as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de construção ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas”. Entende-se então que a conservação determina a proteção e utilização racional que garanta a sustentabilidade do bem, admitindo a restauração, adaptações/ modificações, e a proteção integral a fim de evitar a perda total ou parcial do bem, entendendo-o como algo a ser protegido em sua memória e integridade física.

No Brasil, quando foi posta em prática a proteção do patrimônio, encontrava-se consolidada a nível internacional que esta prática se referia a “salvaguarda dos vestígios do passado da Nação, e mais especificamente com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico” (FONSECA, 2009, p. 81). O ano de 1937 marcou definitivamente a proteção do patrimônio como atribuição do Estado através da criação do SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo este o atual IPHAN. Já foi alvo de estudos diversos a trajetória desta instituição e sua definição de bens a salvaguardar, como expõe Lima (2004, p. 02):

Até meados dos anos de 1960, a ideia que se fazia da arquitetura como patrimônio cultural era ortodoxa e calcada sobre conceitos estratificados da fase heroica do IPHAN, onde as estéticas do colonial, do barroco, do neoclassicismo, e do Movimento Moderno representavam um sólido modelo. Imóveis ecléticos, *art-nouveau* e proto-modernos, eram ignorados e derrubados.

Foi justamente na década de 1960 que o conceito de patrimônio composto por monumentos edificados reconhecidos por valores históricos e artísticos passou por uma primeira e significativa revisão quando a Carta de Veneza definiu ser também parte do patrimônio “o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964). Esta nova postura abria portas para a conservação de núcleos urbanos, extrapolando os limites dos monumentos e inibindo as intervenções de caráter “cirúrgico” que mesmo assim perduraram no Brasil até a década de 1970. Esta prática foi sendo abandonada a partir da década de 1980 com o progressivo reconhecimento e proteção de amplos tecidos urbanos como patrimônio histórico das cidades, concepção que norteou, por exemplo, o tombamento do centro histórico da cidade de João Pessoa, em 1982, por ação do IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba).

Não se dispunha, até então, de métodos ou mecanismos eficazes para a preservação do patrimônio edificado em escala urbana e, buscando suprir tais necessidades as cartas patrimoniais foram formulando propostas como a proteção do patrimônio integrado ao planejamento urbano, defendida pela Declaração de Amsterdã, em 1975. A Carta de Nairóbi, em 1976, adotou uma recomendação relativa à preservação dos Conjuntos Históricos Tradicionais, o que expandiu a discussão sobre o tema, como será visto mais adiante.

Expomos esta longa trajetória em breves linhas como forma de chegar à década de 1980 por dois motivos: situar o momento em que os órgãos de proteção do patrimônio no Brasil passaram a agir de forma mais ampla para conservação das cidades e centros históricos² e, marcar o início do recorte cronológico em que está inserido o nosso **objeto empírico de estudo**: as requalificações realizadas em praças no centro histórico da cidade de João Pessoa.

No entanto, para melhor compreensão deste objeto se faz necessário situar historicamente a cidade, explicar os parâmetros adotados para definição de seu centro histórico e contextualizar as intervenções que foram propostas em algumas praças localizadas nesta área específica da cidade.

A cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, foi fundada no ano de 1585 e por decisão de seus colonizadores, estruturou-se em função das condições topográficas do sítio onde foi implantada, o que determinou sua configuração em dois espaços distintos: a cidade baixa, lugar do porto e demais estruturas comerciais; e a cidade alta que se configurou pela presença marcante das edificações religiosas e administrativas, somadas às residências.

Entre os séculos XVII e XVIII a cidade passou por fases de desenvolvimento e de conflitos como a época da ocupação holandesa e posterior retomada do poder português. Também enfrentou a estagnação decorrente do tempo em que a Paraíba ficou subordinada à capitania de Pernambuco, quando poucas obras públicas foram realizadas. Assim, ao se encerrar o período colonial, a expansão em seu traçado urbano era insignificativa, apresentava precária condição de estrutura física e edificada, sendo as igrejas e conventos os poucos elementos de maior expressão arquitetônica a registrar essa trajetória de quase dois séculos.

Com o século XIX vieram os primeiros indícios de mudanças, em particular alimentadas pelas próprias críticas feitas à cidade devido a sua precariedade e má condição de vida. O poder público aderiu às ideias higienistas em voga no Brasil na época, a população mais abastada e a imprensa defendiam a necessidade de mudanças, mas pouco se concretizou.

² Até o final da década de 1930 haviam tombados 262 bens, destes 220 são de arquitetura (religiosa, civil e militar) por todo o Brasil, e apenas 6 são conjuntos (arquitetônicos e urbanísticos), todos em Minas Gerais (Diamantina; Mariana; Ouro Preto; São João Del Rei; Cidade do Serro e Tiradentes). As seis cidades mineiras, encontravam-se tombadas desde 1938 e as cidades de Paraty e Vassouras foram inscritas em 1958. A partir da década de 1960, o IPHAN promoveu a proteção de 12 núcleos urbanos ameaçados, inscrevendo-os em seus Livros de Tombo: Petrópolis (1964), Cabo Frio (1967); São Cristóvão (1967); Olinda (1968); Porto Seguro (1964); Cachoeira (1971); Alcântara (1974); São Luís (1974); Goiás (1978); Rio de Contas (1980); Itaparica (1980) e o Centro histórico de Salvador (1984). No ano de 2010, já se contabilizavam 77 cidades tombadas em todo o Brasil.

Foi preciso aguardar o século XX que instaurou um processo de renovação e reestruturação urbana, a partir da incorporação das ideias de ordem e progresso que orientavam o panorama político, econômico e social nas primeiras décadas da República. Nesta época, os melhoramentos urbanos integravam um processo de “modernização nacional”, que pregava ideologias progressistas e sanitaristas prevendo a “modernização de espaços públicos.” (FERNANDES; FILGUEIRAS, 1993). Ainda que para a ‘Parahyba’, como a cidade era então denominada, este processo tenha ocorrido de forma mais modesta e tardia em relação aos centros mais desenvolvidos do Brasil, o interesse em modernizar era comum e se disseminava em obras realizadas nas principais artérias e espaços públicos do centro urbano. Assim, na primeira metade do século XX a cidade foi modernizada, se expandiu, ganhou novos bairros para onde migrou, em especial, a população mais abastada. Estava em estado embrionário um processo de redistribuição de usos e funções do espaço urbano que vai alterar o panorama do núcleo antigo da cidade na segunda metade do mesmo século.

Até a década de 1960 este núcleo inicial, resultado da superposição dos diversos tempos da sua formação, continuava sendo entendido como a “cidade”, onde tudo acontecia: comércio, serviços, lazer, moradia. Mas quando se intensificou a expansão da malha urbana, em particular a partir da década de 1970, esta área foi sendo referida como o “centro da cidade”, para onde se dirigia a população que passara a habitar em bairros mais afastados do núcleo inicial que, no entanto, continuava concentrando as atividades de comércio e serviços. Assim, como analisam Vargas e Castilho (2009, p. 01) este tipo de mudança fez com que o “centro da cidade”, em muitas cidades brasileiras passe a ser identificado como “o lugar mais dinâmico da vida urbana, animado pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias, transformando-se no referencial simbólico das cidades”.

Nos anos de 1980, o centro antigo de João Pessoa efervescia com suas atividades comerciais e de serviço, sendo considerado um dos melhores espaços de compra da cidade e lugar de encontro da sociedade. Mas, progressivamente, foi perdendo esta característica e passando a atender uma população de menor poder aquisitivo, decorrência do surgimento de outros centros comerciais junto aos bairros residenciais em processo de consolidação ou formação.

Chegamos à década de 1990 com uma realidade instalada no núcleo inicial da cidade que pouco propiciou a conservação do patrimônio edificado ali existente: crescente esvaziamento do uso residencial, ocupação dos imóveis com comércio, serviços e “usos não compatíveis com a realidade das [...] edificações”, a exemplo de oficinas mecânicas, comércio

de peças automotivas, eletrônicas e de materiais de construção civil (MELO, 2009, p. 32). Ao fim desta mesma década, estava evidente a mudança de função na área central de João Pessoa, em grande parte resultado da expansão urbana e surgimento de novos bairros detentores de uma infraestrutura mais compatível com os anseios da sociedade contemporânea, o que motivou a população a migrar para estas outras áreas, evadindo do centro.

Assim, ao longo destas últimas décadas, esse conjunto de fatores colaborou para a constituição de uma imagem decadente do centro antigo, nutrindo a ideia que é uma “área degradada e abandonada, onde muitas ruas ficam ocupadas por desempregados, crianças e jovens em situação de rua que vêm para o Centro porque aqui são mais visíveis e mais próximos das suas soluções de sobrevivência” (MELO, 2009, p. 32).

Esta nova ‘organização urbana’, contudo, acarretou uma perda de referência: quem realmente conhece ou reconhece a história depositada nesta área central de João Pessoa? Quem, entre os usuários cotidianos ou esporádicos se identifica com o patrimônio edificado que valoriza aquela área como o centro histórico? Guedes (2012, p. 12) alerta que diante desta nova condição, não poderemos garantir que as gerações futuras entendam a área central “como o lugar onde nasceu a cidade de João Pessoa, em 1585” e que o reconhecimento de seu valor patrimonial pode passar a ser restrito aos acadêmicos e demais estudiosos do tema, enquanto a maior parcela da população apenas identificaria o espaço como área de comércio popular. Esta alienação espacial atribuída ao centro corrobora para a sua desocupação, subutilização ou mal uso, que se refletem não apenas nas edificações que compõem o patrimônio arquitetônico ali existente, mas também nos espaços livres públicos.

Em paralelo a esta realidade, a partir da década de 1980 se começava a discutir no Brasil as possíveis estratégias para desacelerar a deterioração das áreas centrais em virtude do esvaziamento e dos novos usos ali instalados (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 2). Esta preocupação envolvia os órgãos responsáveis pela conservação do patrimônio, levava a observar as recomendações contidas nas cartas patrimoniais em busca de alternativas para a manutenção física e simbólica das áreas centrais e detentoras da história das cidades.

Todo este contexto foi pertinente também para a cidade de João Pessoa, pois ao tempo em que decorria toda esta mutação, surgia a ideia de que este “centro da cidade” era também um “centro histórico”, assim reconhecido a princípio pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), que desde 1980 procedeu ao tombamento isolado de 54 bens imóveis na cidade, e delimitou, em 1982, a primeira poligonal para proteção do centro histórico de João Pessoa, a qual foi revista em 2004 (figura 01), sempre tendo por meta abarcar a área que corresponde a malha urbana existente no século XIX.

de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, consequentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS, 2004, p. 102). Somam-se a estas, outras praças que foram urbanizadas ou abertas durante a modernização urbana do início do século XX, confirmando que os espaços públicos sempre foram referenciais na estrutura da cidade.

Atualmente, estão inseridas na poligonal de tombamento do IPHAN treze praças, quais sejam: Praça São Francisco, Dom Ulrico, Dom Adauto, Rio Branco, Vidal de Negreiros, Aristides Lobo, Pedro Américo, João Pessoa, Venâncio Neiva, Antenor Navarro, Álvaro Machado, Napoleão Laureano e XV de Novembro (figura 02). Todas, em certo momento do seu percurso histórico sofreram as consequências da referida mudança de uso que ocorreu no centro da cidade, mas ao serem reconhecidas como “história”⁴ algumas foram alvo de intervenções apoiadas na ideia de conservação desse patrimônio.

⁴ Fazemos aqui referência àquilo que é relato concreto da história de uma cidade; neste sentido, buscamos entender o referido “centro da cidade”, e por conseguinte, as praças, como locutor dos tempos vividos, seja pela sua estrutura urbana, seja pela sua população.

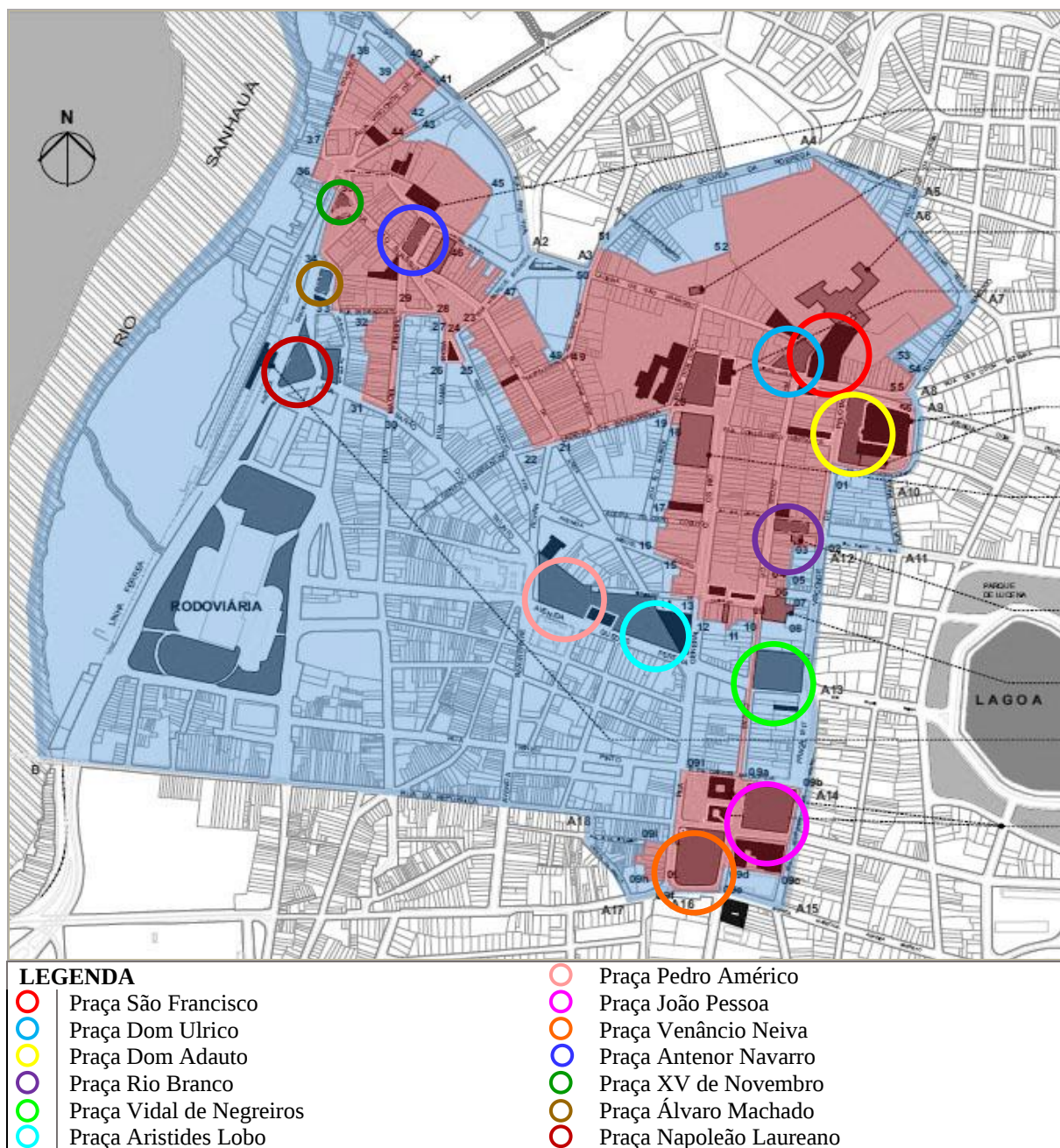


Figura 02: Mapa da Poligonal de Tombamento do IPHAN, 2007. Em azul a poligonal de entorno; em rosa está o tombamento rigoroso.

Fonte: IPHAN, editado pela autora.

Verificamos que isso ocorreu a partir da década de 1980, o que define o marco inicial do nosso **recorte cronológico**, claramente delimitado pelo objeto de estudo já referido: as requalificações realizadas em praças no centro histórico da cidade de João Pessoa. Considerando o objeto da investigação procuramos sistematizar previamente três momentos específicos nos quais ocorreram as seguintes intervenções: um primeiro momento, entre as décadas de 1980 e 1990, com as requalificações realizadas nas praças São Francisco e Dom Adauto; entre 1990 e 2000 apenas a Praça Antenor Navarro foi alvo de intervenção e, por fim,

nos anos 2000, as praças Rio Branco, Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva (figura 03).⁵ As obras realizadas nestas três últimas praças delimitam o fim do nosso recorte cronológico no ano de 2010, quando as mesmas se encontravam concluídas. Faz-se necessário entender que esta delimitação em décadas não significa uma divisão ‘estática’ dos pensamentos e ações, que muitas vezes se sobrepõem, pois estamos tratando de um processo em constante construção. Ao contrário, é apenas uma tentativa de sistematização de informações e ideias a fim de viabilizar o estudo do objeto e alcançar os objetivos.

⁵ Vale esclarecer que as praças em estudo estão contidas tanto na poligonal do centro histórico definida pelo IPHAEP, quanto pelo IPHAN. A cada tempo estas instituições tiveram maior ou menor participação sobre essas ações, considerando que somente nos anos 2000 o IPHAN passou a ter uma superintendência na Paraíba e, em 2007, foi aprovada a delimitação do centro histórico a nível nacional. Aqui nos referimos sempre à relação que estas praças têm com a poligonal do IPHAN pois tendo esta um contorno mais restrito, torna possível abarcar uma área que elucida nossas questões de forma mais coerente. Também foi considerado que assim procedendo era possível ter por referência as leis federais que se agregam às normativas estaduais e municipais, oferecendo mais subsídios para a compreensão do pensamento preservacionista que vigorava a cada época.

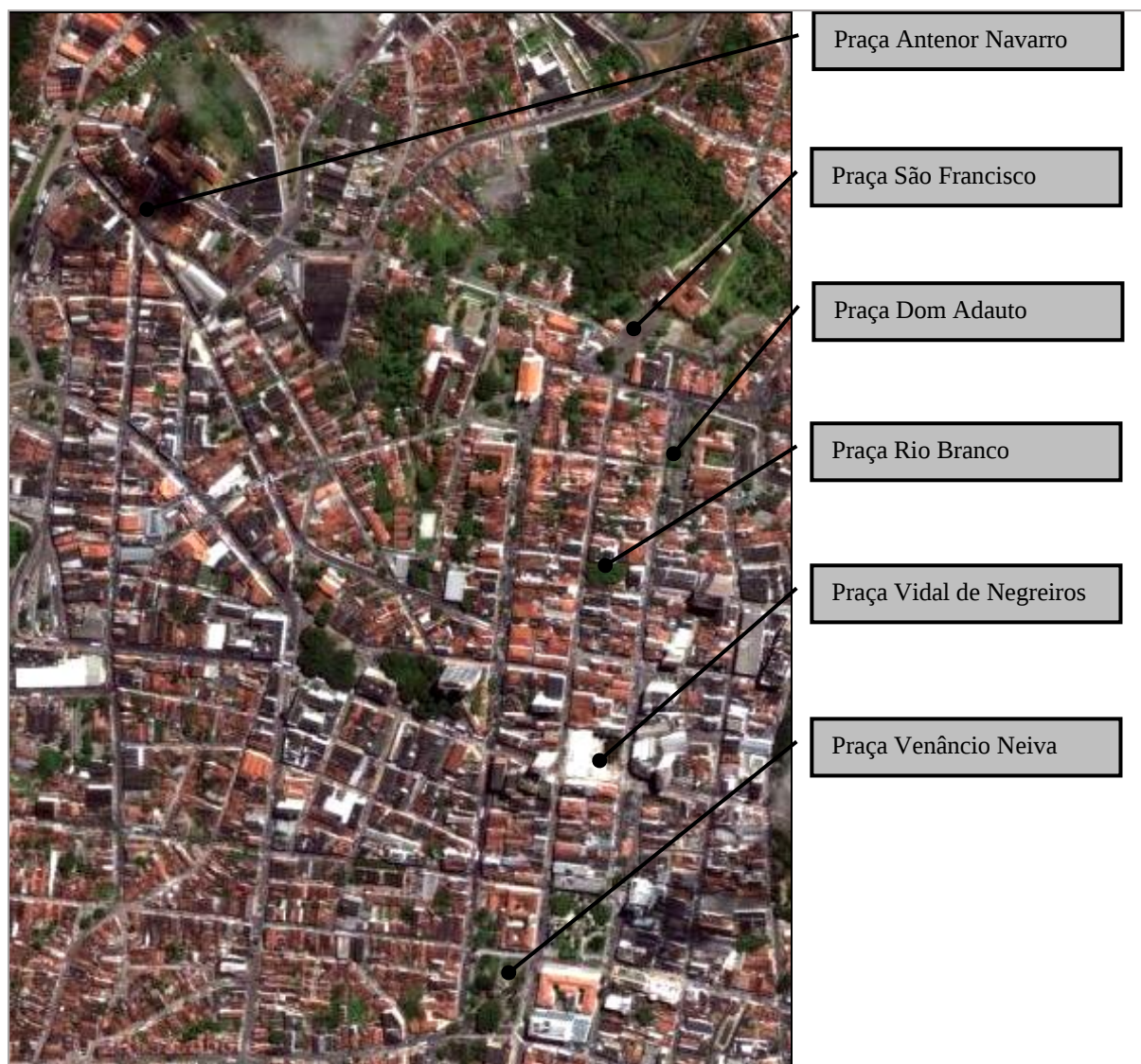


Figura 03: Imagem aérea do recorte espacial aqui estudado, editado a fim de destacar os estudos de caso. Fonte: maps.google.com.br, 2013.

Para fundamentar esta opção metodológica tomamos por referência Vargas e Castilho (2009) que fazem uso de uma sistematização temporal, cruzando documentos referentes ao patrimônio e as experiências vivenciadas, a fim de indicar o fio condutor do pensamento intervencionista. Estas autoras propõem a divisão temporal que se segue: em um primeiro momento (1970-1990) são observadas propostas de “intervenções isoladas, dirigidas à restauração de edifícios históricos, sem a devida consideração do entorno urbano” (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 18). Quase concomitantemente (1980-2000) se instaura a promoção político-partidária por meio da intensificação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos de intervenção (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 33). Além disso, são fortalecidas as táticas de valorização do turismo cultural e são reavaliados os conceitos e ações no âmbito da

preservação e conservação⁶ do patrimônio que guiaram o surgimento de novas práticas de intervenção: requalificação, revitalização, renovação, etc. Nos orientamos por esta periodização, embora conscientes que sendo João Pessoa uma cidade distante dos focos metropolitanos para os quais esta divisão temporal foi pensada, por vezes os acontecimentos locais sucederam de forma defasada.

Cabe também esclarecer que esta pesquisa antecede o desenvolvimento da presente dissertação. Se origina na investigação desenvolvida para o trabalho final de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB (SILVA, 2012), a qual teve por foco a análise e descrição das referidas intervenções realizadas nas três praças do centro histórico de João Pessoa nos anos 2000, demonstrando suas distinções quanto à forma, finalidade e resultado. Através deste trabalho, observamos a relevância de tal estudo e a necessidade de buscar respostas para indagações que surgiram, também, a partir do diálogo com outros pesquisadores, em particular quando da participação no Seminário Internacional Urbicentros, ocorrido em 2012, onde foram relatadas diversas experiências nacionais e internacionais com intervenções em áreas históricas. Como resultado destas experiências ficou evidente que esta questão necessita de análises aprofundadas, que contribuam para nortear futuras intervenções.

Assim, ampliamos os limites do objeto de estudo e definimos o **objetivo geral** da presente investigação que buscou caracterizar e analisar os projetos e intervenções realizadas (leia-se requalificação⁷) em praças do centro histórico de João Pessoa, entre as décadas de 1980 e 2010, relacionando-as com as linhas de conduta para conservação do patrimônio – conceitos, objetivos, agentes intervenientes, legislação – vigentes nas distintas décadas em que as mesmas ocorreram. Ao analisar os projetos propostos para cada um destes espaços livres públicos⁸ enfatiza-se a importância atribuída aos mesmos, mas principalmente procura-se identificar e sistematizar como ao longo deste tempo tais intervenções foram norteadas por diversas formas de ‘pensar’ o patrimônio histórico e de ‘intervir’ nos centros históricos.

⁶ De acordo com Vargas e Castilho (2009, p. 61) a preservação é uma ação global voltada à proteção de um bem cultural na sua totalidade, contra qualquer dano ou degradação. A conservação é a utilização racional de um bem, garantindo sua exploração econômica; traduz-se como desenvolvimento sustentável.

⁷ “tratam-se de operações destinadas a tornar, a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual” (CARTA DE LISBOA, 1995, p 2). Em outras palavras, é a busca por dar uma “nova vida” ao espaço urbano, de forma que áreas “desprezadas” possam retornar seu uso por meio de novas atividades econômicas ou nova qualidade espacial.

⁸ “Por definição, espaço público é aquele que é de uso comum e posse coletiva (pertence ao poder público). Existem os que são totalmente livres e os que, mesmo públicos, possuem uma certa restrição ao acesso” (MOVIMENTO CONVIVA, 2014). Como exemplo, podemos citar as praças, os jardins, os parques e a rua. Para este estudo, abordaremos o aspecto praça, sendo estas, espaços destinados ao usufruto da população em meio aos edifícios privados e ‘semi-públicos’ nos quais o acesso é restrito. Além disto, devem se apresentar como áreas da cidade destinada a todos e livres de obstáculos, sejam eles físicos ou sociais. Em outras palavras, a praça é o espaço do povo, onde ele convive se conhece e gera a história.

Previamente, colocamos a **hipótese** de haver certa ‘padronização’ dos projetos, guiada pelo pensamento dominante em cada uma das décadas em estudo, sobre ‘como’ conservar os centros históricos. Assim, foi formulada a seguinte **questão**: que conceitos, fatores e contextos podem ter caracterizado e/ou norteado os projetos de intervenção realizados em praças existentes no centro histórico de João Pessoa, tendo como recorte temporal as décadas de 1980 a 2010? Pressupomos que as requalificações, a cada década, davam resposta não apenas à necessidade local, mas se guiavam pelo pensamento que direcionava a conservação das áreas históricas a partir dos conceitos e recomendações contidos nos documentos internacionais de patrimônio, bem como pelos conceitos e condutas vigentes no Brasil.

Com este estudo pretendemos contribuir para compreensão do caminho percorrido pelas intervenções propostas e executadas em praças situadas em áreas de valor patrimonial, refletir sobre o aprendizado que este percurso de intervenções pode nos transmitir, e identificar os caminhos a trilhar a fim de obter intervenções mais criteriosas em áreas públicas de nossas cidades antigas. Para tanto, definimos alguns **objetivos específicos** a cumprir:

- 1) Identificar e caracterizar as mudanças ocorridas nas condutas patrimoniais no Brasil, de forma a relacionar com a prática de intervenção adotada entre as décadas de 1980 e 2010;
- 2) Situar e inserir as intervenções em espaços livres públicos no contexto das propostas de requalificação dos centros históricos no Brasil, em particular, na cidade de João Pessoa-PB;
- 3) Contextualizar social, política e culturalmente cada uma das intervenções específicas em estudo, de modo a compreender as propostas, projetos e resultados considerando as influências que incidiram sobre os mesmos.

Por fim, considerando os objetivos propostos para a pesquisa foi definido o **procedimento metodológico** adequado ao nosso propósito de construir uma percepção crítica sobre o tipo de intervenção que vem ocorrendo no centro histórico de João Pessoa. Para tanto, fez-se necessário reunir conhecimentos oriundos de três fontes de pesquisa: a bibliográfica, a documental e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica foi definida de modo a contextualizar e entender melhor como as intervenções desta natureza têm sido pensadas a nível internacional e também no Brasil. Para tanto foram selecionadas as seguintes palavras-chaves que nortearam a pesquisa e a identificação de autores adotados como referenciais teóricos:

- Monumento e patrimônio foram conceitos fundamentais para a investigação, em especial por ser importante entender a progressiva ampliação dos mesmos, apreendida

através dos documentos patrimoniais e da obra de Françoise Choay (2006) que trata questões relevantes sobre o entendimento da cultura e da cidade enquanto patrimônio.

- Autenticidade, memória e identidade, associados a aspectos morfológicos, culturais e patrimoniais pertinentes a este estudo, são pontos que balizam a compreensão e definição de parâmetros para análise de intervenções. Neste sentido, Leonardo Barci Castriota (2010) discute a postura de criação de uma “imagem internacional” por meio de requalificações, onde há uma “homogeneização do ambiente” e uma “pasteurização da imagem das cidades” em especial nas metrópoles em desenvolvimento.
- Centro histórico/Antigo leva a mergulhar tanto nas discussões sobre a delimitação das áreas de interesse patrimonial quanto na validade das ações de revitalização, requalificação, reabilitação. Para tanto, buscamos subsídios em Maria Cecília Londres Fonseca (2009) que vai indicar a expansão do interesse de preservação não somente sobre o bem edificado, mas também considerando seu entorno e os centros antigos.
- Sobre as mesmas questões, mas tratando especificamente do Brasil, foi referência o trabalho de Rogério Proença Leite (2005), que analisa a formação da ideia de preservação do patrimônio nacional, a chegada dos anos de 1970 e a descentralização das ações antes restritas ao IPHAN, o surgimento de novas políticas e agentes para a preservação do patrimônio brasileiro.
- Sobre requalificação e o surgimento de novos caminhos para a intervenção em áreas patrimoniais destacamos os trabalhos de Fernanda Sánchez (2004), além de Helliana C. Vargas e Ana Luísa H. de Castilho (2009), que destacam as últimas décadas do século XX, refletindo sobre aspectos políticos, econômicos e culturais que influenciaram nas propostas de intervenção e preservação do patrimônio.

Para a investigação documental aponta-se como prioritário o levantamento dos planos, projetos, memoriais descritivos e outros documentos oficiais diretamente relacionados com as intervenções realizadas nas praças que são alvo da análise. Foram coletados, também, documentos que embora não produzidos pelos gestores das intervenções auxiliaram na compreensão das obras e do contexto em que ocorreram: artigos, revistas e jornais de veiculação local e nacional. Enumeram-se aqui as instituições que disponibilizaram as fontes de pesquisa. Entre os órgãos de preservação foram trabalhados os acervos da Superintendência do IPHAN na Paraíba, do IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) e da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa. Outros órgãos envolvidos na concepção e execução dos projetos

também foram consultados: a PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa) e a SUPLAN (Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado). Informações históricas, mapas, fotografias e periódicos foram localizados no IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano), no Acervo Paraibano da Biblioteca Central da UFPB, no acervo do Jornal A União e Correio da Paraíba e no Arquivo Eclesial da Paraíba. Quanto aos periódicos especializados em arquitetura e urbanismo, foram disponibilizados no Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória da UFPB.

A pesquisa de campo limitou-se à observação *in loco* e realização de registros fotográficos, no entanto foi de suma importância para compreender os resultados das intervenções, perceber os espaços produzidos e o impacto sobre o entorno das praças, identificar as alterações ocorridas nos projetos quando da execução e, por fim, mapear usos atuais e a apropriação ou não dos espaços pela população.

Todas as informações obtidas foram cruzadas e analisadas para construção da dissertação que está constituída de quatro capítulos a seguir especificados. No primeiro apresentamos o referencial teórico e conceitual que alicerça nossa pesquisa, pois desde o início se observou a óbvia e direta relação entre as mudanças ocorridas no conceito de patrimônio e a reorientação na forma de intervir nos centros históricos. Assim, procuramos fundamentar em documentos patrimoniais e demais fontes de referência algumas posturas e argumentos que possibilitaram a melhor compreensão do nosso objeto empírico de análise: as requalificações em praças situadas no centro histórico da cidade de João Pessoa.

Entre os capítulos 2 e 4 analisamos as requalificações levadas a cabo nas praças situadas no centro histórico de João Pessoa, considerando a cronologia já referida. Para cada caso estudado são analisados tanto os projetos propostos quanto os resultados obtidos, de modo a entender o processo que envolve desde a concepção até a concretização das intervenções. Ao mesmo tempo, buscou-se entender tais intervenções não de forma isolada, mas como ações que resultam de um ‘modo de pensar’ a preservação dos centros históricos em cada uma das décadas em estudo.

Desta forma, a cada capítulo foi abordado o contexto urbano, social, cultural e político no qual foram realizadas as intervenções nas praças em estudo. Também foi observado o pensamento e a prática de conservação do patrimônio vigente em cada um dos recortes temporais trabalhados, considerando em linhas gerais o âmbito internacional e nacional, bem como o municipal diretamente envolvido com as ações no centro histórico de João Pessoa. Para uma melhor sistematização das análises realizadas sobre as intervenções foram definidos três aspectos que auxiliaram a construção da linha de raciocínio:

- a) Aspectos funcionais: onde se trabalhou questões de reordenação de vias de tráfego e espaços de permanência nas praças; usos e funções existentes e propostos; vocação do lugar e caracterização dos usuários; relação entre espaço público livre e seu entorno.
- b) Imagem e identidade do lugar: neste ponto foi observada a imagem resultante das intervenções quanto a manutenção ou não dos elementos que dão identidade e guardam a memória das praças, mas também a legibilidade do lugar antes e depois da requalificação, possibilitando analisar a coerência entre projeto e espaço preexistente.
- c) Capacidade de atração: se analisa o resultado das requalificações quanto à manutenção e/ou valorização das praças como lugar de permanência e sociabilidade, bem como quanto à capacidade de atrair usuários para estes espaços antes esvaziados de sua função por motivos diversos.

Cumprido este percurso acreditamos ter atingido o objetivo da presente pesquisa quanto a caracterizar e analisar os projetos e intervenções realizadas em praças do centro histórico de João Pessoa, entre as décadas de 1980 e 2010, relacionando-as com as linhas de conduta para conservação do patrimônio vigentes a cada tempo deste recorte cronológico.

Por fim, nas considerações finais dois pontos são enfocados. Primeiro, retomamos nossa hipótese de trabalho e buscamos dar resposta quanto a haver ou não uma ‘padronização’ dos projetos, guiada pelo pensamento dominante em cada uma das décadas em estudo, sobre ‘como’ preservar os centros históricos. E, segundo, fazemos uma análise crítica daquilo que foi estudado, voltando o olhar para a questão: qual será a trajetória que traçaremos daqui em diante, quanto às requalificações em praças do centro histórico? Quais os caminhos a trilhar em busca de intervenções mais criteriosas para esses espaços que tanto contribuem para identidade e memória de nossas cidades antigas?

1 CAMINHOS DO RE (QUALIFICAR): CONCEITOS E REFERÊNCIAS

Recorreremos à Carta de Veneza (1964), ou “Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios”, para dar início a este capítulo. Isto porque sua proposta colocava pela primeira vez em pauta o contraponto entre o monumento histórico compreendido como uma “criação arquitetônica isolada” e o reconhecimento do valor patrimonial do “sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”, incluindo aí “não só as grandes criações mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964).

Até então, na prática preservacionista, a atenção exclusiva sobre a “criação arquitetônica isolada” exigia o desenvolvimento de teorias e técnicas que dessem resposta à restauração física e funcional destes “monumentos” e, no máximo, determinavam cuidados especiais nas intervenções – alterações e novas edificações – proposta para a “vizinhança” dos mesmos. Estas deveriam ser concebidas respeitando “o caráter e a fisionomia” do lugar, ou ainda atentando para “algumas perspectivas particularmente pitorescas” que deveriam ser mantidas (CARTA DE ATENAS, 1933). Segundo Costa (2009, p. 30), no documento de Veneza “a escala monumental do sítio ou edifício foi objeto de conservação [...] que determinou parâmetros para seguir as reformas e novas construções, respeitando a escala existente”.

Portanto, a Carta de Veneza teve importância por ampliar a discussão sobre preservação do patrimônio edificado, o que foi sendo reforçado por documentos internacionais subsequentes, a exemplo da Recomendação de Paris de 1972, a qual apontou para a conservação de conjuntos selecionados em virtude “da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem”, estendendo essa proteção aos “lugares”, definidos como “obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza” (RECOMENDAÇÕES DE PARIS, 1972). Desta forma, como afirma Moura Filha (2012), a atenção não recaía mais apenas sobre os monumentos isolados, mas tratava da integração destes no contexto urbano e envolvia na ação de conservação todos os elementos da paisagem: ruas, praças, parques, etc.

Ainda na década de 1960 as proposições da Carta de Veneza refletiam em outros documentos internacionais entre os quais, as Normas de Quito de 1967, que reconheciam o patrimônio como parte da cultura e “instrumento de progresso econômico” (NORMAS DE

QUITO, 1967). A fim de promover o retorno financeiro e a valorização do patrimônio, o documento indica o turismo como mecanismo de atuação. Aqui recorremos a Cavalcante (2009, p. 54) para lembrar que:

Contudo, os conceitos de preservação e restauração só entram nas políticas públicas a partir do Movimento Moderno que no ano de 1931 realiza em Atenas a primeira “Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos”. Reunindo apenas países europeus, esta conferência vinha propor o emprego de métodos e posturas para o tratamento dos bens arquitetônicos, estabelecendo bases do plano jurídico e político (CAVALCANTE, 2009, p. 54).

Nas Normas de Quito, tratando especificamente da realidade latino americana, estão bem claras as preocupações que levavam a atentar para necessária conservação e inserção do patrimônio nas políticas econômicas e sociais. Eram estas: o “acelerado processo de empobrecimento que vem sofrendo a maioria dos países americanos como consequência do estado de abandono e da falta de defesa em que se encontra sua riqueza monumental e artística”. Portanto, recomendava a “adequada conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico”.⁹ Sobre as consequências positivas das intervenções em sítios ou monumentos históricos este documento aponta que:

De outra parte, a valorização de um monumento exerce uma benéfica ação reflexiva sobre o perímetro urbano em que se encontra implantado e ainda transborda dessa área imediata, estendendo seus efeitos a zonas mais distantes. Esse incremento de valor real de um bem por ação reflexa constitui uma forma de mais valia que há de se levar em consideração (NORMA DE QUITO, 1967).

Avançando nesta década, em 1968 a Carta de Paris enfatiza a importância do entorno dos bens patrimoniais e recomenda que juntos devem ser preservados, nos seguintes termos:

A preservação dos monumentos deveria ser condição essencial em qualquer plano de urbanização, especialmente quando se trate de cidades ou bairros históricos. Os arredores e o entorno de um monumento ou de um sítio

⁹O termo Conservação é definido pela Carta de Burra, somente em 1980, como aquele que “designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservá-lo as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas”. Em outras palavras, a conservação era pretendida de forma a conservar um ícone, um exemplar, que poderia se perder no tempo ou por maus cuidados (ação de intempéries e do homem). Era preciso, então, dar-lhe uma função de forma que este se tornasse sustentável e não um engessado protótipo do passado.

protegido por lei deveriam também ser objeto de disposições análogas para que seja preservado o conjunto de que fazem parte e seu caráter (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1968).

Atenta-se aqui que, em paralelo caminhavam a percepção e defesa dos conjuntos urbanos e a redefinição do conceito de patrimônio. Nesse contexto, a Recomendação de Paris, de 1972, classificou o patrimônio como cultural - os monumentos, os conjuntos e os lugares notáveis; e natural - os monumentos naturais, as formações geológicas e os lugares notáveis naturais, o que já pressupõe de forma embrionária a concepção de uma paisagem a ser conservada por seus valores culturais, discussão que ganhará espaço na década de 1990.

Datada também de 1972, a Carta de Restauro contém um anexo sob o título “Instruções para a tutela dos centros históricos”, no qual define:

Para efeito de identificar os centros históricos, levam-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, hajam se constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou características urbanísticas ou arquitetônicas particulares. Sua natureza histórica se refere ao interesse que tais assentamentos apresentarem como testemunhos de civilizações do passado e como documentos de cultura urbana, inclusive independentemente de seu intrínseco valor artístico ou formal, ou de seu aspecto peculiar enquanto ambiente, que podem enriquecer e ressaltar posteriormente seu valor, já que não só a arquitetura, mas também a estrutura urbanística, têm por si mesmas um significado e um valor.

Se configurava, então, o que hoje reconhecemos como centro histórico de uma cidade, a ser conservado para as gerações futuras apreenderem a história, memória e identidade do lugar. Documentos subsequentes reforçaram a defesa dos centros históricos, entre os quais o Manifesto de Amsterdã reafirmou:

Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte de seu caráter se esse ambiente é alterado (MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975).

Em complementação à ideia de centro histórico associada a um recorte espacial das áreas centrais das cidades, a Recomendação de Nairóbi, em 1976, empregava o termo “conjuntos históricos ou tradicionais”, assim definidos:

[...] todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Entre esses “conjuntos”, que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade (RECOMENDAÇÕES DE NAIRÓBI, 1976).

O mesmo documento acrescentou o conceito de “ambiência”, entendido como o “quadro natural ou construído que influi na percepção ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (RECOMENDAÇÕES DE NAIRÓBI, 1976).

Agregar valores de ambiência ao conjunto histórico é reconhecer que “a identidade e o caráter de uma cidade são dados não só por sua estrutura física, mas também, por suas características sociológicas” (CARTA DE MACHU PICCHU, 1977). Desta forma, chega-se à compreensão que os conjuntos ou centros históricos são constituídos não apenas pelo seu patrimônio edificado, mas também pelo patrimônio cultural defendido enquanto “valores que são de fundamental importância para afirmar a personalidade comunal ou nacional e/ou aqueles que têm um autêntico significado para a cultura em geral” (CARTA DE MACHU PICCHU, 1977).

Assim, o conceito de centro histórico foi sendo construído agregando também valores sociais e culturais, nem sempre observados, por estar muito mais associado “à origem do núcleo urbano, reforçando a valorização do passado” enquanto espaço edificado (CARRION, 1998 *apud* VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 02). Mas foi preciso reconhecer que estas áreas remanescentes do passado abrigaram ao longo do tempo funções diversas, atraíram usuários múltiplos e por vezes estão no presente mergulhadas em contextos conflituosos. Citando especificamente os centros históricos das cidades brasileiras, muitos passaram por processos de mudança de usos, esvaziamento da função residencial e mutação no perfil dos usuários, levando a área central a ser entendida como polo comercial e de serviços, diluindo a noção de centralidade em virtude do surgimento de uma rede de subcentros urbanos.

Definido o conceito de centro histórico estava também lançado o desafio de como promover a conservação dos mesmos. Enfrentando tal desafio, as Normas de Quito, em 1967 antecipava que “a necessidade de conciliar as exigências do progresso urbano com a salvaguarda dos valores ambientais” deveria ser uma questão levantada quando da formulação dos planos reguladores das cidades, buscando caminhos que possibilitassem “integrar ao

conjunto urbanístico, os centros ou complexos históricos de interesse ambiental”, explorando-os como estrutura ativa para o desenvolvimento econômico e social (NORMAS DE QUITO, 1967).

Em 1972 a Carta do Restauro aprofunda a questão buscando instrumentalizar a salvaguarda destas áreas históricas, defendendo que:

Para que o conjunto urbanístico em questão possa ser adequadamente salvaguardado, tanto em relação a sua continuidade no tempo como ao desenvolvimento de uma vida de cidadania e modernidade em seu interior, é necessário principalmente que os centros históricos sejam reorganizados em seu mais amplo contexto urbano e territorial e em suas relações e conexões com futuros desenvolvimentos [...] Por meio de tais intervenções (a serem efetuadas com os instrumentos urbanísticos), poder-se-á configurar um novo organismo urbano, em que se subtraíam do centro histórico as funções que não serão compatíveis com sua recuperação em termos de saneamento e de conservação (CARTA DO RESTAURO, 1972).

Este documento também apontou algumas estratégias para conservação dos centros históricos que irão se configurando com o passar das décadas. Considerou a necessidade de ações como a “reestruturação urbanística”, entendida como a “reestruturação das relações existentes entre centro histórico e desenvolvimento urbanístico e idílico contemporâneos, principalmente a partir do ponto de vista funcional” devendo liberar “os centros históricos de finalidades” que provocam condição caótica e degradante. Também avaliou a importância do “reordenamento viário”, ou seja, a “revisão das comunicações viárias e dos fluxos de tráfego a que a estrutura estiver submetida, com o fim primordial de reduzir seus aspectos patológicos e de reconduzir o uso do centro histórico a funções compatíveis com as estruturas de outros tempos” (CARTA DO RESTAURO, 1972).

Lembra Moura Filha (2012) que na década de 1970, se configurava o princípio da “conservação integrada” das áreas de interesse histórico, ou seja, estas não deveriam ser tratadas de forma “fracional e secundária”, mas sim consideradas “como objetivo do planejamento urbano, o qual, por sua vez, deve também amparar as ações da preservação”, como recomendava a Declaração de Amsterdã, de 1975. A carta de Machu Picchu, em 1977, reafirma a necessidade da conservação dos centros históricos integrada aos planos diretores de desenvolvimento urbano gerando uma conexão funcional e espacial com o conjunto da cidade.

A fim de promover a conservação e refrear os frequentes contextos de decadência das áreas históricas e centrais, progressivamente vão surgindo novas estratégias de ação e de intervenção que começam a integrar políticas públicas, por vezes com parcerias privadas,

onde se investe em reabilitações, em especial no recorte cronológico pertinente a esta pesquisa: as décadas de 1980 a 2010.

Surgem a partir dos anos 1970, e ganham ênfase nas décadas seguintes, “as doutrinas da revitalização urbana” (VAZ, 1995 *apud* ANDRADE, 2007, p. 57) e uma série de “invocações” com propósito de redefinir o tipo de intervenção mais viável à conservação do centro histórico, partindo de um mesmo pressuposto: a reabilitação. Vasconcellos e Melo (2009, p. 53) ressaltam que a vasta gama de terminologias aplicadas às práticas de intervenção urbana que usam como indicativo o prefixo “RE”¹⁰ evidenciam um “elenco de metáforas”, que se confundem, sobrepõem e não se definem.

Em um esforço de dirimir dúvidas quanto a este elenco de ‘práticas’ de intervenção direcionadas ao espaço urbano e seu patrimônio, a Carta de Lisboa define **reabilitação** nos seguintes termos:

É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito (CARTA DE LISBOA, 1995).

Pode-se depreender que a Carta de Lisboa entende a reabilitação praticamente como um sinônimo de **requalificação**, mas Vargas e Castilho (2009, p. 59-60) fazem a seguinte ressalva: “a diferença entre os dois termos é o fato do primeiro exigir manutenção da identidade e das características, e o segundo admitir que esse mesmo procedimento possa ser adotado em zonas com ou sem identidade”. Ou seja, de acordo com as autoras a requalificação se aplica não apenas em áreas de interesse patrimonial, mas em qualquer lugar da cidade.

Aproximam-se destes dois termos (reabilitação e requalificação), a definição de **revitalização**. Segundo Cunha (2008, p. 3):

Reabilitação é um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvar. Envolve o restauro ou conservação dos imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física, e a dinamização do tecido econômico e social, chamada revitalização funcional (a manutenção de um bairro implica a conservação das suas características funcionais e o aumento da sua

¹⁰ O prefixo RE indica um movimento de volta, para trás, alguma coisa que repete o já existente com uma nova forma (VASCONCELLOS; MELLO, 2009, p. 53).

capacidade de atração, quer para as pessoas que lá habitam quer para o exercício de atividades econômicas e sociais compatíveis com a residência).

Entretanto, para Ribeiro (2006, p. 146 *apud* ANDRADE, 2007, p. 59-60) requalificação urbana não pode ser confundida com revitalização, sendo ambas “entidades conceituais bem definidas, possuindo diferenças e similitudes”. Sua aproximação deve-se ao fato “de focarem a preocupação na durabilidade do funcionamento das áreas centrais e estruturas urbanas constituídas [...]. Contudo, a requalificação urbana tem a intenção mais específica: tornar certas áreas, que perderam a variedade de atividades que anteriormente nelas existiam, em espaços aptos a receber novas funções e atividades características do funcionamento urbano contemporâneo, sem descaracterizar a identidade e o seu significado espacial e histórico”.

Enquanto a nível internacional ocorria o debate e definição conceitual destes novos instrumentos de intervenção nos centros históricos, no Brasil começavam a perder força os projetos de renovação urbana que predominavam até a década de 1970, em parte alimentados pela adequação das cidades à circulação de veículos. Estavam sendo introduzidas as primeiras discussões sobre intervir nos centros urbanos tendo foco na conservação do patrimônio e na questão ambiental (ANDRADE, 2007, p. 58 *apud* VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 15).

Cabe lembrar o papel fundamental que teve o IPHAN em toda esta trajetória,¹¹ desde sua criação, em 1937, com o objetivo de promover, através da figura jurídica do tombamento, a proteção do patrimônio nacional assim definido:

Art. 1 Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, Art. 1, Decreto Lei Nº 25, 1937).

Embora também estivessem sujeitos a tombamento “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens”, o IPHAN priorizou durante décadas o tombamento de monumentos isolados, até que a partir dos anos 1970 este panorama começou a se alterar.¹²

¹¹ Neste texto será sempre utilizada a grafia IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como atualmente se designa o órgão federal de proteção do patrimônio cultural. Desta forma evita-se recontar a história e trajetória da instituição a fim de situar as diversas nomenclaturas que já possuiu: secretaria – SPHAN, diretoria – DPHAN, etc.

¹² Até o final da década de 1930 foram tombados 262 bens. Destes, 220 são de arquitetura (religiosa, civil e militar) por todo o Brasil, e apenas 6 são conjuntos (arquitetônicos e urbanísticos), todos em Minas Gerais (Diamantina, Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei, Cidade do Serro e Tiradentes) IPHAN, Bens Móveis e Imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-2009),

Milet (1988, p. 13-18) explica que cada país e cada esfera de poder deveria desenvolver sua própria estratégia e legislação antevendo como lidar com o patrimônio. Entretanto, os referidos encontros internacionais, dos quais provieram as cartas/recomendações/declarações citadas e tantas outras, deram um avanço considerável ao indicar os eixos norteadores para lidar com as novas perspectivas aqui no Brasil.

Esses encontros, ainda, estabelecem os princípios teóricos mais gerais e as diretrizes acerca da forma como deve ocorrer a intervenção nos bens culturais com fins a preservação, ou seja, o que preservar e como preservar. Embora as correntes históricas tenham evoluído no sentido de ultrapassar o conceito de monumento isolado pelo conjunto edificado, a prática protecionista, em geral, permanece unânime quanto a uma questão: devem ser preservados aqueles objetos que se diferenciam dos demais por suas “qualidades especiais” quer seja por sua vinculação à história dos grandes homens, dos grandes feitos ou por seu caráter artístico e arqueológico especial, responsáveis pela memória e identidade nacional (MILET, 1988, p. 17).

Ocorre que entre 1960 e 1970, enquanto se fundia o conceito de centros históricos a nível internacional, o Brasil atravessava um período de grande expansão urbana, o que gerou “consequências nefastas para o meio ambiente urbano” (IPHAN, Of. nº 103/97-9ªCR/IPHAN/SP). Este fato estimulou a discussão sobre a preservação do patrimônio que se encontrava sob ameaça em meio à renovação urbana instaurada e coube ao IPHAN “definir novos instrumentos de proteção e valorização, recorrendo-se, inclusive, à experiência acumulada no plano internacional”. Naquele momento:

[...] os debates promovidos pelos organismos de cooperação internacional fizeram aflorar novas indagações, apresentando-se o problema da preservação urbanística. Questionou-se a exclusividade dos cuidados aos monumentos excepcionais, em face das continuadas agressões ao meio urbano que desfiguravam e destruíam os ambientes tradicionais, o caráter e a fisionomia adquiridos no tempo pelas cidades. Progressivamente as preocupações alargaram os horizontes: do “monumento” e de sua “moldura” chegou-se à cidade. Não qualquer cidade, é certo, apenas a “cidade histórica”, e mesmo assim, reconhecida em seu “centro histórico”. (IPHAN, Of. nº 103/97-9ªCR/IPHAN/SP)

Buscavam-se caminhos possíveis para administrar a conservação do patrimônio de forma a conter os riscos representados pela urbanização, industrialização e difusão do turismo perante a manutenção das cidades e centros históricos. Em função disso o IPHAN “inicia uma

nova política de tombamentos, dirigida mais para a preservação dos conjuntos” (SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p.32) e promove a proteção de núcleos urbanos ameaçados, inscrevendo-os em seus livros de tombo: Petrópolis (1964), Cabo Frio (1967), São Cristóvão (1967), Olinda (1968), Porto Seguro (1964), Cachoeira (1971), Alcântara (1974), São Luís (1974), Goiás (1978), Rio de Contas (1980), Itaparica (1980) e o Centro histórico de Salvador (1984).¹³

Nos anos de 1970 e 1971, os Compromissos de Brasília e Salvador – resultantes do I e II Encontro de Governadores – trouxeram outras perspectivas para proteção do patrimônio no país. Conceitualmente, o Compromisso de Salvador considerava como patrimônio não apenas os monumentos isolados, propondo a criação de uma “legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências”. (IPHAN - Compromisso de Salvador, 1971).

No entanto, uma das principais propostas à época foi a descentralização da ação de conservação através da criação de órgãos estaduais e municipais que viessem a suplementar a atuação federal, tendo como balizamento de suas legislações próprias o Decreto-lei 25/37. Sobre isto comenta Sant’Anna:

A descentralização do sistema é vista como necessária para o atendimento das novas exigências da preservação nos moldes preconizados pela Carta de Veneza. Esta, ao definir como monumento uma arquitetura trivial e menor, ampliou consideravelmente o domínio a tombar e proteger. [...] Naturalmente, não concebe essa ampliação da proteção com permanência da atuação isolada do IPHAN e sem a presença de instâncias estaduais e municipais e agências governamentais de planejamento, turismo e habitação (SANT’ANNA, 1995, p. 149).

Estes dois documentos também traziam uma série de recomendações de caráter econômico, legal, social e técnico, que refletiam uma assimilação da tendência a nível internacional: propostas de ação conjunta entre os órgãos de preservação e os financiadores de habitação para realização de obras em edifícios sob proteção; convocação dos órgãos incentivadores do turismo para manutenção e valorização dos monumentos naturais e culturais.

Essas recomendações, certamente, vinham em resposta ao que coloca Magalhães (2013, p. 06) quando afirma que desde a década de 1950 o uso do solo era entendido como instrumento de valorização financeira, ou seja, fonte geradora de capital. Neste sentido, já nos

¹³ Seis cidades de Minas Gerais já se encontravam tombadas desde 1938, bem como Paraty e Vassouras inscritas em 1958.

anos de 1970, a estagnação do patrimônio construído viria a significar perda de recursos, “consolidando a ideia de que as cidades antigas seriam entraves para as atividades inerentes ao processo de concentração, centralização e reprodução do capital” (MAGALHÃES, 2013, p. 06). A saída encontrada era transformar o sítio histórico em bem de consumo para a população, gerando renda e permitindo a junção do caráter econômico e preservacionista por meio do turismo.

Nesta perspectiva foi criado, em 1973, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), o qual vinha traduzir na prática algumas dessas propostas dos documentos de Brasília e Salvador. Seu objetivo era realizar uma ação integrada que revitalizasse a nível econômico, social e físico o patrimônio histórico, através da criação de infraestrutura adequada ao desenvolvimento de atividades turísticas e uso de bens culturais como fonte de renda para áreas carentes do Nordeste.

Exigiu-se, então, de cada estado contemplado no PCH “a apresentação prévia do programa de restauração e preservação para o período de 1976 a 1979, indicando os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução, os roteiros turísticos...” (SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 38-39). Segundo Gonçalves *apud* Peregrino (2012, p.84),

desde o estabelecimento do SPHAN até a gestão de Aloísio Magalhães havia uma forte tendência ao tombamento de conjuntos arquitetônicos ligados ao Barroco, que representavam a herança europeia, branca e cristã, enfim, a cultura da elite. Institucionalmente essas escolhas eram justificadas pelo processo acelerado de urbanização que ameaçava tais bens culturais de desaparecimento, no entanto a proteção deles foi prioridade do SPHAN por cerca de 40 anos (GONÇALVES *apud* PEREGRINO, 2012, p. 84).

Como reflexo da permanência desta forma de selecionar o patrimônio, Sant’Anna (1995, p. 156) aponta que “inicialmente a ideia era incluir no PCH apenas dez cidades nordestinas, consideradas as mais importantes em termos patrimoniais, denominadas ‘cidades barrocas’, o que revela uma visão ainda bastante presa ao valor artístico como principal critério de seleção”.

Apesar da permanência deste critério de seleção, Magalhães (2013, p. 01-04) afirma que a política adotada durante este período refletia um conjunto de interesses em pauta a partir da década de 1970, como o desenvolvimento urbano, regional e econômico das cidades brasileiras, a descentralização das políticas governamentais referentes às cidades históricas, gerando planos, projetos e demais atividades de integração.

Nessa trajetória chegamos à década de 1980, marcada pelo processo de redemocratização do Brasil e com a Constituição Federal de 1988 reafirmando o pensamento sobre a conservação do patrimônio nacional a partir de então. O Art. 216 dessa constituição definiu: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” Entre estes bens incluiu as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, etc.

Nesse contexto e sob a designação recorrente de ‘revitalização’, foram propostos a partir dos anos 1980 diversos planos para intervenção e conservação dos centros históricos de cidades como São Luís, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e também João Pessoa, quando ocorreram as primeiras intervenções em praças do centro histórico, sobre as quais trataremos no próximo capítulo.

Segundo Vargas e Castilho (2009, p. 18) “de uma maneira geral, o objetivo [da preservação urbana] do período de 1970 a 1990 esteve centrado na valorização da memória, na organização em defesa do patrimônio histórico e no discurso de que os centros das cidades seriam elementos essenciais da vida urbana e gerariam identidade e orgulho cívico”.

Atentava-se que preservar os núcleos urbanos constitui, portanto, reforçar o papel destes enquanto lugar de **memória**, tendo esta a propriedade de conservar certas informações, atualizando impressões que se julgam pertencentes ao passado, ou aquilo que selecionamos como importante (LE GOFF, 2003, p. 419). Sobre essa questão reforça Milet:

[...] que a experiência teria demonstrado que o passado seduz mais as pessoas que o presente. Como sustentação do argumento, são utilizadas fontes estatísticas que indicam que os viajantes preferem, aos novos conjuntos habitacionais, visitar os bairros antigos, e, às cidades modernas, as antigas cidades. Assim chega-se à noção de que a memória é uma fonte de riqueza, e essa será a tônica principal da prática preservacionista contemporânea (MILET, 1988, p. 77).

Também os discursos em torno da **identidade**¹⁴ são constituídos como um apelo à preservação do patrimônio histórico edificado, mas por vezes distorcido e manipulado de

¹⁴ A Declaração do México (1985) pontuando sobre as “políticas culturais” ressalta a importância de preservar a “identidade cultural” das cidades, apontando que esta cultura própria é o elo que transmite valores e tradições, fixando um diálogo da geração presente e a futura.

forma equivocada enquanto cenário a ser desfrutado pelos consumidores de lugares¹⁵ (ARANTES, 2000 *apud* BOTELHO, 2005). Desta forma, resultam espaços concebidos a partir de uma identidade formada por características pontuais, que criam um estereótipo, sem atentar para o conjunto de particularidades que com o tempo foram se agregando ao lugar e à memória de seus usuários.

[...] não é o cidadão a razão do urbanismo ou da intervenção nos Centros Históricos. Ela é feita para a população flutuante. Sendo assim, a cidade, que outrora refletiu o contexto social, agora valoriza exacerbadamente a imagem, a estética e a maquiagem (CARRION, 1998 *apud* VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 03).

E é neste contexto de busca da memória e identidade dos centros históricos que decorre a década de 1980. Encontravam-se em foco a cultura local, as expressões artísticas, as manifestações populares e o patrimônio histórico, que passam a ser explorados em conjunto. Segundo a Carta de Florença a cultura é o “fundamento necessário para o desenvolvimento autêntico, cabendo ao governo e a toda sociedade incentivá-la por meio da preservação dos sítios históricos” (CARTA DE FLORENÇA, 1981).

Neste período, configurava-se na Europa o “fenômeno de intensa reapropriação dos bairros históricos”, onde o estímulo financeiro do turismo não é mais preponderante (SANT’ANNA, 1995, p. 69-71). A autora também salienta que este movimento está diretamente ligado ao ritmo lento ou quase estagnado do crescimento populacional europeu e seu envelhecimento, a recessão econômica, aos altos índices de desemprego, aos altos custos das novas construções, a carência de mão de obra e as medidas financeiras de estímulo à conservação, que juntos consolidam a preservação dos edifícios históricos como caráter prioritário. Assim, “aumenta significativamente o número de movimentos pró-preservação nas cidades e vilas europeias” (SANT’ANNA, 1995, p.70) o que se refletiria no Brasil com a injeção de recursos financeiros, embora entre nós até o início dos anos 2000 ainda tivesse forte presença a destinação das áreas históricas para fins turísticos. Moreira (2004, p. 62 *apud* ANDRADE, 2007, p. 71) confirma este pensamento referente a década de 1980:

As intervenções de “revitalização” e “requalificação”, verificadas no Brasil, basearam-se nas experiências europeias, por meio da inserção de usos que

¹⁵ A população deixa de usufruir o local para consumi-lo: a permanência nos espaços não se faz mais pelo lugar em si (sua estrutura, função, vocação), mas pelos bens de consumo que este venha a oferecer; são lojas, lanchonetes, exposições, shows, que relacionam-se superfluamente com o ambiente, ao mesmo tempo que o tornam codependente de seus serviços e produtos.

objetivaram, nas áreas históricas, o desenvolvimento do turismo, da cultura e do lazer (MOREIRA, 2004, p. 62 *apud* ANDRADE, 2007, p. 71).

Por fim, Cunha (2008, p. 05, grifo nosso) atualiza a visão sobre os procedimentos de intervenção em áreas históricas e resume aquilo que pretendemos observar com o desenvolvimento deste trabalho:

As mudanças na política em relação à cidade existente implicam mudanças a nível institucional e uma procura de instrumentos de intervenção adequados aos **critérios e objetivos das intervenções que se visam. A evolução dos conceitos e as novas práticas** são acompanhadas pelo crescente protagonismo que o **poder local** ganha na condução da política urbana. A conjugação dos **diversos agentes e dos diversos níveis de atuação** num processo é a chave do êxito da intervenção na cidade existente.

Fazer uma conexão entre nosso objeto de estudo e a base conceitual aqui formulada, passa a ser o caminho trilhado nos próximos capítulos visando cumprir o objetivo da presente pesquisa: caracterizar e analisar os projetos e intervenções realizadas em praças do centro histórico de João Pessoa, entre as décadas de 1980 e 2010, relacionando-as com as linhas de conduta para conservação do patrimônio vigentes neste recorte temporal.

A fim de melhor compreender estes novos espaços que resultaram das intervenções realizadas, nos apropriamos de alguns conceitos e definimos parâmetros de análise, como questões de ordem funcional ou outros mais subjetivos, como: construção de cenários, manutenção da identidade e memória dos lugares. Ao longo de toda a análise que se segue nos próximos capítulos não perdemos de vista o seguinte alerta extraído da obra de Vargas e Castilho (2009, p. 03): “intervir nos centros urbanos pressupõe avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção”.

2 REQUALIFICAÇÃO EM PRIMEIROS PASSOS (1980-1990): A ÊNFASE SOBRE O MONUMENTO HISTÓRICO

Neste capítulo introduziremos a realidade da capital paraibana, a partir das praças Dom Adauto e São Francisco, uma vez que entre aquelas que integram nosso objeto de estudo foram as primeiras a passar por requalificação, na década de 1980. Para entender o pensamento vigente e contextualizar fatos que levaram a estas requalificações, retomaremos os anos de 1970 quando surge

Uma das primeiras iniciativas para se reorganizar e ampliar a tutela dos bens culturais no país [...] por ocasião da realização do “1º Encontro de Governadores”. Deste encontro resultou o documento denominado “Compromisso de Brasília”, que recomendava a criação dos órgãos estaduais e municipais de preservação. O governo federal oferecia, como estímulo, a possibilidade da utilização de 5% de suas quotas-partes do Fundo de Participação, na proteção do patrimônio cultural, mediante convênio com o IPHAN. Um novo encontro de governadores irá se realizar em 1972, em Salvador, na oportunidade serão retomadas as discussões sobre as novas e necessárias medidas complementares, reiterando os compromissos [sic] celebrados anteriormente em Brasília (IPHAN, 1997, p. 04).

Cumprindo as recomendações da Carta de Brasília, de 1970, foi instituído em 31 de março de 1971, na Paraíba, o órgão responsável pela conservação dos bens de caráter patrimonial, o IPHAEP: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (A UNIÃO, 07/06/88).

Segundo Oliveira (2009, p. 56) a finalidade do órgão era “a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontravam sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e compreenderia os bens de caráter histórico, artístico, folclórico, florístico e arqueológico”. Sistematizando os caminhos do IPHAEP, elencamos alguns pontos em sua atuação e legislação que nos ajudam a compreender a formação da instituição:

Quadro 01: Leis ou Decretos que integram a história do IPHAEP.

Lei ou Decreto de Lei	Data	Finalidade
5255	31 de março de 1971	Cria na Secretaria de Educação e Cultura o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.
7651	28 de julho de 1978	Transforma o Instituto em Órgão de Regime Especial com Autonomia Administrativa e Financeira.
7819	24 de outubro de 1978	Dispõe sobre o cadastramento e tombamento dos Bens Culturais, Artísticos e Históricos no Estado da Paraíba.
9484	10 de maio de 1982	Dispõe sobre a delimitação do Centro histórico inicial de João Pessoa.

Fonte: OLIVEIRA, 2009, p.59, adaptado pela autora.

No âmbito nacional, durante as décadas de 1970 e 1980, a conservação do patrimônio histórico da Paraíba encontrava-se subordinada à Superintendência Regional do IPHAN de Pernambuco, não tendo uma representação própria. Neste sentido, o IPHAEP veio desempenhar um importante papel, sendo o órgão responsável pelo primeiro cadastramento e tombamento dos Bens Culturais, Artísticos e Históricos do Estado, em 1978. Este era o ponto de partida para proteger os monumentos paraibanos, de valor local, seguindo os passos do ocorrido desde 1937, a nível nacional, como demonstrado pela quadro 02, na qual elencamos os bens tombados pelo IPHAN em João Pessoa-PB, antes da instituição do IPHAEP.

Quadro 02: Lista de tombamentos do IPHAN, de 1937 a 1971, antes de haver uma Superintendência da Paraíba.

Ano do Tombamento	Livro Histórico	Livro de Belas Artes
25/04/1938		Igreja da Misericórdia
30/04/1938		Capela do Engenho da Graça
05/05/1938	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	
24/05/1938	Ruínas da Casa da Pólvora	
22/07/1938		Igreja da Ordem Terceira do Carmo
12/08/1938	Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes	
21/06/1938	Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho, nº 117, onde esteve preso o revolucionário do mesmo nome.	
26/09/1941	Fonte Pública do Tambiá	
16/10/1952		Convento e Igreja de Santo Antônio e Casa de Oração e claustro da Ordem Terceira de São Francisco
10/01/1957		Igreja do Mosteiro de São Bento
26/04/1971	Casa à Praça do Erário	

Fonte: Arquivo Noronha Santos¹⁶, IPHAN, adaptado pela autora.

¹⁶ Arquivo Noronha Santos. Disponível em: <www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>. Acesso em: 12/08/2013.

Assim como procedeu o IPHAN, também o IPHAEP desempenhou papel importante na preservação dos bens imóveis isolados, em grande parte situados no recorte espacial que posteriormente veio ser convertido na sua poligonal de tombamento. Em seu tombamento contemplou alguns edifícios remanescentes do período colonial, bem como edificações representativas do final do século XIX e início do século XX, as quais são registro do processo de expansão e modernização da cidade naquele período.

Com dois anos de funcionamento e apesar das dificuldades encontradas, o IPHAEP prospera, firmando, inclusive, um Convênio com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) “no qual a Prefeitura ficava obrigada a consultar o IPHAEP em caso de reformas/ demolições/ alterações solicitadas à mesma, para que o Instituto promovesse parecer quanto à possibilidade de realizá-las” (OLIVEIRA, 2009, p. 63).

Foi na década de 1980 que, a nível nacional, se ampliou o acervo de cidades e centros históricos tombados, consagrando as “áreas urbanas como principais objetos patrimoniais e centro do discurso preservacionista [...] no Brasil” (SANT’ANNA, 1995, p. 224).

Ratificando este fato, no ano de 1982, o IPHAEP define a área reconhecida como Centro histórico da cidade de João Pessoa, delimitando seu perímetro de tombamento (ver figura 04), pelo Decreto Estadual n. 9.484 de 1982. Similar legislação previa, também, o tombamento de 44 bens imóveis de forma isolada (ver quadro 03), o que deve indicar a importância do monumento em detrimento do conjunto urbano edificado.

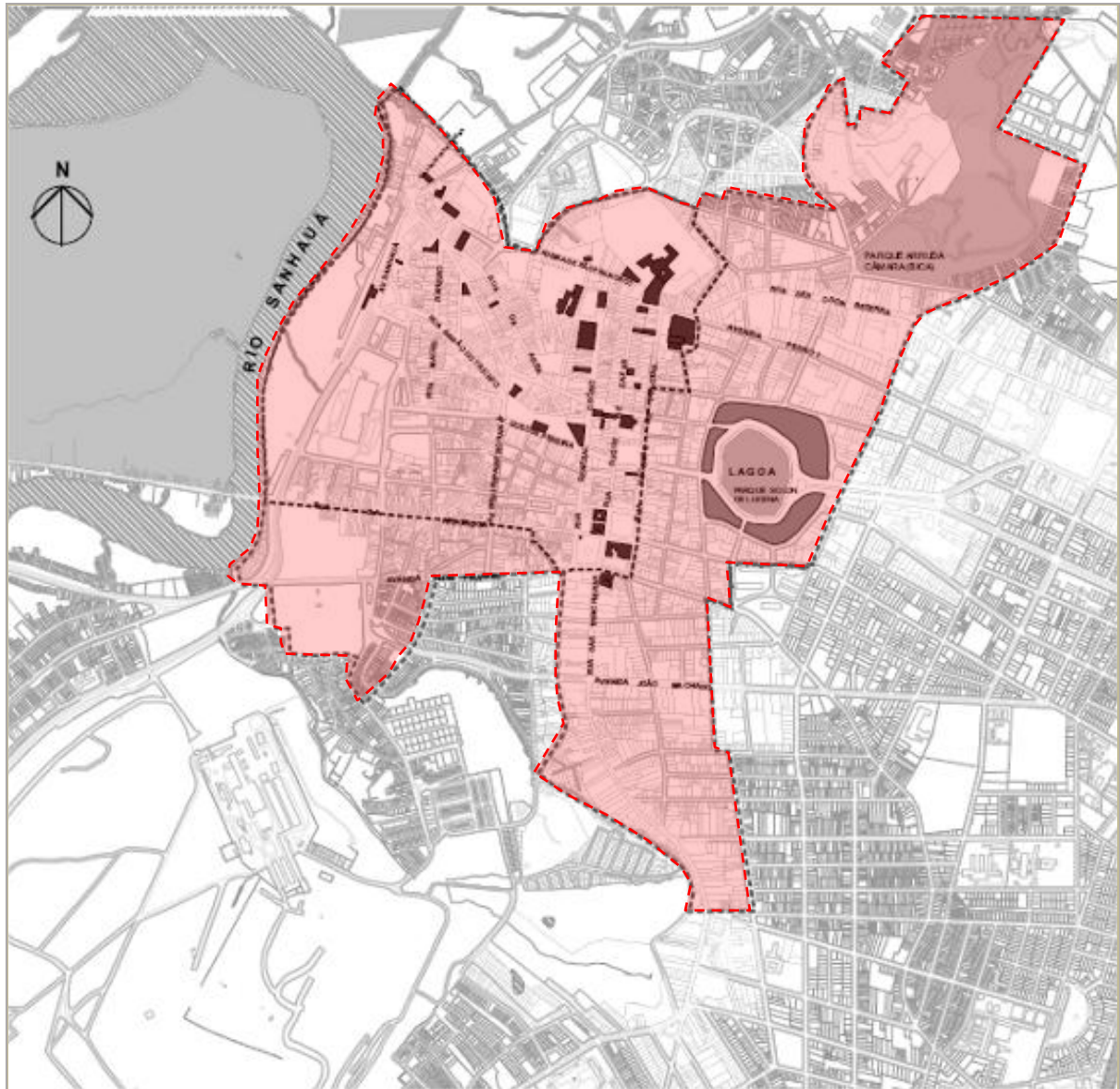


Figura 04: A linha tracejada em vermelho marca a delimitação da Poligonal de tombamento definida pelo IPHAEP em 1982. Fonte: IPHAEP.

Quadro 03: Quarenta e quatro bens imóveis tombados de forma isolada pelo IPHAEP.

Edificação	Edificação
1. Biblioteca Pública do Estado	2. Imóvel 33 da Praça Simeão Leal
3. Palácio Episcopal	4. Imóvel 366 da Rua da Areia
5. Faculdade de Direito	6. Casa onde residiu João Pessoa
7. Associação Comercial do Estado da Paraíba	8. Sobrado e capela da fazenda Ribamar
9. Palácio da Redenção	10. Sobrado Comendador Santos Coelho
11. Correios e Telégrafos	12. Imóvel 85 da Praça Simeão Leal
13. Comando da Polícia Militar do Estado	14. Imóvel 348 da Av João Machado – IPHAEP
15. Academia de Comércio Eptácio Pessoa	16. Sobrado Conselheiro Henriques
17. Teatro Santa Rosa	18. Igreja de Santa Terezinha
19. Quartel da Polícia Militar	20. Igreja de N. Sra. do Rosário
21. Academia Paraibana de Letras	22. Igreja de N. Sra. do Carmo
23. Tribunal de Justiça	24. Igreja de São Frei Pedro Gonçalves
25. Grupo Escolar Tomaz Midello	26. Igreja de N. Sra. da Penha e entorno
27. Estação Ferroviária de João Pessoa	28. Igreja de São Vicente de Paulo e casa da sociedade
29. Conjunto Urbanístico Educacional	30. Basílica de N. Sra. das Neves
31. Escola Técnica situada na Av. João da Mata	32. Mausoléu do ex-interventor Antenor Navarro
33. Loja maçônica Branca Dias	34. Parque Arruda Câmara
35. Antigo Hotel Globo	36. Coreto Obelisco e Praça da Independência
37. Núcleo de Arte Contemporânea	38. Coreto da Praça Venâncio Neiva
39. Imóvel onde residiu Anayde	40. Parque Solón de Lucena
41. Imóveis na Av. João da Mata	42. Balaustrada da Av. João da Mata
43. Imóvel 265 da Rua da Areia	44. Antigo Engenho Paul

Fonte: IPHAEP, adaptado pela autora.

Em consulta a documentos encontrados na Biblioteca da Superintendência do IPHAN na Paraíba observamos a ocorrência de projetos pontuais de restauração na cidade de João Pessoa, neste mesmo ano de 1982¹⁷, como veremos adiante. Eram alvo destas restaurações monumentos do período colonial, em resposta aos caminhos traçados pelo IPHAN ainda da década de 1950 quando “verificou-se por fim uma como que hipertrofia dos setores dedicados à conservação e restauração dos monumentos de pedra e cal, com ênfase principalmente dos representativos da aculturação da arquitetura europeia no Brasil” (SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 52).

É importante lembrar que esta delimitação de tombamento foi revista e atualizada pelo IPHAEP (figura 05), em 2004 por considerar que a poligonal de 1982 se baseava “em critério quantitativo de configuração espacial”, sendo necessária “a sua reorientação dentro dos critérios qualitativos, objetivando preservar as feições arquitetônicas urbanas necessárias à sustentabilidade e à preservação da identidade da cidade”¹⁸ Assim, passou a vigorar o Decreto n. 25.138, de 28 de junho de 2004, que definiu uma poligonal de tombamento compreendendo a cidade construída até o início do século XX.

¹⁷ Consta-se no Memorial Descritivo ou Estratégia de Ação (1996) que restaurações estavam sendo realizadas na Casa de Oração Carmelita, anexa à Igreja de Santa Teresa de Jesus, e na própria Igreja da Ordem Terceira do Carmo. Estas obras se prorrogaram até os anos de 1997.

¹⁸ Decreto Estadual n. 25.138, de 28/06/2004.

consequência, atraindo a população usuária (flutuante¹⁹ ou não), provocando retorno financeiro.

Neste contexto, em 24 de novembro de 1987, foi criada a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico da cidade de João Pessoa (CPDCH), cuja função era implantar e monitorar o Projeto de Revitalização do Centro histórico – PRCH (1987-2002). Este projeto teve “como objetivos básicos: a recuperação das raízes culturais comuns entre Brasil e Espanha; a restauração e valorização do nosso patrimônio natural e construído, e a formação de mão de obra especializada em diversos níveis, inclusive com a revalorização de ofícios artesanais”²⁰ (CPDCH, 2002, p. 108-109).

Esta Comissão era resultado de um convênio estabelecido entre o governo do Brasil e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI)²¹ envolvendo também os governos estadual e municipal. Desta forma, o centro histórico de João Pessoa passou a integrar o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Íbero-América, mantido pela AECI em vários países da América Latina²². Oliveira (2009, p. 68-69) afirma que o motivo para escolha de João Pessoa foi ser a mesma

uma das cidades na América Latina fundadas na época da União Ibérica, quando as Coroas Espanhola e Portuguesa se encontravam unidas sob o domínio de Felipe II. Essa tarefa foi realizada por pesquisadores espanhóis a partir de estudos sobre o traçado original de fundação da cidade e serviria para posteriores processos de tombamento e restauração (OLIVEIRA, 2009, p. 68-69).

No mesmo ano de 1987 foi selado o Convênio de Cooperação entre o Governo do Brasil e o Governo da Espanha para a realização de obras previstas no Programa de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa. É importante esclarecer que a área de

¹⁹ Chamamos usuário flutuante aquele que não se estabelece ou cria vínculos com o espaço. Seu interesse é efêmero; meramente de consumo – seja turístico ou outro tipo de lazer.

²⁰ A fim de complementar o PRCH e cumprindo a meta de formar mão de obra especializada, em 1991, foi implantada a Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, sendo responsável pela formação de mão de obra e pela execução de restauração de monumentos localizados no centro histórico. Desenvolveremos com maior profundidade esta temática no Capítulo 3, tendo em vista seu recorte temporal e sua importância nos anos de 1990.

²¹ Hoje conhecida como Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), é responsável por, entre outras finalidades, contribuir com o desenvolvimento humano, melhoria da qualidade ambiental nos países em desenvolvimento e promover o papel da cultura e do conhecimento, com especial atenção na promoção do respeito da diversidade cultural. Fonte: <<http://www.aecid.es/es>>, acesso em 06/11/2013.

²² Segundo o documento produzido pela CPDCH de João Pessoa, fruto da I Reunião de Avaliação Interna das atividades do GAPLAN/ IDEME/ Projeto Nordeste, em 01 de junho de 1988, o Brasil fora o quinto país da América Latina a receber a colaboração do ICI, sendo os demais: México, Nicarágua, Equador e Venezuela. Este documento encontra-se disponível na Biblioteca do IPHAN/ PB.

atuação dessa Comissão não correspondia à poligonal do centro histórico delimitada pelo IPHAEP uma vez que a mesma “concentrava seus esforços num perímetro que abrangia a área de ocupação urbana até a segunda metade do século XIX aproximadamente, enquanto o IPHAEP trabalhava com um espaço físico mais amplo, bem como um período de expansão histórica até a primeira metade do século XX” (COSTA, 2009, p. 127).

Consta no documento “Centro histórico de João Pessoa” (CPDCH, 2002, p. 29), que neste primeiro momento “são priorizadas ações que visavam o resgate emergencial de monumentos que se achavam há vários anos abandonados”. Isto era ainda mais relevante se consideramos que no período de instalação do PRCH, o “planejamento municipal limitava-se apenas aos aspectos urbanísticos não se preocupando com os aspectos da preservação do patrimônio histórico” (Idem, p. 07).

Da mesma forma, tanto IPHAN quanto IPHAEP não dispunham de nenhum mecanismo que viabilizasse a revitalização do centro histórico, pois limitavam a atuar em tombamentos e restaurações de monumentos isolados, sem a elaboração de nenhum plano que pudesse reger as intervenções. Como já vimos, as restaurações executadas contemplavam edificações coloniais, como exemplo temos o Convento Franciscano e o Complexo Carmelita, inseridos na Praça São Francisco e Praça Dom Adauto, respectivamente. Fica esclarecido então quão importante foi a criação do Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa.

Quando da implantação do PRCH, a realidade na qual se encontrava o centro histórico já era bem complexa, decorrência da intensificação do esvaziamento do uso residencial, agravado pelo predomínio das atividades de comércio e serviços. Ao final da década de 1980 outro processo tinha início na área: a substituição do comércio elitizado por outro de padrão mais popular. Tudo isso foi afastando as classes mais abastadas do centro, cada vez mais reduzindo os investimentos privados na conservação dos imóveis, sujeitos aos riscos iminentes de degradação, necessitando assim de intervenção imediata, como ressaltou o documento de número 02720, referente ao Convênio firmado entre o governo brasileiro e espanhol, assinado em 09 de abril de 1987²³:

O Governo da República Federativa do Brasil está especialmente interessado na conservação e manutenção de seu patrimônio artístico-histórico e de suas

²³ Documento nº. 02720: Convênio de Cooperação Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo do Reino da Espanha para a realização de obras previstas no estudo de revitalização do Centro histórico de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. 1987. Disponível na Biblioteca do IPHAN da Superintendência da Paraíba.

raízes, em especial no Estado da Paraíba, e que as características da cidade de João Pessoa acham-se submetidas a um perigoso processo de substituição e de deterioração.

Igualmente, o Jornal A UNIÃO de 17 de janeiro de 1989, salienta o estado de degradação dos bens imóveis patrimoniais frente à ação demolidora da especulação imobiliária e o desinteresse estatal em proceder com ações enérgicas em prol da preservação. Neste momento é possível perceber indícios de um novo pensamento preservacionista, em que a defesa do patrimônio não deveria atuar apenas sobre os monumentos isolados, mas também nas áreas que os circunda. Dizia a imprensa:

A especulação imobiliária em João Pessoa está causando danos irreparáveis ao Patrimônio Histórico da cidade. É que o casario localizado na área em torno dos monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e pelo Pró-Memória, também devem ser preservados. Mas isso é justamente o que não está sendo respeitado e estão derrubando prédios tombados para a construção de novos, com novas fachadas. [...] A preservação dos monumentos históricos de João Pessoa que já foi iniciada há dois anos é uma preocupação dos governos brasileiro e espanhol. Esses trabalhos fazem parte do convênio ibero-americano de preservação dos monumentos históricos para a comemoração do quinto centenário do descobrimento das Américas (A UNIÃO, 17/01/1989).

Tudo isso decorria no contexto da primeira década de atuação do IPHAEP marcada pelas dificuldades para preservar o patrimônio histórico da cidade, como noticiava o jornal:

Além do abandono dos imóveis, os proprietários procuram driblar a vigilância do IPHAEP e demoli-los. Por demolição sem autorização e modificação dos projetos aprovados pelo Instituto, foram encaminhados só ano passado à Procuradoria de Justiça do Estado 19 casos. As denúncias de demolição de fachadas e reformas chegaram ao IPHAEP [de] duas maneiras ou pelos moradores do local ou por visita dos funcionários do Instituto. “Nós comprovamos as denúncias e encaminhamos para a Procuradoria de Justiça, uma vez que não podemos fazer nada, pois o IPHAEP não tem poder de polícia”, disse Sônia Matos [arquiteta do IPHAEP] (A UNIÃO, 26/01/89).

Até mesmo a sede do IPHAEP encontrava-se em estado degradante (figura 06), ratificando que não era apenas a falta de fiscalização e demais meios de atuação dos órgãos competentes que inviabilizavam a preservação dos bens patrimoniais. Não havia mesmo qualquer investimento mais efetivo para tanto.

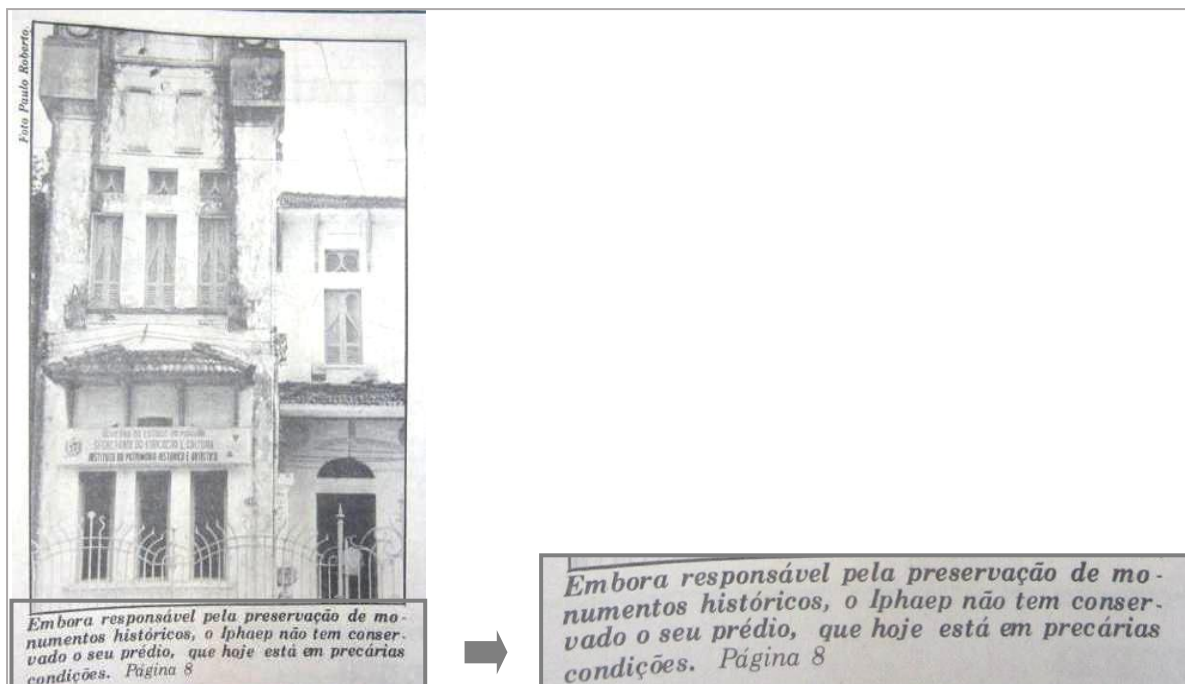


Figura 06: Sede do IPHAEP localizado na Avenida João Machado em 1989. Fonte: Jornal A UNIÃO, 26/01/1989, disponível no Acervo IHGP, acessado em 12/04/2013.

Este quadro era evidente, embora o IPHAEP, na década de 1980, contasse com o apoio marcante de Tarcísio de Miranda Burity, o primeiro governador a olhar em favor da preservação do patrimônio: ofereceu uma sede ao Instituto e decretou todos os tombamentos realizados naquela época. Seu interesse pela cultura era evidente e seu apoio para o desenvolvimento da mesma também, tanto que, ainda em 1975, durante o governo de Ivan Bichara, havia sido nomeado secretário da Educação e Cultura do Estado.

Durante o governo de Burity firmaram-se os já referidos convênios, que uniam forças dos governos municipal, estadual e federal à iniciativa espanhola em prol da preservação do patrimônio histórico da Paraíba, fazendo-se cumprir as orientações dos órgãos responsáveis: IPHAN (SPHAN), IPHAEP, SUPLAN²⁴ e ICI (Instituto de Cooperação Ibero-Americano ligado a AECI).

Tendo por referência o contexto nacional, retomemos um trecho do discurso do então Governador Tarcísio Burity, proferido em 1988 durante a celebração que firmou cinco convênios entre o governo municipal e o governo federal; representados respectivamente pelo Prefeito de João Pessoa, Carneiro Arnaud e o Ministro da Cultura, Celso Furtado. Vale ressaltar que o objetivo destes convênios era a preservação de vários sítios e monumentos históricos da capital, que se encontravam em estado precário:

²⁴ SUPLAN - Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado. Na década de 1980, era um dos órgãos responsáveis pelas obras de restauro e requalificação das áreas históricas da capital paraibana.

Uma nação que se preza e queira legar o seu futuro, tem que preservar seus monumentos históricos. Com a preservação dos seus sítios históricos, João Pessoa continuará sendo admirada e frequentada, uma cidade que soube preservar o seu passado, se identificar com a sua história e garantir a evolução do futuro (A UNIÃO, 10/05/1988, p.1).

Assim, em 1988, sob o governo de Burity e do prefeito Carneiro Arnaud selam-se

[...] convênios, sempre celebrados entre o Ministério da Cultura, o Instituto de Promoção Cultural, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a Suplan e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, preveem a recuperação da Praça Antenor Navarro (Cz\$ 1.300 milhão), do prédio nº. 2 da Praça São Pedro Gonçalves (Cz\$ 2.904.996,00), da Praça São Francisco (Cz\$ 2,2 milhões), recuperação da Praça Dom Adauto (Cz\$ 5,2 milhões) e implantação do horto botânico no conjunto arquitetônico de Santo Antônio (Cz\$ 7,2 milhões). A conclusão das obras está prevista para novembro próximo e um mês depois elas estarão sendo entregues ao uso público (A UNIÃO, 10/05/1988).

Então, neste período, notamos certa ‘efervescência’ quanto ao número de projetos de intervenção. O Documento N.º 02781²⁵, apresentado pela equipe gestora do Projeto de Revitalização do Centro histórico, relata as seguintes obras para o ano de 1988, com os respectivos colaboradores, como aponta a quadro 04:

Quadro 04: Colaboração financeira - Obras previstas para o ano de 1988, seguindo as perspectivas do PRCH.

COLABORAÇÃO FINANCEIRA		
SPHAN e o IPC ²⁶	Governo da Paraíba	ICI ²⁷ e a Comissão Nacional Espanhola ²⁸
Restauração do Horto de São Francisco;	Expropriação do Hotel Globo	Restauração da Igreja de São Bento
Reestruturação da Praça de São Francisco;	Expropriação dos Edifícios existentes no Horto de São Francisco	Restauração dos Edifícios do Hotel Globo
Reestruturação da Praça Dom Adauto;		
Restauração do Edifício da Antiga Alfândega;		
Recuperação da Praça Antenor Navarro.		

Fonte: Documento nº 02781 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Divisão de Atos Internacionais, 1988. Biblioteca IPHAN/PB, adaptado pela autora.

²⁵ Documento N.º. 02781/1988 – “Protocolo Anexo aos Convênio de Cooperação da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha...”, disponível na Biblioteca do IPHAN Superintendência da Paraíba.

²⁶ Instituto de Proteção Cultural.

²⁷ Instituto de Cooperação Ibero-Americana.

²⁸ Comissão Nacional Espanhola para comemoração do V Centenário do descobrimento da América.

Estavam, portanto, previstas no referido documento a recuperação de praças inseridas no perímetro urbano tombado pelo IPHAEP e, em consulta ao jornal A UNIÃO do ano de 1989, foram identificados relatos de ações na Praça São Francisco e na Praça Dom Adauto, mas estas apareciam de forma coadjuvante nas notícias sobre a restauração da Igreja de São Francisco e Igreja de Nossa Senhora do Carmo.²⁹ Em contrapartida, muitas são as restaurações relatadas no mesmo periódico, como o Hotel Globo, a Igreja de São Bento, e até mesmo o Teatro Santa Roza, não referido no planejamento (figuras 09-16).

²⁹ Era prevista para a mesma época a revitalização da Praça Antenor Navarro, mas como veremos no capítulo 3, muitos foram os entraves legais e políticos que retardaram o projeto por 10 anos, vindo a ser executado apenas em 1997.

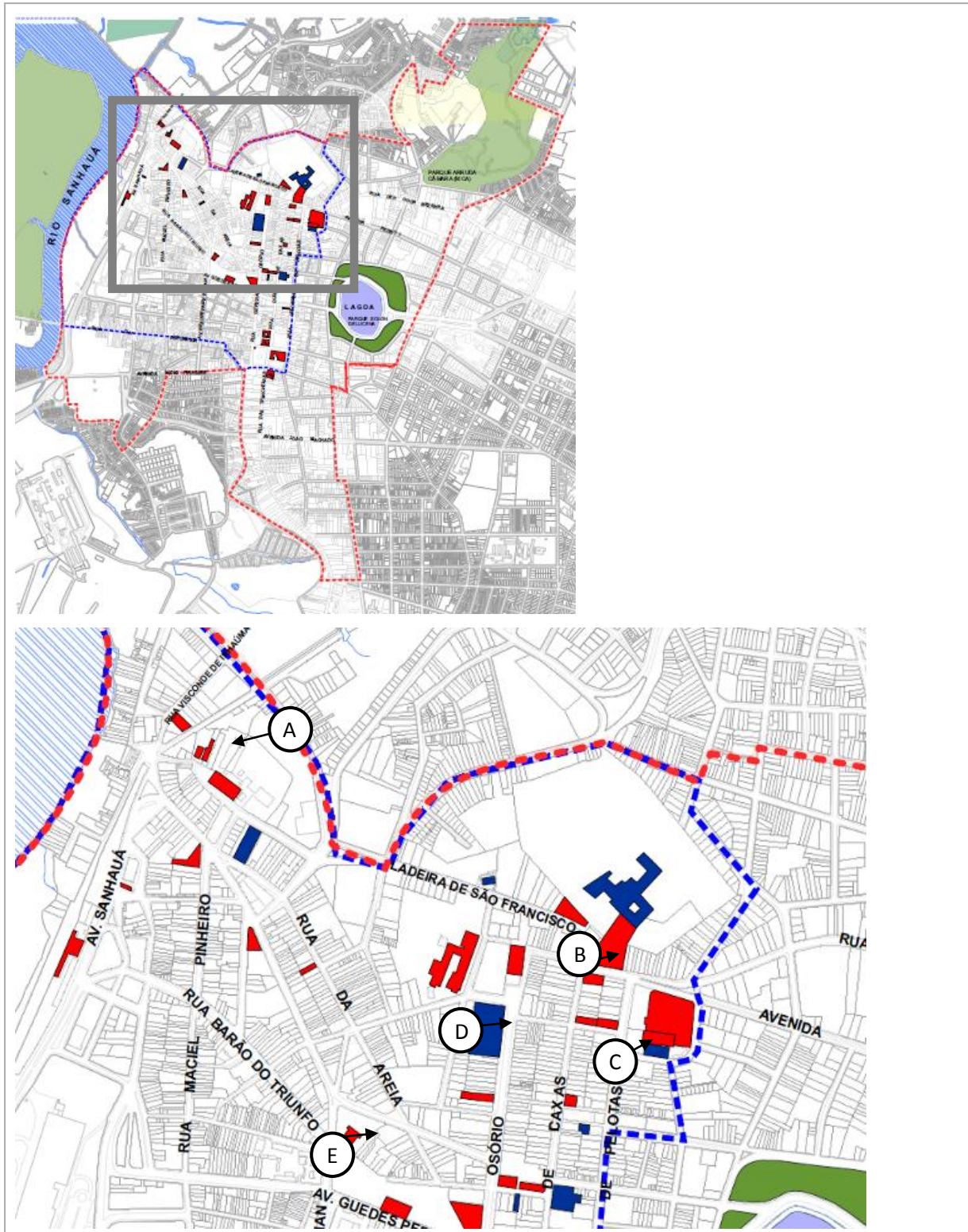


Figura 07; 08: Mapa do Perímetro Tombado pelo IPHAEP em 1982 (tracejado vermelho) e Perímetro de atuação da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico da cidade de João Pessoa em 1987 (tracejado azul); Recorte do referido mapa com destaque para os monumentos tombados que receberam intervenção (A) Hotel Globo; (B) Praça São Francisco; (C) Praça Dom Adauto; (D) Mosteiro de São Bento; (E) Teatro Santa Roza. Fonte: IPHAEP, 2011.

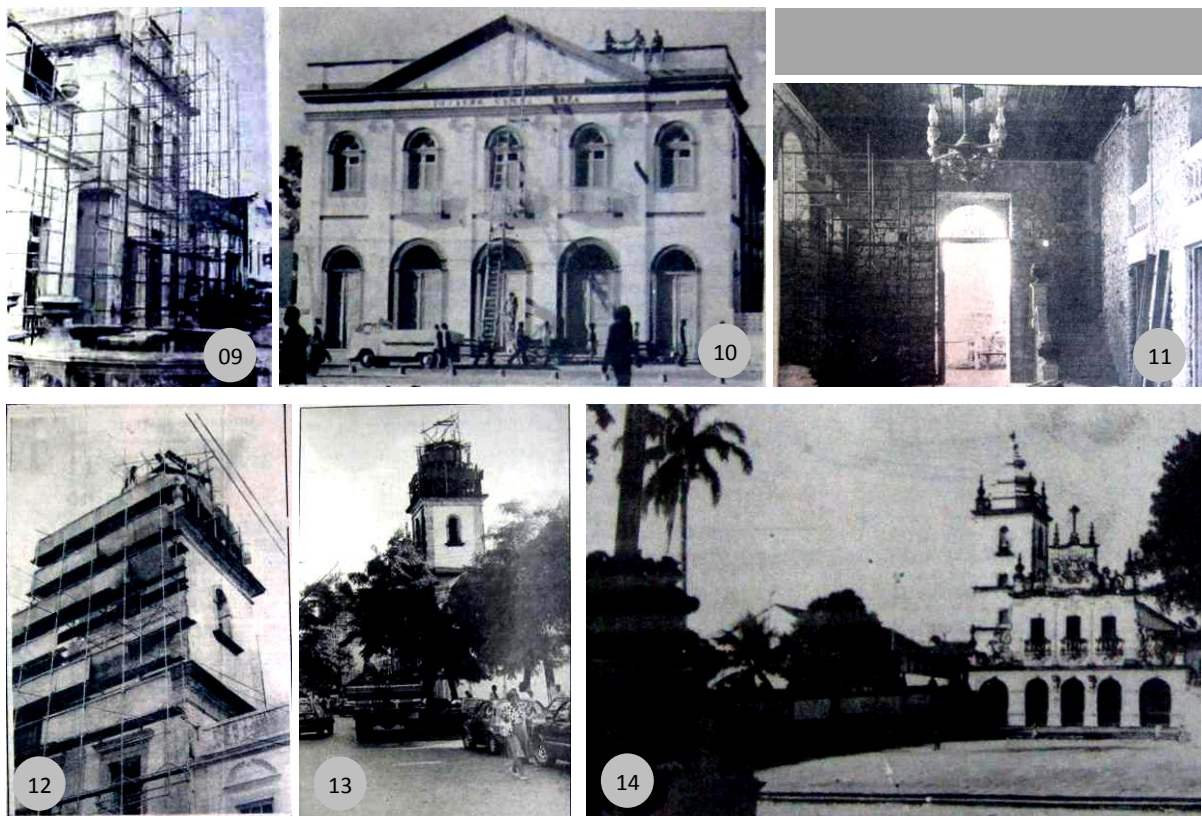


Figura 09: Restauração do Hotel Globo. Fonte: A UNIÃO, 26/09/1989, p.1. **Figura 10; 11:** Teatro Santa Roza (vista externa e interna, respectivamente). Fontes: A UNIÃO, 03/03/89, p. 1; 05/05/1989, p. 1. **Figura 12; 13:** Restauração do Mosteiro de São Bento. Fontes: A UNIÃO, 23/05/1989, p. 13; 11 e 12/02/1989, p. 1. **Figura 14:** Convento Santo Antônio. Fonte: A UNIÃO, 28/09/1989, p. 3.

Diante destas intervenções e de seus relatos nos periódicos da época, percebemos que a ênfase estava prioritariamente sobre os monumentos arquitetônicos, de forma que estes pudessem ser valorizados como marcos do patrimônio local, refletindo uma arquitetura de interesse nacional, concedendo à cidade o ‘*status*’ de histórica, transformando o seu centro em área de interesse turístico e econômico.

Prevendo favorecer o monumento, as ações de preservação eram estendidas para atingir o conjunto urbano edificado, considerando o edifício de caráter patrimonial e seu entorno imediato. Em relatório elaborado pela equipe do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa³⁰, datado de 09 de abril de 1987, consta que até o início do dito projeto, aquela área “não tinha merecido uma atenção maior, em forma de uma proposta que o contemplasse como um todo. [...] Mereciam destaque até então apenas a produção colonial de grandes monumentos isolados quase sempre ligados ao poder da Igreja e do Estado”. Outro documento da mesma época confirmava:

³⁰ Documento S/N, elaborado pela Equipe do Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, em 09 de abril de 1987, que traz 18 pontos de abordagem, interesse e atuação referentes ao dito projeto de revitalização. O documento se encontra disponível na Biblioteca do IPHAN/PB.

As intervenções em edificações isoladas foram propostas em função da revitalização dos Conjuntos Urbanos de valor e de seus entornos, como forma de incentivar o uso adequado dessas áreas³¹.

Embora verificando que, cronologicamente, as restaurações ocorridas nos monumentos preconizavam as intervenções propostas para seu entorno pelo PRCH, o fato é que estas passaram a abranger, também, os espaços livres públicos que estavam ligados, de alguma forma, aos monumentos tombados que passaram por restauração. Certamente, este aspecto deve ser considerado a fim de entendermos a escolha do entorno dos conjuntos Carmelita e Franciscano como os primeiros a receberem requalificação na década de 1980, como veremos no decorrer deste capítulo.³²

Também é importante atentar para o termo “revitalização”, utilizado nos documentos da época ao tratar das ações sobre os conjuntos urbanos situados no entorno dos monumentos restaurados. Como vimos no capítulo primeiro, deveria referir-se a intenção de dar uma ‘nova vida’ aos lugares que eram julgados ‘mortos’ no contexto urbano e social; vivificar o patrimônio histórico que degradado não contribuía para o engrandecimento (cultural, social e econômico) da cidade.

Foi neste contexto que aconteceram as intervenções nas praças São Francisco e Dom Adauto, que passamos a analisar. Localizadas à Cidade Alta, no Bairro do Centro, ambas se encontram, atualmente, inseridas no perímetro de tombamento rigoroso do IPHAN, apenas decretado em 2007 (figura 15), e também fazem parte da área de proteção rigorosa delimitada pelo IPHAEP. Como já referido, se caracterizam pela presença marcante de um monumento histórico remanescente do período colonial, respectivamente: o convento e igreja dos franciscanos e o conjunto arquitetônico dos carmelitas, integrado pela Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Santa Teresa de Jesus e casa de oração da Ordem Terceira do Carmo (figuras 16; 17).

Considerando as obras de restauração em tais monumentos, decidiram os órgãos envolvidos ampliar a ação para os espaços urbanos vinculados aos mesmos, como relata o documento abaixo transcrito:

³¹ Documento de 01 de junho de 1988, fruto da I Reunião de Avaliação Interna das Atividades do GAPLAN/IDEME/ Projeto Nordeste, que foi elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa – CPDCHJP. Disponível na Biblioteca do IPHAN Superintendência da Paraíba.

³² Estes dois complexos arquitetônicos contam entre os quatro mais representativos patrimônios legados pelas Ordens Monásticas que se estabeleceram na cidade, desde o início da sua fundação: Carmelitas, Jesuítas, Beneditinas e Franciscanas. São, ou foram, exemplares do Brasil colonial, dentre os quais, Carmelitas e Franciscanos já haviam recebido tombamento nacional, constando desta forma, em 1938 nos livros de tombo do IPHAN.

Com a execução de obras nos conjuntos Franciscanos e Carmelitas, é oportuno incorporar o agenciamento das áreas circundantes (praças) como prioritário para a integral revitalização do núcleo “Cidade Alta”. Nesse sentido, foram contemplados com projetos Especiais de reurbanização as Praças Dom Adauto e São Francisco, recuperando essas áreas livres, valorizando os monumentos existentes no seu entorno e eliminando elementos contaminantes dos mesmos³³.

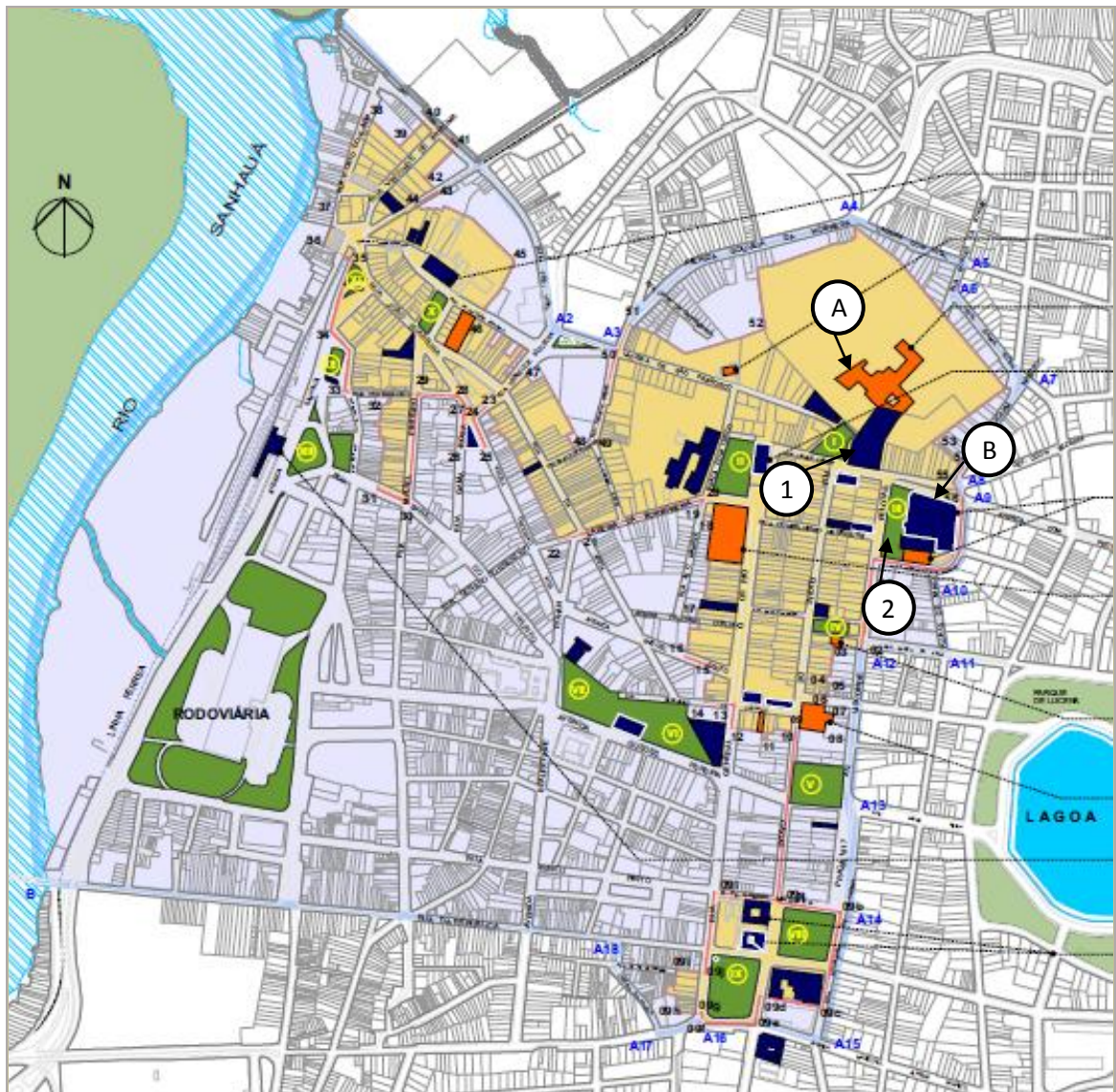


Figura 15: Perímetro de Tombamento do IPHAN, 2007: (1) Praça São Francisco; (2) Praça Dom Adauto; (A) Conjunto Franciscano; (B) Conjunto Carmelita. Fonte: IPHAN, editada pela autora.

³³ Documento de 01 de junho de 1988, fruto da I Reunião de Avaliação Interna das Atividades do GAPLAN/IDEME/ Projeto Nordeste, que foi elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa – CPDCHJP. Disponível na Biblioteca do IPHAN Superintendência da Paraíba.

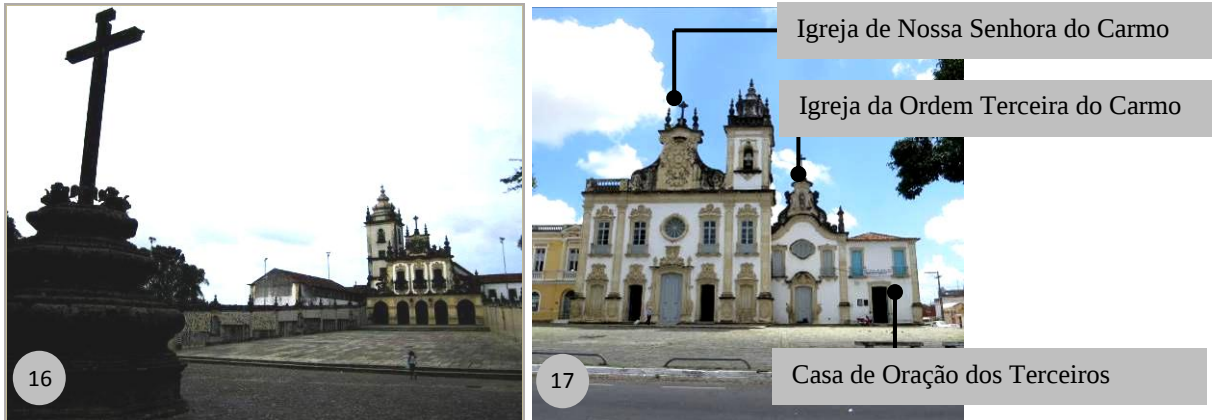


Figura 16: Conjunto Franciscano (Convento de Santo Antônio). **Figura 17:** Conjunto Carmelita (Igreja de Nossa Senhora do Carmo; Igreja da Ordem Terceira do Carmo ou de Santa Teresinha do Menino Jesus e Casa de Oração dos Terceiros, atual Instituto Padre Zé). Fonte: Camila Cesar, 2013.

Nesta perspectiva, a proposta encaminhada para a revitalização da Praça Dom Adauto ressalta bem sua importância, tendo em vista a localização à frente da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (figura 18-20), “podendo ser considerado parte integrante da mesma” (CPDCHJP, 1988). Assim, o documento de 01 de junho de 1988³⁴ aponta que “o Projeto de intervenção dessa Praça foi desenvolvido com o objetivo de recuperar a unidade do Conjunto de singular valor histórico arquitetônico onde a proposta visa realçar os monumentos religiosos dos Carmelitas e as edificações do século XIX”, elaborando então uma nova disposição de *layout* para o piso, a substituição do mobiliário urbano e das espécies arbóreas.



Figura 18; 19; 20: Conjunto Carmelita; Igreja Nossa Senhora do Carmo; Igreja da Ordem Terceira do Carmo e Casa de Oração dos Terceiros, década de 1940. Fonte: IPHAN Superintendência de Pernambuco.

³⁴ Documento de 01 de junho de 1988, fruto da I Reunião de Avaliação Interna das Atividades do GAPLAN/IDEME/ Projeto Nordeste, que foi elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa – CPDCH. Disponível na Biblioteca do IPHAN Superintendência da Paraíba. Acesso em 01/10/2013.

O Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa³⁵, de 1988, caracterizou a Praça Dom Adauto como “uma área de aproximadamente 2000 m², composta de 3 módulos planos e retangulares sendo o módulo central de maior extensão”. A cobertura vegetal existente era composta de 15 árvores de grande porte, especificamente “jambeiros”, em um “mau estado de conservação” e locados formando uma “barreira verde” densa e escura, “impedindo a visualização do conjunto arquitetônico da Ordem dos Carmelitas” (figura 22).

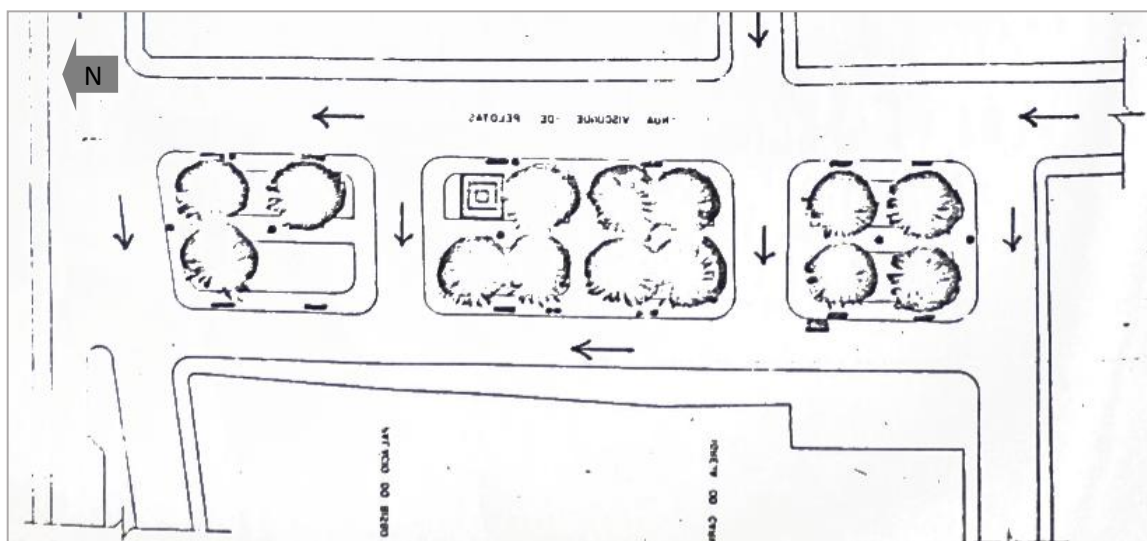


Figura 22: Praça Dom Adauto, 1987. Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, CPDCH.

Esta configuração da praça resultou de interferências ocorridas desde o começo do século XX (figuras 23-26), e se tornou desfavorável para a valorização e visualização do espaço com seus monumentos, trazendo ares de marginalização e depreciando o lugar.

³⁵ Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1988. Ministério da Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto de Cooperação Ibero-americano: Comissão Nacional do V Centenário Espanha. Disponível na Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa.

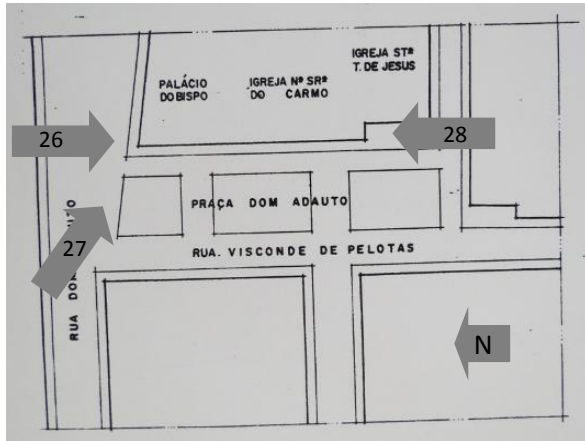


Figura 23: Planta esquemática da Praça Dom Aदाuto e Conjunto Carmelita. Fonte: Acervo Walfredo Rodrigues
Figura 24: vista do observador da Praça Dom Aदाuto em 1927. Fonte: Arquivo Eclesial da Paraíba.



Figura 25: vista do observador da Praça Dom Aदाuto em 1967. **Figura 26:** vista do observador da Praça Dom Aदाuto em 1988. Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Aदाuto, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa.

Perante este espaço fragmentado e ocupado por veículos, um parecer emitido pelo IPHAEP, em 05 de setembro de 1988, solicitava a “execução de um calçadão em torno da Ordem Terceira do Carmo” forçando a retirada da circulação do automóvel em toda a área da Praça e Travessa Dom Aदाuto (atualmente Rua Aloísio Sobreira, ver figura 27). Em tal parecer diziam: “Este calçadão visa proteger a igreja do tráfego, uma vez que se apresentam rachaduras em sua parede, comprometendo desta forma a estrutura do monumento.” (IPHAEP, 1988)³⁶.

³⁶ Parecer emitido pelo IPHAEP e endereçado ao Escritório de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, em 05 de setembro de 1988, assinado pelo então presidente Linduarte Noronha de Oliveira. Disponível na Biblioteca do IPHAN da Superintendência da Paraíba.

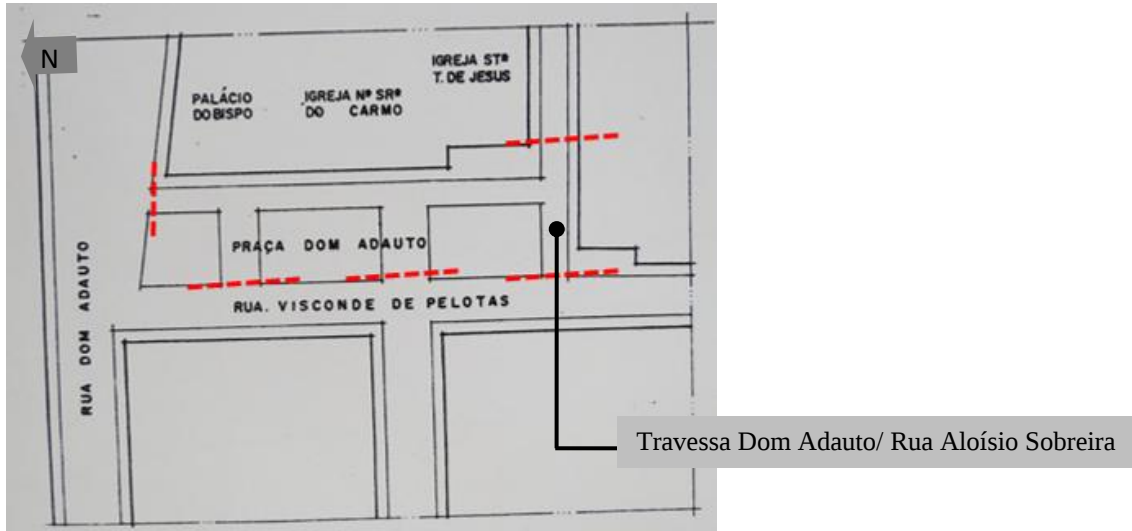


Figura 27: Planta esquemática da Praça Dom Adauto com a interdição das faixas de veículos localizada entre o Conjunto Carmelita e a dita praça, década de 1980. Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa, 2013, editado pela autora.

Considerando a realidade encontrada, o Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto incorporou a antiga configuração, em três canteiros, e gerou um piso contínuo mas definindo três “ambientes” distintos, a fim de que fossem “valorizadas” as potencialidades de cada setor da praça³⁷. O primeiro ambiente limitado pela Rua Dom Adauto (atualmente Rua Dom Pedro I) e correspondendo à fachada do Palácio do Bispo (figura 28), foi pensado para ser convidativo a diversos usos, em especial a convivência, apresentando uma arborização e mobiliário que propiciassem este uso. Vale ressaltar que à frente do Palácio propôs-se a inserção de um renque de palmeiras, visando amenizar a presença da edificação neoclássica, resultante de uma reforma no antigo convento das carmelitas, dissimulando sua presença frente aos demais elementos do conjunto remanescente do século XVIII.

³⁷ Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto (PRPDA), 1988. Disponível na Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa, 2013.



Figura 28: Praça Dom Adauto, 1988. Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa.

O segundo ambiente, foi indicado no Projeto de Revitalização (1988) como “um espaço aberto para contemplação, sem interferências visuais”, correspondendo às fachadas da Igreja do Carmo, Igreja de Santa Teresa de Jesus e a Casa de Oração, que passariam a ser vistas pelo transeunte, sem qualquer obstáculo (figura 29). Por fim, na extremidade ao sul da praça foi proposta a inserção de espécies vegetais de copa mais densa, visando minimizar as “interferências visuais” causadas pela edificação ali presente, na época julgadas de “2ª ordem” (PRPDA, 1988).

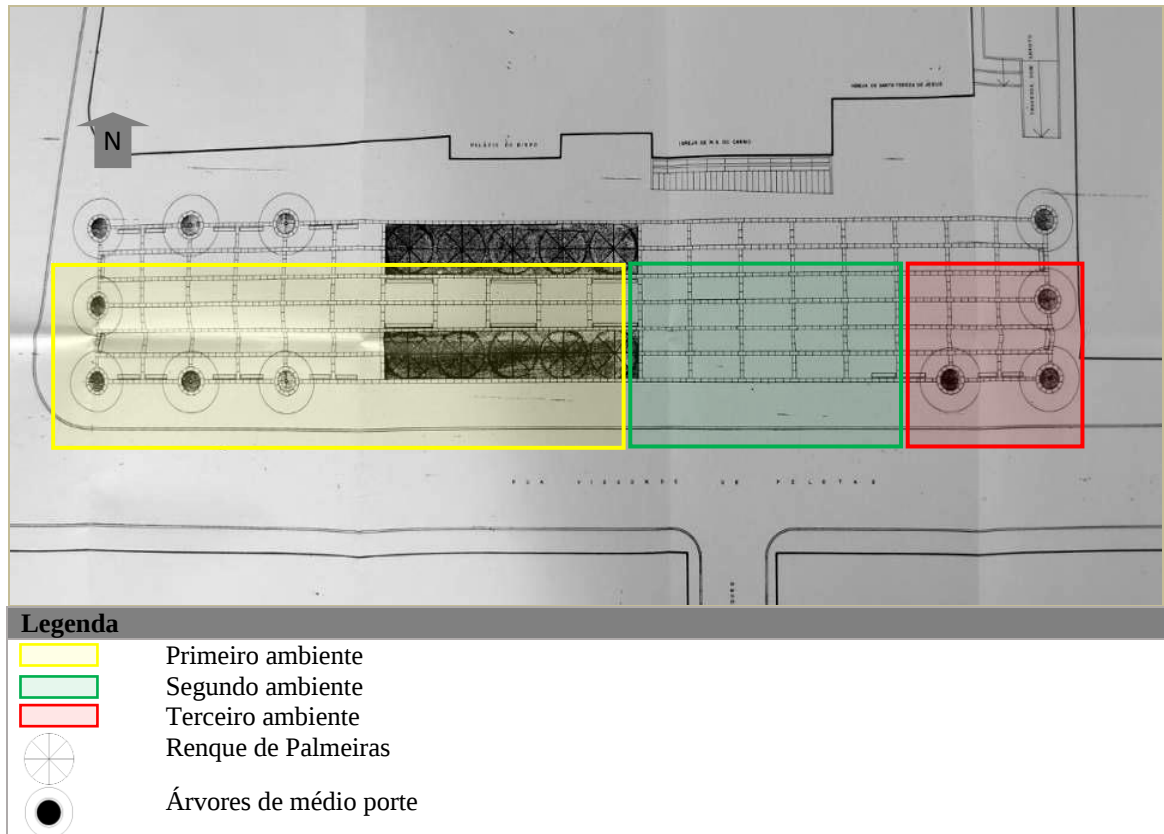


Figura 29: Planta Proposta de revitalização da Praça Dom Adauto, 1988. Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa, 2013, editado pela autora.

Como resultado desta intervenção, observamos a unificação de todo o piso, eliminando a fragmentação do espaço e resultando a Praça Dom Adauto como um amplo “largo”, a exemplo daqueles que antecediam os edifícios religiosos na época do Brasil colonial (figuras 30; 31). Com esta nova configuração, o pedestre é privilegiado usufruindo de um amplo passeio, área com cobertura vegetal e algum sombreamento, recursos que favorecem a percepção do seu entorno edificado e a valorização do monumento tombado.



Figura 30; 31: Praça Dom Adauto vista de onde passava uma pista de veículos; Praça Dom Adauto, 2013. Fonte: Camila Cesar.

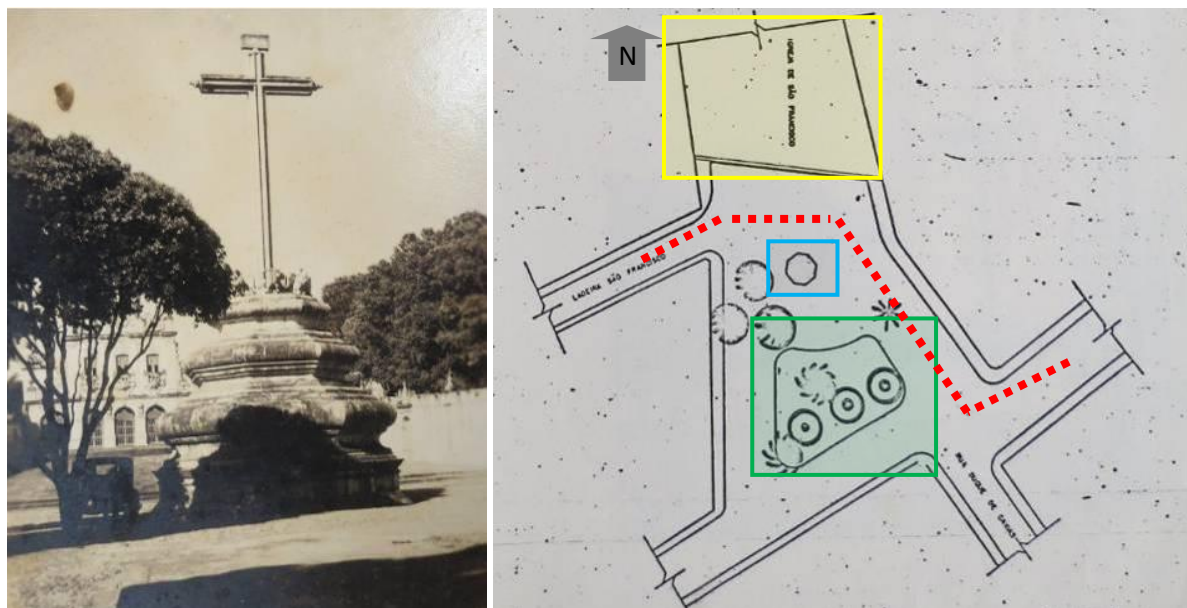
Quanto ao tratamento do entorno associado à proposta de arborização, foi acatada a sugestão contida no Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, para retirada dos jambeiros, espécie frutífera que, segundo o mesmo, sujava e quebrava o piso com suas raízes. Em contrapartida, foi suprimida a inserção de palmeiras imperiais dando lugar à implantação de algumas árvores de copa alta e rala, para que cumprissem a função de encobrir a edificação neoclássica. Obedecendo ao projeto, nas extremidades norte e sul da praça, foram plantadas espécies arbóreas de médio porte para formar pequenas ilhas de amenidades climáticas a fim de convidar o passante à permanência.

De fato, o que podemos perceber é que aspectos primordiais e marcantes do projeto foram executados, como o pátio livre de obstáculos visuais à frente do conjunto carmelita, o fechamento da antiga Travessa Dom Adauto (Rua Aloísio Sobreira) de forma que o piso da praça ficasse contínuo e com acesso exclusivo para pedestres, e por fim, a inserção de árvores de médio porte na margem sul da praça, visando reduzir a visualização da edificação limite, coibindo sua interferência na percepção do entorno (figuras 32-34).



Figura 32; 33; 34: Praça Dom Adauto; vista da antiga Travessa Dom Adauto; edificação à margem sul da praça, 2013. Fonte: Camila Cesar.

Passando à análise do projeto proposto para a Praça de São Francisco, veremos que os problemas encontrados eram semelhantes. De forma idêntica ao que foi apontado para a Praça Dom Adauto, também a Praça São Francisco estava tomada pelos automóveis, servindo de estacionamento e circulação dos mesmos através de uma via de acesso que os permitia chegar nas proximidades do cruzheiro e do adro da Igreja de Santo Antônio (figura 35). No Projeto de Revitalização (1987, p. 35) consta que, ao final da década de 1980, “a Praça São Francisco, marco de grande significação para a cidade se encontra [...] com seu espaço comprometido por vias de tráfego e estacionamento, violentando o conjunto arquitetônico dos franciscanos e as edificações do terreno”.



Legenda

- Adro da Igreja de Santo Antônio
- Rota de circulação de veículos
- Cruzeiro
- Canteiro à margem da Rua Vigário Sarlens

Figura 36; 37: Cruzeiro com um carro em suas proximidades, 1981; Planta Baixa da Praça São Francisco, 1988. Fontes: IPHAN/PE; Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa, editado pela autora.

Assim como ocorreu com a Praça Dom Adauto, a configuração da Praça São Francisco vinha sendo definida desde o início do século XX (figuras 38-41), sendo assim descrita em documento datado de 1988: “sua pavimentação de granito irregular convive com passeios e com um canteiro de forma assimétrica, que comporta densa vegetação; seu equipamento se resume a alguns bancos, a iluminação é muito precária e o posteamento constitui interferência extremamente agressiva” (IPHAN/PB, 1988)³⁹.

³⁹ IPHAN/PB. **João Pessoa, o reconhecimento de uma antiga cidade**. São Paulo, agosto de 1988. Disponível na Biblioteca do IPHAN/PB, 2013. Acessado em 01 de outubro de 2013.



Figura 38; 39: Praça São Francisco em 1910 e 1927, respectivamente. Fonte: Acervo Walfredo Rodriguez, 2011.



Figura 40; 41: Praça São Francisco em 1981: vendo-se da Praça para a Igreja e em seguida, da Igreja para a Praça. Fonte: Acervo Biblioteca IPHAN Superintendência de Pernambuco; Acervo Walfredo Rodriguez.

Além destes problemas, havia o descaso e falta de manutenção do espaço, estando o piso da praça constantemente depredado e, anualmente, equipamentos instalados para a Festa das Neves, que celebra o aniversário da capital paraibana, deterioravam ainda mais o lugar e representavam grande risco ao cruzeiro que convivia de perto com um parque de diversões ali colocado (figuras 42; 43).

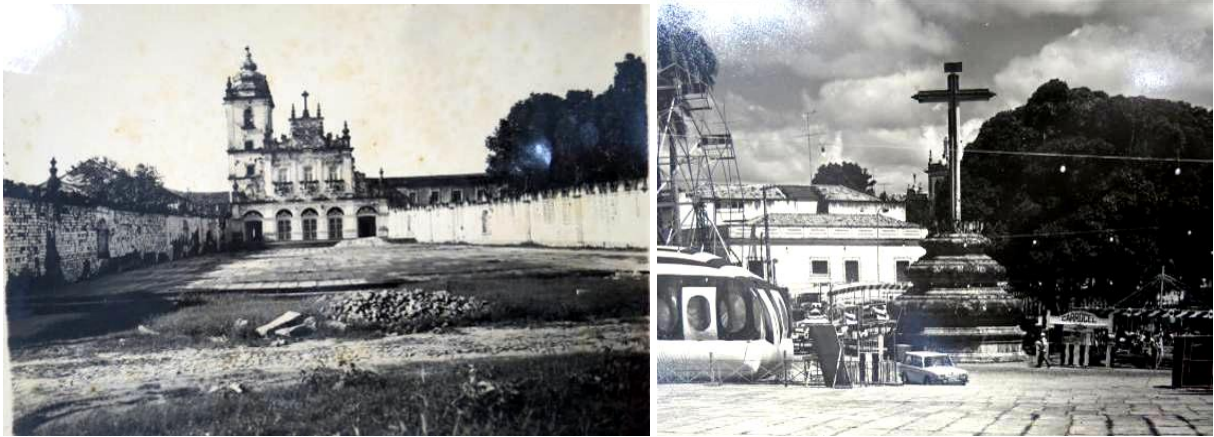


Figura 42; 43: Praça São Francisco em 1971 e 1985, respectivamente. Fonte: IPHAN, Superintendência de Pernambuco.

Outro aspecto observado nas análises do espaço que fundamentaram a proposta de revitalização da Praça São Francisco foi a interferência do seu entorno edificado, assim descrito: “Suas fachadas laterais foram comprometidas por duas massas de edificações de grande porte, que comprometem sua escala original”. À margem leste estava o antigo colégio diocesano, um prédio de dois pavimentos de arquitetura neoclássica, considerado melhor integrado ao contexto local (figura 44). Ao contrário, o edifício situado na margem oposta (figura 45) foi julgado como uma interferência agressiva, assim descrito: uma construção “mais recente, além de possuir maior altura, é de péssima qualidade arquitetônica” Quanto aos demais prédios voltados para a praça, sendo térreos, não causavam “maiores transtornos” (IPHAN/PB, 1988)⁴⁰.



Figura 44; 45: Praça São Francisco em 1981, respectivamente, com a marcação (1) para a edificação neoclássica; com marcação (2) para a construção mais recente. Fonte: IPHAN/PE, 2013.

⁴⁰ IPHAN/PB. **João Pessoa, o reconhecimento de uma antiga cidade**. São Paulo, agosto de 1988. Disponível na Biblioteca do IPHAN/PB, 2013. Acesso em 01 de outubro de 2013.

Como uma das metas previstas pelo Programa de Revitalização do Centro histórico era proibir a má utilização das áreas históricas e salvaguardar os monumentos de valor patrimonial, foi adotado para esta praça o mesmo princípio aplicado na Dom Adauto: a criação de um pátio que resguardasse o monumento, afastando-o da circulação de veículos, ao mesmo tempo em que o aproximava do pedestre, favorecendo a contemplação do bem, a visitação turística e a permanência do usuário.

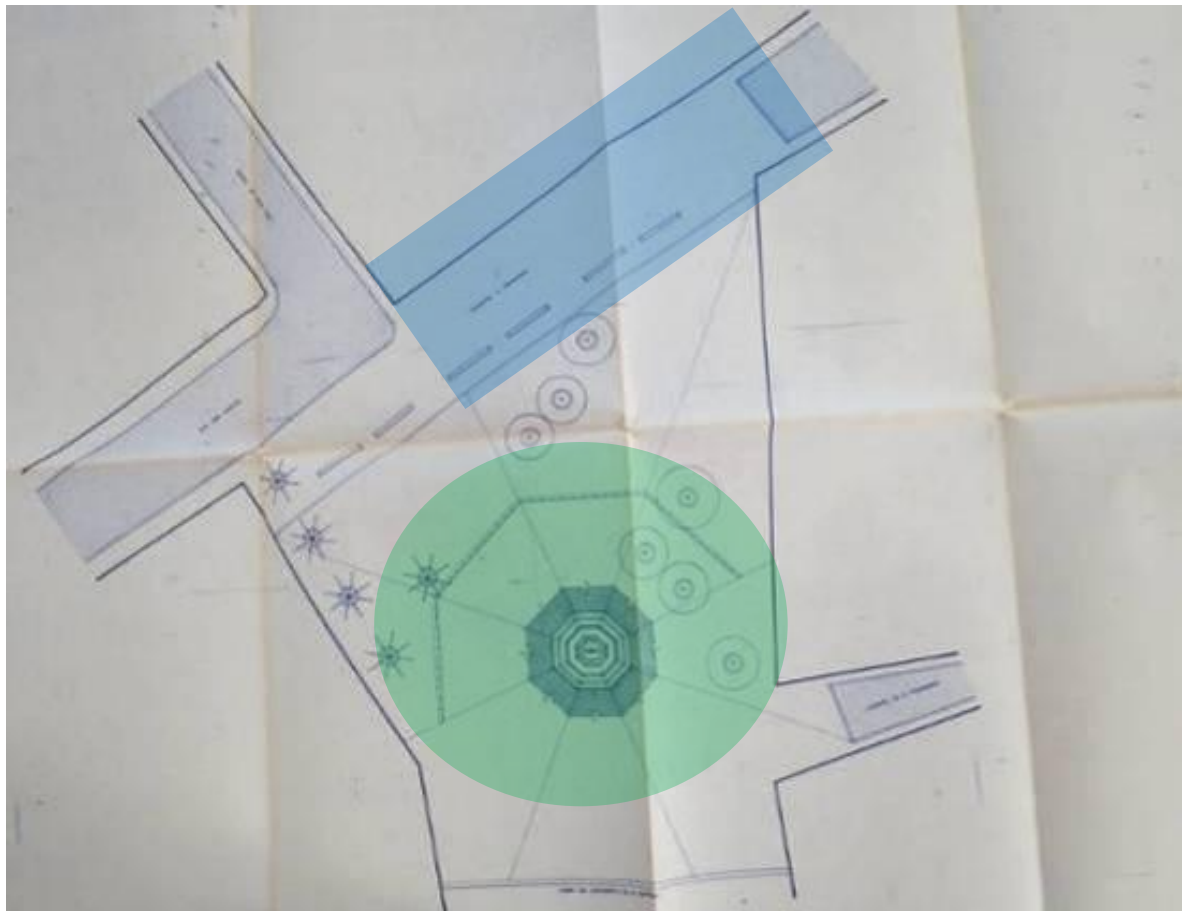
Faz-se necessário atentar, também, que a intervenção nesta praça visava inserir o conjunto franciscano em uma rota ou sequência de visitação, assim explicada em publicação datada de 1988, intitulada “João Pessoa, o reconhecimento de uma antiga cidade”:

A análise das características e da distribuição das praças do Centro histórico de João Pessoa revelou que estes logradouros estão dispostos de tal forma que constituem sequências de espaços passíveis de serem estruturados como percursos, são elas: A sequência formada pelas praças Dom Adauto, São Francisco e Dom Ulrico e pelos trechos de ruas que as interligam. Deve ser a primeira a entrar em obras, em vista dos trabalhos de recuperação em andamento nos conjuntos carmelita, franciscano e beneditino (IPHAN, 1988).

Considerando este contexto no qual estava inserida a Praça São Francisco, analisamos a proposta de requalificação lançada para o ano de 1988, por meio do PRCH de João Pessoa. Primeiramente, atentamos que o projeto veio a diferir do produto concretizado, embora ambos visassem favorecer o pedestre e suprimir a circulação dos automóveis. A proposta inicial previa não somente o fechamento da rua que cruzava a Praça São Francisco (figura 46) e a formação de um amplo pátio em seu lugar, mas também a constituição de um calçadão sobre a Rua Vigário Sarlens (figura 47) – o que não veio a ser concretizado, permanecendo o percurso de veículos em direção à Catedral de Nossa Senhora das Neves situada na Rua General Osório.



Figura 46: Abertura da rua que cruzava a Praça São Francisco (1973). Fonte: IPHAN – Superintendência de Pernambuco.



LEGENDA

	Calçadão Rua Vigário Sarlens
	Proposta de piso radial ao entorno do Cruzeiro
	Renque de Palmeiras lateral leste
	Árvores de copa densa que permaneceram a lateral oeste

Figura 47: Planta Proposta do Projeto de Revitalização da Praça São Francisco em 1988. Fonte: CDPCH.

Quanto ao piso concebido para a Praça São Francisco, tinha um desenho radial cujo centro era ocupado pelo cruzeiro, que já passara por uma restauração em 1973, de forma que este fosse resguardado e destacado no *layout* (figuras 48; 49). Além disso, nas proximidades do ícone franciscano haveria a diferenciação do piso, sendo sua cota mais baixa em relação às demais áreas. No entanto, esta proposta também não foi executada, sendo substituída por um piso único em pedra, que ofereceu continuidade ao ambiente e o distanciamento adequado para o resguardo do monumento, permitindo sua contemplação (figura 50; 51).

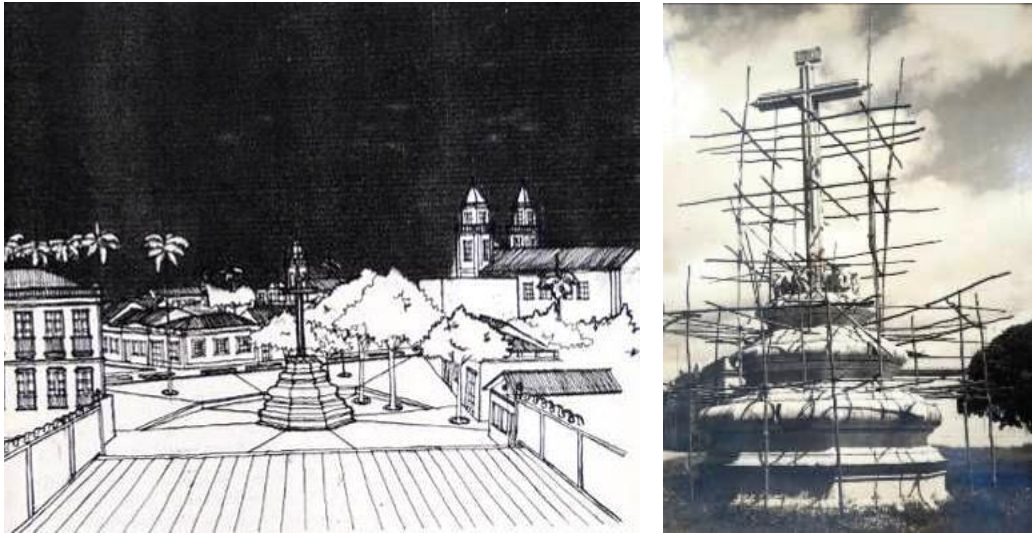


Figura 48; 49: Proposta do Projeto de Revitalização da Praça São Francisco em 1988; Cruzeiro sendo restaurado (1973). Fonte: CPDCH; IPHAN – Superintendência de Pernambuco.



Figura 50; 51: Praça São Francisco, 2013. Fonte: Camila Cesar.

Quanto ao objetivo de minimizar os impactos visuais do entorno sobre a praça e o monumento, decidiu-se pela permanência das árvores na fachada leste, à frente da edificação recente, a fim de que sua presença fosse “camuflada” pela vegetação de copa densa. Na outra

margem, onde está a edificação considerada “de boa qualidade arquitetônica”, foi proposto um renque de palmeiras imperiais de forma que a mesma não ficasse escondida, mas também não desviasse o olhar do observador em direção ao convento e igreja dos franciscanos, que era o ponto focal da perspectiva do projeto. Assim, a praça foi idealizada visando fixar a atenção do observador sobre o monumento, valorizando-o e consequentemente preservando-o.

Até aqui foi possível perceber que os dois projetos, com suas peculiaridades, guardavam inúmeras semelhanças, indicando um mesmo direcionamento na forma de atuação. As propostas alcançaram seus objetivos em trazer acessibilidade por meio de um piso contínuo, além de isolar o monumento do acesso de veículos, resguardando-o ainda mais. Igualmente pretendido nos dois projetos, observamos a utilização de recursos paisagísticos que não somente direcionaram o olhar do observador, seja liberando a visualização do monumento ou “camuflando” a existência de edificações “desinteressantes”. Ao final, podemos dizer que os dois projetos foram totalmente condicionados pelo objetivo de valorizar os ‘monumentos’ que dominam a imagem destes espaços públicos, de modo a emoldurá-los em perspectivas que os fizesse o foco das atenções do observador.

E mais, diante do exposto no capítulo 1 quanto à valorização excessiva do monumento artístico que predominou na conservação do patrimônio no Brasil até a década de 1980, questionamos: se as praças Dom Adauto e São Francisco não apresentassem em seu perímetro dois monumentos de interesse nacional receberiam naquela época alguma obra de “revitalização”?

Almejando ratificar a hipótese de que até então as requalificações consideravam prioritariamente os monumentos em relação aos seus entornos – neste caso, as praças, buscamos encontrar referências sobre esta questão na Revista Projeto, periódico de relevância nacional que certamente reflete o que estava em voga ao final da década de 1980. Selecionamos para consulta as edições de número 80 a 140, que correspondem ao recorte temporal de outubro de 1985 a abril de 1991.

Primeiramente, nas revistas pesquisadas, identificou-se a presença maciça de matérias sobre edifícios que passaram (ou passariam) por alguma restauração, sendo estes não só do período colonial ou de função religiosa, até então prioritários entre as restaurações. Outros tipos edificadas e de outras linguagens arquitetônicas eram alvo de obras pelo reconhecimento de seus valores enquanto monumentos, a exemplo do Teatro Municipal de São Paulo (figuras 52-54).

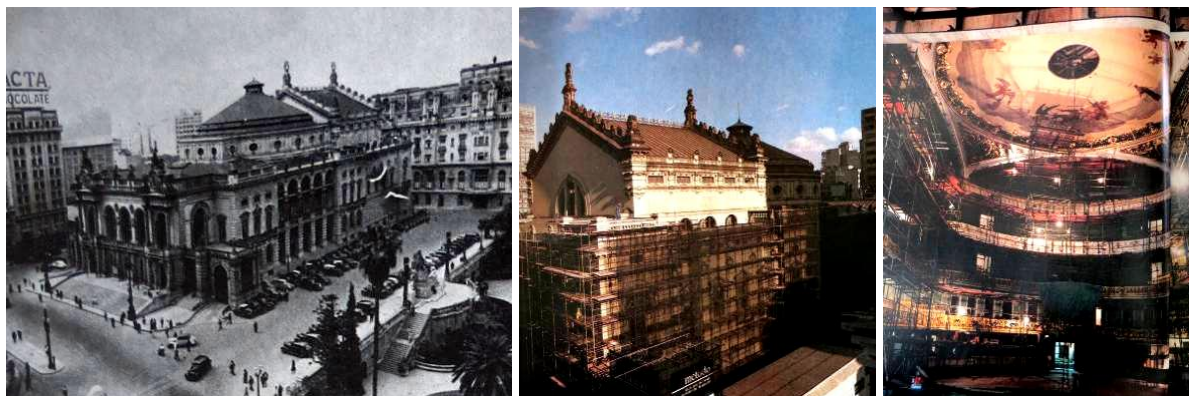


Figura 52; 53; 54: Teatro Municipal de São Paulo (1939); Revitalização da fachada externa e da parte interna do Teatro Municipal de São Paulo. Fonte: Revista Projeto, nº 112, julho de 1988, p. 52-71.

Também era considerável o número de reportagens que tratavam sobre a “revitalização” de núcleos históricos, como Olinda/ PE (REVISTA PROJETO, 1987)⁴¹ e São Luís do Maranhão (REVISTA PROJETO, 1989)⁴². Talvez estes novos interesses estivessem relacionados com a retomada da Carta de Veneza que completava 25 anos em 1989, como recordou a edição nº 127 da Revista Projeto (1989, p.135). Além disso, nesta época, o IPHAN passou a tombar um número maior de conjuntos urbanos, pondo em prática as recomendações do Manifesto de Amsterdã (1975) e da Declaração de Nairóbi (1976) quanto a manutenção dos “conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência” (DECLARAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976, p. 02).

Refletindo e alimentando as discussões da época, a Revista Projeto noticiava a realização de inúmeros congressos, seminários e demais eventos que tiveram como foco a conservação do patrimônio histórico. A exemplo, o I Seminário Brasileiro para preservação e revitalização de Centros Históricos, promovido pelo ICOMOS⁴³, onde foi produzida a Carta Internacional para Conservação das Cidades Históricas e dos Sítios Históricos Urbanos – Carta de Petrópolis (REVISTA PROJETO, 1989, p.50). Em Belo Horizonte, em agosto de 1987, se realizou o II Encontro Nacional de Preservação de Bens Culturais (Arquimemória II) que “representou um passo importante no esforço para consolidação de uma consciência política em tono da necessidade de medidas mais eficazes para a preservação de bens culturais do país” (REVISTA PROJETO, 1987, p.42). Seguindo a mesma linha, em março de 1989, na cidade de Salvador aconteceu o Arq-América 90’, que pretendia analisar em “profundidade as

⁴¹ Revista Projeto, nº 99, Maio de 1987, p. 91.

⁴² Revista Projeto, nº 118, Janeiro-Fevereiro de 1989, p. 132-136.

⁴³ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Realizado em Itaipava, Rio de Janeiro e significou um passo importante na discussão de um conjunto de temas com vistas à organização e sistematização de critérios visando uma política de preservação e revitalização. Teve como produção a Carta de Petrópolis.

condições atuais em que se encontra o patrimônio da arquitetura, bem como a qualidade de vida no continente americano” (REVISTA PROJETO, 1989, p.34).

Quanto às requalificações em praças inseridas em áreas históricas, não encontramos nos periódicos pesquisados nenhum projeto específico para estas. Provavelmente, havia praças passando por requalificações, e acreditamos que estas, ao estarem inseridas em sítios históricos que foram alvo de intervenção, constituíam parte dos projetos mais abrangentes, mas não recebiam até então uma atenção específica que justificasse espaço de divulgação nos periódicos especializados. Cogitamos que embora os artigos publicados no final da década de 1980 dessem ênfase aos monumentos e aos sítios históricos, ainda assim os espaços livres públicos não eram percebidos como ambientes de importância histórica, arquitetônica e social, e suas requalificações estavam subjugadas aos monumentos que os margeava e eram o foco da atenção.

Propostas já surgiam no âmbito acadêmico e para exemplificar utilizamos um projeto apresentado e premiado no Concurso Ópera Prima, do ano 1990, e divulgado na Revista Projeto nº 132 do mês de maio daquele ano.⁴⁴ Trata-se de uma Proposta de Intervenção na Praça da Matriz em Jundiaí (SP) no qual, admitindo a nossa teoria de que a intenção das requalificações dos anos 1980 era privilegiar o monumento e sua visualização, temos (figuras 55; 56):

Nas propostas localizadas aparece o diálogo entre o edifício antigo e o contexto urbano (paisagem, tecido, legislação existente etc.), através da criação de espaços que possibilitem aberturas visuais e valorizem os edifícios preservados (REVISTA PROJETO, nº 132, 1990, p. 65).



Figura 55; 56: Projeto de Revitalização da Praça da Matriz. Fonte: Revista Projeto, nº 132, 1990, p. 65.

⁴⁴ O Opera Prima premia os melhores trabalhos de Conclusão de Curso apresentados pelos graduandos das faculdades de Arquitetura e Urbanismo de todo o país. Fora realizado desde 1989 pela Revista Projeto, completando em 2013, 24 anos junto com a atual Revista “PROJETO design”.

Portanto, pudemos perceber no desenvolver deste capítulo o quão marcante era a presença do **monumento histórico**, sendo ele o protagonista das atuações, entendido como o **patrimônio a ser preservado**, e a presença deste norteava os projetos de requalificação dos espaços públicos existentes em seu entorno, durante a década de 1980. O entendimento do sítio histórico estava condicionado aos monumentos e o tecido urbano seria ‘digno’ de preservação a depender do valor patrimonial da arquitetura existente em seu entorno.

Isto nos leva a afirmar que as propostas para preservação dos espaços livres públicos não eram alvo da atenção. Estas dependiam e estavam condicionadas à conservação do “monumento arquitetônico” que dava a identidade do lugar, não sendo, até então, reconhecido o valor patrimonial destes espaços urbanos. No entanto, paulatinamente surgia o interesse de investir no turismo cultural gerado pelos monumentos e seu contexto, o que levou a uma mudança de procedimentos na década de 1990, como veremos no próximo capítulo.

3 REQUALIFICAÇÃO E TURISMO CULTURAL (1990-2000): A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ENQUANTO CULTURA E ESPAÇO DE LAZER

A década de 1990 inicia com reverberações dos fatos ocorridos ainda nos anos oitenta, entre os quais é fundamental destacar a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988. Elaborada em um espaço de 20 meses, um ponto chave desta constituição era garantir à população o direito à cidadania, abarcando os mais variados aspectos entre os quais constava a cultura. “A preocupação com os direitos do cidadão é claramente uma resposta ao período histórico diretamente anterior ao da promulgação da constituição, a chamada ditadura militar” (SANTIAGO, 2014).

A fim de romper com o conceito de patrimônio histórico e artístico, considerado então elitista, excludente e não compatível com a proposta de retomada da democracia, a Constituição delimita em seu Artigo 216 o que passaria a ser o “Patrimônio Cultural Brasileiro” ampliando sua diversidade:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Portanto, estando em consonância com o momento político, o conceito estabelecido pela constituição se desprende do estigma de “histórico e artístico” e encontra abertura para um amplo “patrimônio cultural” que fosse expressão dos modos de criar de todo o povo. Consequentemente, surgem novas formas de atuação para a conservação do patrimônio que ganha evidência naquele momento. O que representava uma sociedade, sua identidade e memória, extrapolava as barreiras dos bens materiais até então protegidos pelo tombamento e, adquirindo nuances imateriais, outros instrumentos de preservação precisavam ser adotados, como indica o Artigo 216 da Constituição de 1988:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988)

A indicação da participação popular, cooperando com os agentes públicos (municipais e federais) confirma a proposta de descentralização das ações governamentais⁴⁵ a fim de permitir ações mais eficazes e a democratização da cultura e do direito à memória e patrimônio, sendo, sem dúvida, uma das grandes inovações trazidas pela Constituição. Pretendia-se com esta atuação instituir um processo de gestão conjunta que visava “promover o desenvolvimento, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais” (Artigo 216-A, Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988).

Em paralelo, os anos de 1990 são marcados pelo adensamento das políticas públicas voltadas para elaboração de uma legislação urbana mais consistente. A exemplo, o Plano Diretor de João Pessoa, votado em 1992, foi elaborado com o “objetivo de completar e atualizar os documentos já ordenados do município: Código de Urbanismo, Código de Obras e Edificações, Código de Posturas e do Código de Defesa do Meio Ambiente” (COSTA, 2009, p. 125).

Estas iniciativas repercutem também nas práticas de conservação do patrimônio cultural e, evidenciando a importância atribuída ao Centro histórico de João Pessoa, o mesmo ganhou espaço no Plano Diretor. Na Seção I denominada “Do Centro Principal”, o artigo 24 reconhece a área central como um lugar de “conflito e diversidade de usos”, que deve receber orientação específica do órgão estadual responsável pela preservação do Patrimônio Histórico, considerando as seguintes prerrogativas:

- I – a restrição à circulação de veículos;
- II – a regulamentação de horários e percurso para operação de carga e descarga;
- III – a exigência de um número suficiente de vagas para estacionamento, em todos os projetos de construções novas e reformas;
- IV – a recuperação e livre desimpedimento das vias para circulação de pedestres;
- V – o estabelecimento de índices urbanísticos específicos para cada quadra considerando a proximidade da área do Centro histórico, o entorno do Parque Sólon de Lucena e as áreas onde é possível o uso residencial ou o adensamento dos outros usos (PMJP, 1992).

⁴⁵ Recorda-se aqui que este processo de descentralização das ações governamentais vinha sendo implantado pelos gestores federais, no âmbito dos interesses patrimoniais desde a década de 1970, com a promulgação das Cartas de Salvador e Brasília, como nos referimos no capítulo anterior.

Nesta mesma perspectiva, em 1998, após dez anos da apresentação do documento elaborado pela Assembleia Constituinte, e seis anos após o Plano Diretor de João Pessoa, Eulina Nóbrega, Presidente do IPHAEP, em entrevista ao Jornal A UNIÃO rememora a legislação afirmando que:

A proteção do Patrimônio Cultural está vinculada à identidade, ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida da comunidade, não sendo óbice à modernização. Transforma o bem em testemunho de determinada época ou padrão cultural, porém não lhe retira o valor econômico, podendo o mesmo ser modificado. Apenas suas reparações e restaurações são condicionadas à prévia autorização do órgão competente (A UNIÃO, 07/01/1998).

Ainda assim, diante das inovações dos anos de 1990 e das premissas estabelecidas na década de 1980, permanece a ideia de “visibilidade do monumento”, como ressalta o enxerto proveniente do Jornal A UNIÃO de 1998: “O entorno do bem tombado também recebe proteção, não podendo ser feita construção que impeça ou reduza sua visibilidade, compreendendo-se neste conceito a proteção da ambiência do monumento” (A UNIÃO, 07/01/1998).

O termo revitalização, foi corriqueiramente empregado nas décadas de 1980 a 1990 em todo o Brasil, e embora seja questionável sua utilização, torna-se mais coerente sua adesão ao longo deste capítulo a fim de não causar conflito com a terminologia que nomeava os próprios projetos propostos na época.

Desta forma, é neste período que se completa os dez anos de implantação do Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa. Segundo Scocuglia (2004, p. 123) era dado início a segunda fase deste processo, “marcada pela ampliação da participação popular (associações e entidades ligadas à cultura, à educação e à arte) e, também, membros da classe média local, do poder público estadual e municipal”. Esta atuação ecoava os escritos da Constituição Federal de 1988 e comungava com projetos desenvolvidos para outras cidades do Brasil, como o Recife Antigo, o Pelourinho em Salvador e São Luís, como veremos mais à frente.

Estas modificações apoiavam-se, em grande parte, na potencialização do turismo local, que por sua vez, aquecia a economia. Para tais fins, seguindo as orientações da Carta de Turismo Cultural⁴⁶ e do “Manual de Segmentação do Turismo – Marcos Conceituais”⁴⁷,

⁴⁶ Carta elaborada no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, organizado pelo ICOMOS em novembro de 1976, que aponta o Turismo Cultural como ferramenta importante e eficiente para a

elaborado pelo Ministério do Turismo Brasileiro, investe-se na “vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando o promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (ENDRES; OLIVEIRA; MENEZES, 2007, p. 07).

Acreditava-se que além de desenvolver a economia local, o turismo cultural também seria um meio de preservar o patrimônio edificado, já que entre outros fins, visa promover “o conhecimento de monumentos e sítios históricos artísticos”, contribuindo para “a sua manutenção e proteção” justificada pelos “benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda população” (CARTA DO TURISMO CULTURAL, 1976, p. 02). Este pensamento contido em documentos dos anos de 1970 ganhou força durante as décadas subsequentes, entretanto, segundo Fernandes e Gomes a ideia de investir no turismo em prol da preservação do patrimônio é alimentada desde a época da ditadura militar:

A mercantilização da cultura proporcionava um grande impulso no país e, além disso, o regime militar procurava sanar o desemprego e promover o desenvolvimento. A união entre patrimônio e turismo, nesse momento, parecia perfeita e se apresentava como solução para diversas situações, incluída a “salvação” do patrimônio, em razão de seu aproveitamento econômico (FERNANDES; GOMES, 1995, p. 21).

Assim, Endres, Oliveira e Menezes (2007, p. 05) ressaltam que “somente nas décadas de 80 e 90 é que se estabeleceu no país a ideia de preservação aliada ao conceito de revitalização. Revitalizar, para além da restauração, é dar vida ao ambiente, fazê-lo circular nos âmbitos econômico, político, cultural e social, por construção principal da própria comunidade”. Como meio de ação e com forte apelo do *marketing* político, disseminou-se na década de 1990 um novo ideal de preservação do patrimônio cultural: a criação de cenários que deveriam retomar, ou simular a história e memória do lugar, ‘transportando’ o usuário/visitante para uma época remota, sendo as atividades de lazer e turismo o meio de viabilizar economicamente este tipo de ação.

As áreas antigas de cidades brasileiras que estavam abandonadas, desprestigiadas e marginalizadas vão receber uma ‘nova velha face’. Conjuntos urbanos e arquitetônicos ganham destaque e “o termo Centro histórico passa a ter significado no imaginário da

preservação dos Sítios Históricos, tendo este um “efeito social, humano, econômico e cultural irreversível” (CARTA DO TURISMO CULTURAL, 1976, p. 1).

⁴⁷ “As orientações propostas pelo Manual sinalizam para a necessidade de se implantar ações conjuntas, planejadas e geridas entre as áreas de turismo e cultura, e de se contemplar o respeito à identidade cultural e à memória das comunidades” (ENDRES; OLIVEIRA; MENEZES, 2007, p. 7). Os manuais encontram-se disponíveis em <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acessado em 13/10/2014.

população local, através da mídia e da dinamização cultural desta área” (SCOCUGLIA, 2004, p. 127). Concomitantemente, a indústria de tintas Suvinil propõe o projeto “Cor, Arquitetura e Memória” que, segundo a Revista Projeto (1988, p. 142) recriaria a história da cidade através das cores. Este projeto foi assessorado pelo arquiteto Eduardo Kneese de Melo para quem “a arquitetura com concreto é fria, enquanto, como dizia Anita Malfatti, cor é vida. Por isso estamos revivendo com cor monumentos antigos” (REVISTA PROJETO, 1988, p. 142).

Esta proposta foi levada a cabo no tradicional Bairro do Bexiga, em São Paulo, local que passava por forte descaracterização e já estava sendo alvo de análise para revitalização (figura 57). Certamente, este projeto correspondia a ‘fase embrionária’ dos demais projetos de características similares que alcançaram capitais nordestinas como Salvador, Recife e João Pessoa.



Figura 57: Bairro do Bexiga em estudo para integrar o Projeto Suvinil, Cor, Arquitetura e Memória. Fonte: Revista Projeto, nº 113, 1988, p. 142.

Em 1992, em Salvador, foi iniciado pelo Governo do Estado da Bahia o processo de revitalização de Centro histórico com enfoque no desenvolvimento do turismo cultural no Pelourinho (figura 59). Segundo Fernandes e Gomes (1993, p. 46) o objetivo do governo era inserir a Bahia no “processo de globalização, sobretudo via turismo [...], aliado a uma agressiva campanha mercadológica que ressaltava suas características particulares”.



Figura 58: Jorge Amado observa o Pelourinho em Salvador, Bahia, no dia 16 de agosto de 1992. Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/1134790-no-centenario-de-jorge-amado-conheca-os-livros-do-escritor.shtml>> Acessado em: 07/01/2013.

Quanto ao projeto, focava na recuperação das estruturas internas, das cobertas e das fachadas do conjunto arquitetônico do centro histórico soteropolitano⁴⁸. Como explicam Fernandes e Gomes, a revitalização proposta buscou “reforçar” o caráter colonial das edificações:

[...] sublinhando detalhes arquitetônicos e carregando no uso de uma paleta de tons pretensamente originais, com o que se consegue dar unidade ao todo e aumentar o impacto visual do conjunto, sobretudo quando confrontado com seu estado anterior. Aparentando-se em muito às de uma cidade cenográfica [...] (FERNANDES; GOMES, 1995, p. 48)

Sobre o uso das cores, reforçou o arquiteto Pasqualino Magnavita:

Nessa roupagem nova, a cor, pela capacidade de sedução que possui, recebeu uma atenção toda especial, levando em consideração que, na cultura baiana, em sua vertente mais original de inspiração afro, ela possui um grau de “permissividade” singular no contexto cultural brasileiro (MAGNAVITA, 1995, p. 153).

⁴⁸ Por todo perímetro do largo do Pelourinho circulavam veículos de todo porte, transitando junto às edificações patrimoniais, desprotegidas do impacto ambiental decorrente (a exemplo: sonoro e estrutural.). Além disso, as edificações encontravam-se degradadas e/ou descaracterizadas, com placas e faixas publicitárias. Seus proprietários realizavam adaptações inadequadas às estruturas das edificações, a fim de permitir os usos ali instalados.



Figura 59; 60: Pelourinho, pós-requalificação, 2012. Fonte: Camila Cesar.

Esta criação de cenário, por meio da valorização exacerbada da imagem alegórica, favorecia a criação de um ícone que representaria o termo centro histórico, tornando-o um estereótipo do patrimônio cultural. Este novo modelo de valorização da história, memória e cultura patrocinava o turismo, “pois este, enquanto fenômeno, traz consigo um conjunto de preconceções e percepções construído pelos consumidores dos espaços a respeito dos valores culturais e das representações que fazem parte do imaginário social dos locais” (PISONI, 2006, p. 55).

Fernandes e Gomes (1995, p. 47) ressaltam que este tipo de política de intervenção buscava aliar práticas sociais, culturais e empresariais, para que o fluxo de usuário aumentasse e os centros antigos, transformados em espaço de consumo e referência cultural, tivessem condições de ser recuperados. Portanto, o processo de requalificação que ia sendo desenhado, na década de 1990, baseava-se no consumo do lugar, mas se estabelecia por este viés uma relação de risco em que se priorizava a necessidade de mercado, da qual o patrimônio podia tornar-se refém. Para Leite (2005, p. 83) estes moldes de seleção de bens a serem preservados e/ou a passarem pelo processo de requalificação, onde existe potencial econômico e perspectiva de retorno financeiro, pode se sobrepor ao significado propriamente histórico e arquitetônico do bem.

Esta forma de intervir se proliferou no Brasil, alcançando o Bairro do Recife, que da mesma forma que o Pelourinho, se encontrava fisicamente degradado e socialmente marginalizado, sendo local de prostituição e tráfico de drogas. Entre 1993 e 1995, foi elaborado pela Prefeitura Municipal o Plano de Revitalização do Bairro do Recife que propunha transformar o local em um polo turístico. Prioritariamente, a ideia era dar uma nova ‘antiga fisionomia’ ao bairro, mas também incentivar usos adequados à proposta cultural, inserindo bares, restaurantes, casas de eventos e de pequenos espetáculos, de forma que o lugar voltasse a ser frequentado e, conseqüentemente, gerasse renda à cidade.

Para estes fins, associaram-se iniciativa pública (governo municipal) e privada (Fundação Roberto Marinho e Tintas Ypiranga) formando o projeto “Cores da Cidade”. Em um primeiro momento, com a prospecção das fachadas, descobriu-se que a gama de cores que outrora revestia os edifícios era bem restrita⁴⁹. Mas não sendo este dado técnico compatível com os objetivos propostos para o Bairro do Recife – turismo e lazer – houve a opção por fazer uso da diversidade de cores, para que as fachadas formassem um conjunto mais expressivo, como informou Mônica Vasconcelos, arquiteta responsável pela proposta⁵⁰ (figuras 61-63). O auxílio da mídia propagandista, valorando o processo, concretizou, bem como em Salvador, uma nova imagem para o Recife Antigo.



Figura 61; 62; 63: Recife Antigo, pós-requalificação, 2012. Fonte: Camila Cesar.

Precedendo as revitalizações brasileiras supracitadas, no ano de 1989 a Revista Projeto (1989, p.128-132) apresentou o Programa Integral de Recuperação de Lima Monumental. A proposta, datada de 1986, indicava a valorização do conjunto edificado do centro histórico de Lima, no Peru, com a intenção de resgatar sua história e tirando partido, também, da diferenciação de cores para marcar sua diversidade arquitetônica e de usos (figuras 64; 65). Percebe-se que os fins culturais em Lima não necessariamente coincidiam com os brasileiros na década de 1990, entretanto, fica evidente que o tipo de experiência para fins de revitalização e referência da cidade antiga fora correspondente.

⁴⁹ Estas informações provêm do site da Fundação Roberto Marinho <<http://www.frm.org.br/>>, acessado em 07/01/2014.

⁵⁰ Em entrevista concedida a Tathianne Quesado, em 2002. Disponível no site <http://www.mundocor.com.br/cores/cores_recife.asp> acessado em 07/01/13.



Figura 64; 65: Plaza San Martín e Rua no Centro histórico de Lima, pós-requalificação, 1989. Fonte: Revista Projeto, nº 125 de setembro de 1989, p. 128-131.

Para sintetizar a forma como estava sendo encaminhada a conservação do patrimônio no Brasil na década de 1990, utiliza-se a seguinte citação:

O casamento entre patrimônio e turismo [...] parecia perfeito e se apresentava como solução para diversas situações, entre elas a "salvação" do patrimônio em razão do seu aproveitamento econômico, seguindo o modelo de outros países. Essa junção de atividades, ao mesmo tempo em que consiste na oferta de eventos e monumentos, propicia a sua preservação, no sentido de que isso corresponde à sustentação da própria atividade (CABRAL, 2005, p. 9).

Seguindo esta tendência de conservação e revitalização dos núcleos antigos, chega-se a cidade de João Pessoa dos anos 1990. Após um período de resfriamento quanto ao número de obras realizadas pelo Projeto de Revitalização do Centro histórico - PRCH (1987-1997), em virtude da falta de apoio da gestão pública⁵¹, e depois de quatro anos das experiências do Pelourinho e do Recife Antigo, chegava a vez da capital paraibana, que como relata o Jornal Correio da Paraíba deveria

repetir a mesma façanha do Recife Velho, inteiramente resgatado para o desfrute e convívio cultural da comunidade pernambucana e dos milhares de turistas que se maravilham com a transformação lá operada (CORREIO DA PARAÍBA, 08/03/1997).

⁵¹ Na década de 1990 o Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa acabava seu período de vigência, o acordo feito entre governos brasileiro e espanhol chegava ao fim, sendo renovado posteriormente e permanecendo até 2002. Outro fator que também contribuiu para a diminuição no número de ações de preservação e conservação do centro histórico foram as transições políticas que proporcionavam entraves e a desaceleração nas atividades do PRCH.

Nesta época, a gestão pública da cidade estava sob o comando do Prefeito Cícero Lucena, que segundo o Jornal A UNIÃO (12/03/1997), valorizava a tradição de João Pessoa e tinha como uma das metas de seu governo a recuperação e revitalização de alguns prédios históricos, “cujo principal objetivo é incrementar e fortalecer o turismo da cidade”.

Para tanto, seguindo as recomendações do Artigo 216 da Constituição Federal e acompanhando os passos das demais revitalizações empreendidas no Brasil, unem-se poder público e iniciativa privada. Esta, por sua vez, corresponde não apenas aos proprietários de imóveis e empresários, mas também associações de moradores e de populares em defesa do patrimônio. Sobre isso registrou a imprensa local: “É uma forma de valorizar essa parte da Cidade e fazer com que o pessoense se interesse um pouco em conhecê-la. Se deu certo em outros lugares, por que não tentarmos fazer isso aqui também?”, questionou o empresário com duas casas-bares na Praça Anthenor Navarro, Bob Zaccara, apostando no projeto (A UNIÃO, 02/11/1997).

Segundo Leandro (2006, p. 78) “na década de 1990, as intervenções voltaram-se para as áreas representativas da fase de maior prestígio, visibilidade e uso público de João Pessoa, notadamente dos anos 1920-1930, período das reformas urbanas da cidade”. Considerando este critério de seleção as intervenções priorizavam os conjuntos edificados do início do século XX, como a Rua Maciel Pinheiro, principal eixo comercial da época, a Praça Anthenor Navarro, aberta na década de 1930, além das áreas residenciais da Rua da Areia e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

Nesse contexto, em 1997, foi retomada a proposta de revitalização da Praça Anthenor Navarro, localizada no perímetro de tombamento do IPHAEP. Esta praça está situada na Cidade Baixa, no bairro do Varadouro, entre as ruas Padre Antônio Pereira e João Suassuna, em frente à Rua Maciel Pinheiro (figura 66; 67). Situa-se nas proximidades do Rio Sanhauá, área de relevante importância para a história da cidade, e por ter sido um espaço urbano planejado na década de 1930 encontra-se cercado por um casario de linguagem eclética e *Art Déco*, que em conjunto, formam um cenário marcante e emblemático. Assim, foi considerada adequada para os objetivos então desejados, não somente pela sua função como praça, mas também pelo conjunto arquitetônico do seu entorno.

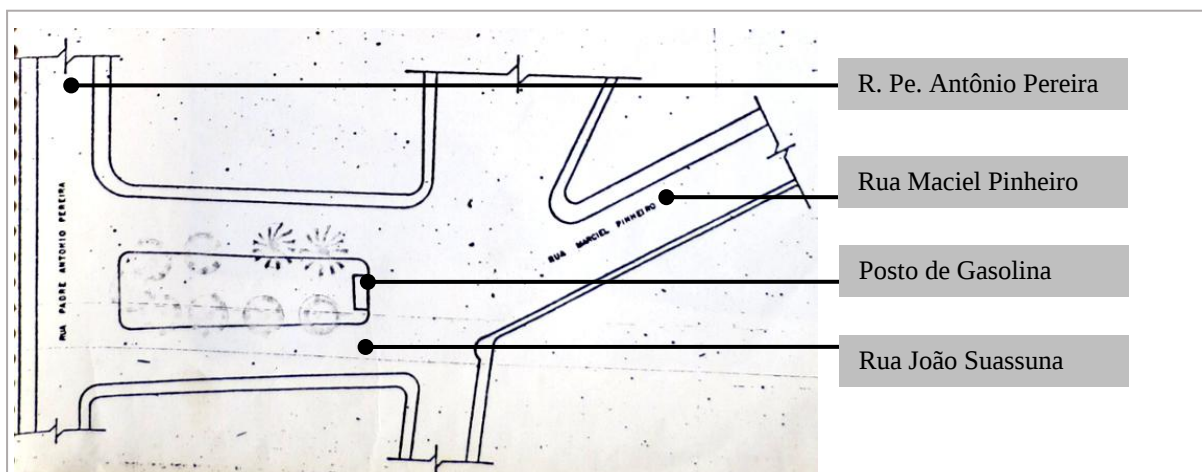


Figura 66: Praça Anthenor Navarro em desenho de 1987. Fonte: Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1987, disponível na Comissão Permanente do CH.

Esta intervenção fora recomenda pelo PRCH ainda em sua primeira fase, na década de 1980, como demonstram os documentos de 1987 (figura 67) e 1988, constante na Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

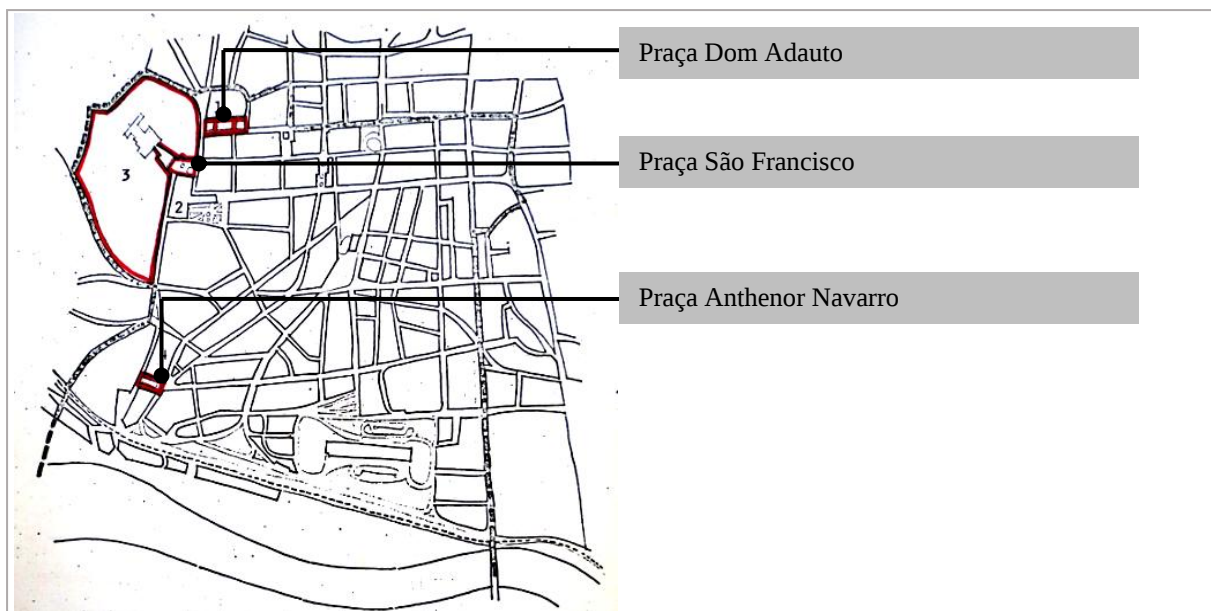


Figura 67: Mapa de ação para as requalificações propostas pelo Projeto de Revitalização do Centro histórico com destaque para a Praça Dom Adauto, São Francisco e Anthenor Navarro, em 1987. Fonte: Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1987, disponível na Comissão Permanente do Centro Histórico.

Para complementar os projetos do núcleo “Cidade Baixa”, nesta primeira fase – programação 88 – propõe-se a intervenção na Praça Anthenor Navarro com o projeto de controle da área do uso abusivo do automóvel e a consolidação desse espaço se dará a partir da remoção do posto de gasolina existente e a recuperação das fachadas dos prédios com a limpeza e pintura das alvenarias e caixilhos. (CPDCHJP, 1988)⁵²

No entanto, por entraves políticos e demais burocracias, a proposta esteve estagnada até o final da década de 1990, quando após ser revisada, veio a ser executada⁵³. A Praça Anthenor Navarro e circunvizinhança⁵⁴ formavam um conjunto com potencial para, bem como o Pelourinho e o Recife Antigo, se tornar uma referência como Centro Histórico. Também era prevista “a recuperação de toda a sua pavimentação, a eliminação das vias de tráfego de veículos, [...] o remanejo de toda infraestrutura e a criação de arborização adequada”. (IPHAN/PB, 1988, p.24).

A situação de abandono na qual se encontrava a praça, ao final da década de 1990, era quase caótica: o posto de gasolina estabelecido em seu perímetro e o passeio quase inexistente, tomado pelos veículos ali estacionados, não favoreciam a passagem ou permanência do pedestre. Ademais, o espaço não dispunha de nenhum equipamento que favorecesse a sua função de praça (figura 68).

⁵² Documento de 01 de junho de 1988, fruto da I Reunião de Avaliação Interna das Atividades do GAPLAN/IDEME/ Projeto Nordeste, que foi elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa – CPDCH. Disponível na Biblioteca do IPHAN Superintendência da Paraíba.

⁵³ À exemplo: os administradores do posto de gasolina instalado no perímetro da praça tinham um contrato de cinco anos para a utilização do espaço. Fora preciso realizar procedimentos judiciais para que este fosse desativado, como afirma o Jornal A União de 02/11/1997.

⁵⁴ O objetivo do projeto era não somente intervir na praça, propriamente dita, mas também no casario ao seu redor e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, onde se encontravam a Igreja de São Pedro e o Antigo Hotel Globo – este restaurado ainda na década de 1980.

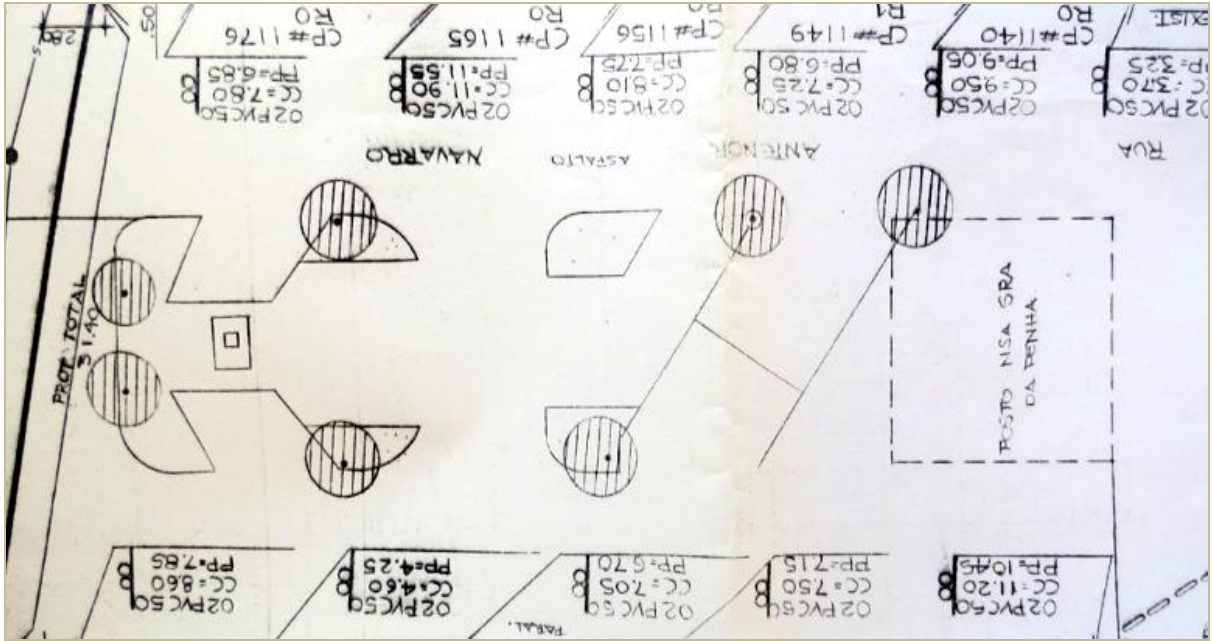


Figura 68: Praça Anthenor Navarro e desenho esquemático contendo as vagas de estacionamento, em 1987. Fonte: Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1987, disponível na Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

As treze edificações que margeiam a praça estavam em estado razoável de conservação, segundo análise emitida pelos representantes do Projeto de Revitalização da Praça Athenor Navarro, em maio de 1997. No entanto, detinham usos inadequados como oficinas mecânicas, que geravam adaptações estruturais esdrúxulas e prejudiciais ao patrimônio. Além disso, tinham suas frentes sujas e “cinzentas”, e com a presença de “falsas fachadas, marquises, ar-condicionado e fiação pública” exposta, que também desfavoreciam a preservação do conjunto arquitetônico (A UNIÃO, 30/03/97). Devido a estas descaracterizações as edificações requeriam uma atenção apropriada, de modo a reverter seu aspecto “cinzento” e sanar a evidente falta de manutenção (figuras 69-73).



Figura 69; 70: Praça Anthenor Navarro, em 1987. Fonte: Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1987, disponível na Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.



Figura 71; 72; 73: Edificações ao redor da Praça Anthenor Navarro e seus detalhes (fiação exposta e placas), em 1987. Fonte: Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1987, na Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

Com a retomada do PRCH e seu direcionamento para a revitalização da Praça Anthenor Navarro, noticiou a imprensa:

O tom cinzento que dá ar de desprezo vai dando lugar a cores fortes, como o amarelo, o lilás, o vermelho, o azul turquesa. O lugar, que antes era totalmente sombrio, começa a ser mais atrativo e os comerciantes já passaram a perceber que é preciso preservar o patrimônio que faz parte da história da cidade (A UNIÃO, 30/03/97).

Este pensamento expresso pelo Jornal A União, de 30 de março de 1997, se disseminava por toda a sociedade por meio da mídia que divulgava os grandes feitos e os benefícios trazidos por esta intervenção. Mas o enfoque não estava apenas sobre a estética do local, mas também em função das novas atividades que viriam a ser desenvolvidas. Sairiam as oficinas para dar lugar a bares, restaurantes e lojas de artesanato. Em 02 de novembro de 1997, o Jornal A União noticiou: “Uma cirurgia com cara de passado: Centro histórico ganha a plástica que tinha quando a cidade nasceu”, avisando qual a estratégia a ser adotada:

Maquilagem para envelhecer: Para limpar o visual da Cidade Velha e torná-la um ponto atraente em João Pessoa, viabilizando o projeto de revitalização do Centro histórico, todos os empecilhos serão retirados da área (A UNIÃO, 02/11/97).

E garantindo que:

As ruínas que hoje fazem parte da paisagem urbana da Cidade Velha darão espaço a barzinhos, centros culturais e praças que, apesar do aspecto de novo que passarão a ter, trarão de volta um pouco da arquitetura que João Pessoa já teve há séculos. Mas o projeto vai além da recuperação dos prédios antigos e passa pela revitalização da área – atividade que vem sendo

desenvolvida em cidades como Olinda (PE) e Salvador (BA) (A UNIÃO, 02/11/97).

Assim, a proposta de intervenção ia sendo formatada, visando converter a Praça Anthenor Navarro no novo ‘ponto de encontro’ da sociedade, contando não apenas com estabelecimentos de gastronomia e lazer, mas também com periódicos eventos culturais e shows ao ar livre, atraindo a população e turistas. Para tanto, a proposta de revitalização da praça sugeria, em um primeiro momento, a unificação total dos pisos, com o fechamento das ruas situadas nas fachadas leste e oeste, permanecendo ativas apenas as ruas João Suassuna e Padre Antônio Pereira (figuras 74; 75).

No entanto, após inúmeras discussões e reuniões, se optou por interditar apenas uma das laterais da praça, de forma que neste espaço (lateral oeste) a pavimentação fosse estruturada em paralelepípedo elevada à altura do restante dos passeios. Desta forma se ampliava a superfície útil da praça possibilitando a realização de eventos culturais (figura 76), além de beneficiar os bares criando uma área para mesas, como noticiava a imprensa:

A intenção é de que periodicamente sejam realizados shows na Praça. Depois que ela estiver recuperada, promoveremos eventos de pequeno porte. Terá toda uma infraestrutura, com iluminação e banheiros (A UNIÃO, 02/11/97).

Portanto, seu projeto foi norteado para melhor atender a este uso de lazer e turismo que iriam “revitalizar” o espaço, prolongando seu uso para além do horário comercial, por ser esta a atividade que regula a vida desta área da cidade.

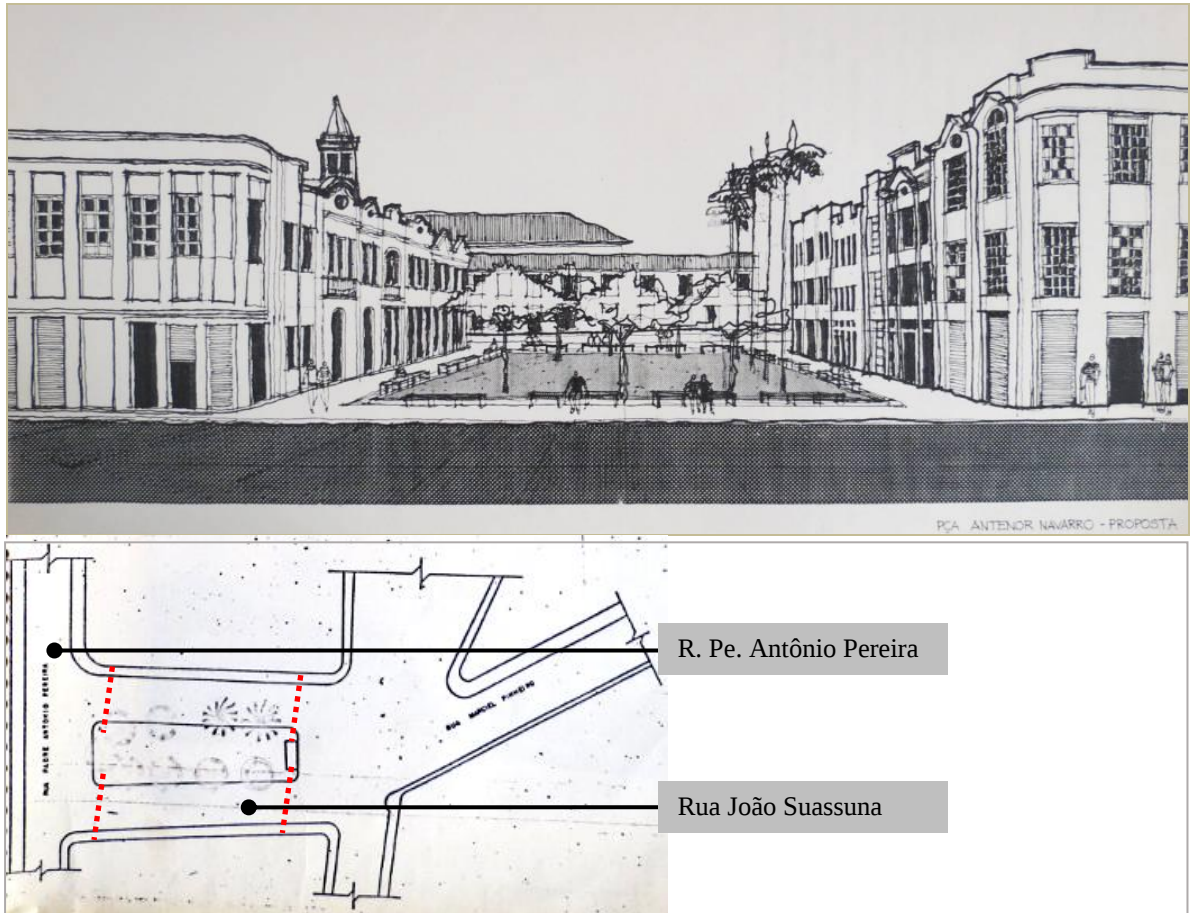


Figura 74; 75: Proposta para a Praça Anthenor Navarro e planta situando as ruas a serem fechadas, em 1997. Fonte: Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1997.



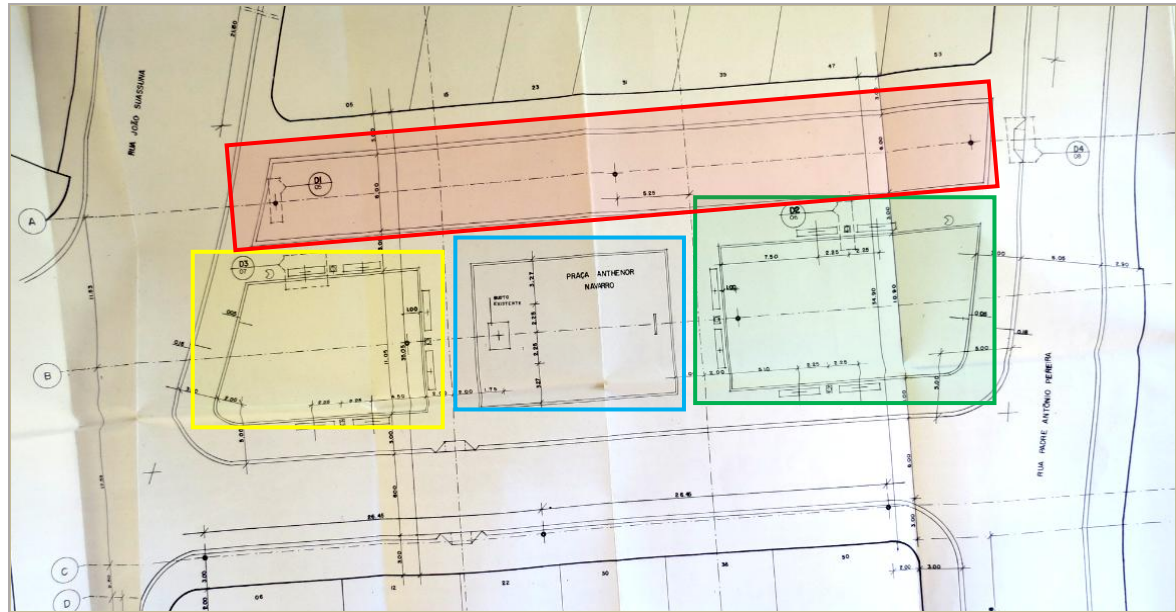
Figura 76: Proposta definitiva para a Praça Anthenor Navarro, em 1997. Fonte: Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1997.

Também foi selado acordo entre o governo municipal e as empresas de telefonia e eletricidade (na época denominadas de TELPA e SAELPA) para que se removesse a fiação exposta, implantando novas redes subterrâneas. Isto contribuiria para uma melhor visualização e manutenção eficaz do conjunto a ser recuperado (figuras 77; 78). Outro parceiro na revitalização foi o Grupo Brenand, também envolvido em processo semelhante no Recife, o que pressupõe uma troca de informações entre os gestores das obras e o interesse em torná-las semelhantes.



Figura 77; 78: Praça Anthenor Navarro, em 1997 e 1998, durante as reformas do Projeto de Revitalização. Fonte: Jornal A União, 02/11/1997; 11/01/1998, disponível no Acervo IHGP.

A proposta de paisagismo resumia-se à presença de canteiros com forração e algumas espécies de maior porte para sombreamento. Este ajardinamento foi distribuído em três canteiros, como demonstra a figura 79. Na primeira, a vegetação é quase exclusivamente de gramínea, salvo por uma árvore de copa rala, à margem leste, o que permitia uma apreensão visual do conjunto da praça, incluindo seu casario até a extremidade oposta (direção sul-norte; figura 80).



Legenda

 	Canteiro 01	 	Canteiro 02
 	Canteiro 03	 	Calçada

Figura 79: Projeto da Praça Anthenor Navarro com três canteiros e um calçadão lateral, 1987. Fonte: PRCH.



Figura 80: Praça Anthenor Navarro com três canteiros e um calçadão em substituição à rua que define a lateral oeste da mesma, 2005. Fonte: Camila Cesar.

O segundo canteiro é composto por um pequeno gramado com quatro palmeiras imperiais locadas nos cantos da área, as quais também não interferem muito na percepção do lugar, incluindo o busto de Anthenor Navarro, disposto à frente do canteiro (figura 81). Na terceira área, a vegetação ganha porte e densidade: além de cinco palmeiras, encontram-se duas árvores de copa densa que favorece o sombreamento, criando uma área de estar para os

usuários (figura 82). O mobiliário implantado é restrito, se considerada a área da praça, de forma a liberar mais espaço para os eventos⁵⁵.

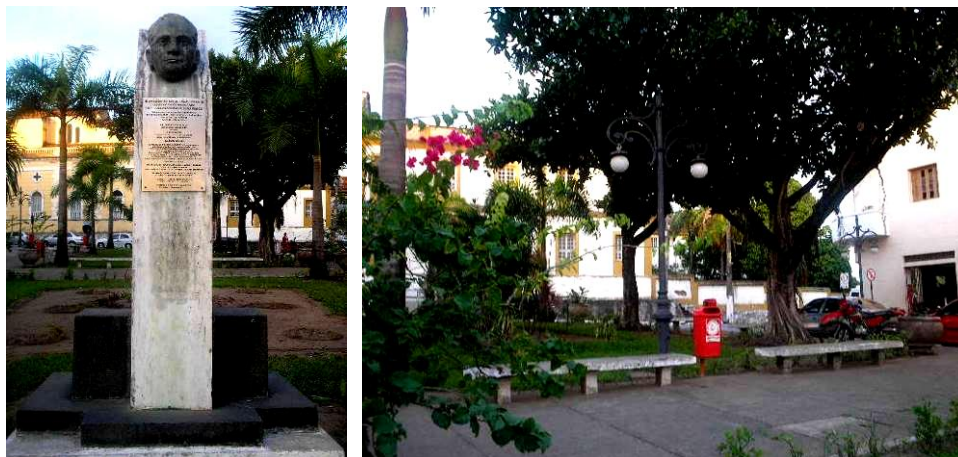


Figura 81: Busto de Anthenor Navarro à frente do segundo canteiro, 2005. **Figura 82:** Praça Anthenor Navarro com vegetação densa no terceiro canteiro, 2005. Fonte: Camila Cesar.

Cabral (2005), fazendo uma avaliação sobre a implantação deste projeto teceu o seguinte comentário: “em todo o processo, não houve um comprometimento na consolidação entre o setor público e a iniciativa privada, como também não foi abordada a estrutura urbana num sentido macro”. Percebe-se a valorização de um sítio urbano – edifícios e espaço livre público, mas tratado de forma pontual e não inserido em um conjunto de ações que dessem continuidade ao processo de requalificação daquele setor da cidade. Assim, se desenhou um novo “cartão postal”⁵⁶, que passou a representar, de forma estereotipada, o centro histórico da capital paraibana (figuras 83; 84).

⁵⁵ Comumente, na Praça Anthenor Navarro da década de 1990, era montada uma estrutura de palco que se adaptava aos eventos culturais, como apresentações folclóricas e danças típicas.

⁵⁶ Os “cartões postais” aqui referidos são áreas do centro que possuem belas paisagens, monumentos, praças, edifícios de valor artístico e histórico, etc., sob o controle do poder público e dos agentes do mercado, voltadas para a atração de turistas (LEANDRO, 2006, p. 63).



Figuras 83; 84: Praça Anthenor Navarro, em 1997 e 2014. Fonte: PRCH; Camila Cesar.

O resultado obtido com a intervenção na Praça Anthenor Navarro se enquadra na seguinte avaliação de Leandro (2006, p. 60-61): o valor cultural do patrimônio, nos anos 1990, foi sendo substituído pelo valor turístico. O patrimônio passa a ser um produto da cultura, podendo ser ‘fabricado’, ‘consumido’ e ‘difundido’. Esta estética da nova revitalização vinha ‘plastificar’ os centros históricos, simulando um ‘mundo encantado’ onde tudo é belo e ideal. Este tipo de ação caminhava em sentido oposto às recomendações da Carta de Washington, que em 1987 retomava a importância da autenticidade⁵⁷ dos bens, enfatizando a importâncias das peculiaridades que se agregaram à memória do lugar, como também defendia ações que viabilizassem a “adaptação harmoniosa à vida contemporânea”, (CARTA DE WASHINGTON, 1987).

As intervenções num bairro ou numa cidade histórica devem realizar-se com prudência, método e rigor, evitando dogmatismos, mas tendo sempre em conta os problemas específicos de cada caso particular (CARTA DE WASHINGTON, 1987).

De mesma forma, posicionava-se desfavorável a estandardização do patrimônio a seguinte reflexão contida na Carta de Nara (1994):

Num mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade

⁵⁷ A autenticidade defendida pela Carta de Washington (1987) é composta por um conjunto de elementos que formam o Centro histórico e que deve ser defendido. Para fins de conhecimento, listamos cada ponto considerado: “a forma urbana defendida pela malha fundiária e pela rede viária; as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres; a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem; as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história” (CARTA DE WASHINGTON, 1987).

cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a coletiva da humanidade (CONFERÊNCIA DE NARA, 1994).

Tal afirmação nos leva a questionar: diante destes aspectos de “padronização” das “novas” áreas históricas, como manter a identidade das mesmas? Como diferenciá-las e perceber suas peculiaridades? Para Cabral, este modelo de intervenção em áreas históricas utilizado de forma recorrente na década de 1990 pode sim:

promover a preservação do patrimônio, mas cada vez mais os projetos de preservação e conservação tendem a seguir um modelo que acaba ficando saturado. Em várias cidades, temos a impressão de que seus centros históricos são cópias uns dos outros (CABRAL, 2005, p. 03).

Apesar de todas as críticas feitas a este tipo de intervenção, a Praça Anthenor Navarro se afirmou e vem se mantendo como um dos maiores ícones do centro histórico de João Pessoa, ou para melhor dizer, vem sendo internacionalmente divulgada e conhecida como o próprio centro histórico da capital paraibana.

Comprova isto a seguinte constatação: segundo a Comissão Permanente para Desenvolvimento do Centro histórico, a área delimitada para a realização do Projeto de Revitalização (1987) abarca um total de 117 hectares, contém 180 trechos urbanos que delimitam 87 quadras, as quais abrigam um total de 2.087 edificações.

Ainda assim, segundo pesquisa realizada em um *site* de busca (figura 85), a imagem que caracteriza o centro histórico pessoense é a Praça Anthenor Navarro, fato que comprova a eficiência do *marketing* aplicado ao produto gerado e vendido como centro histórico.

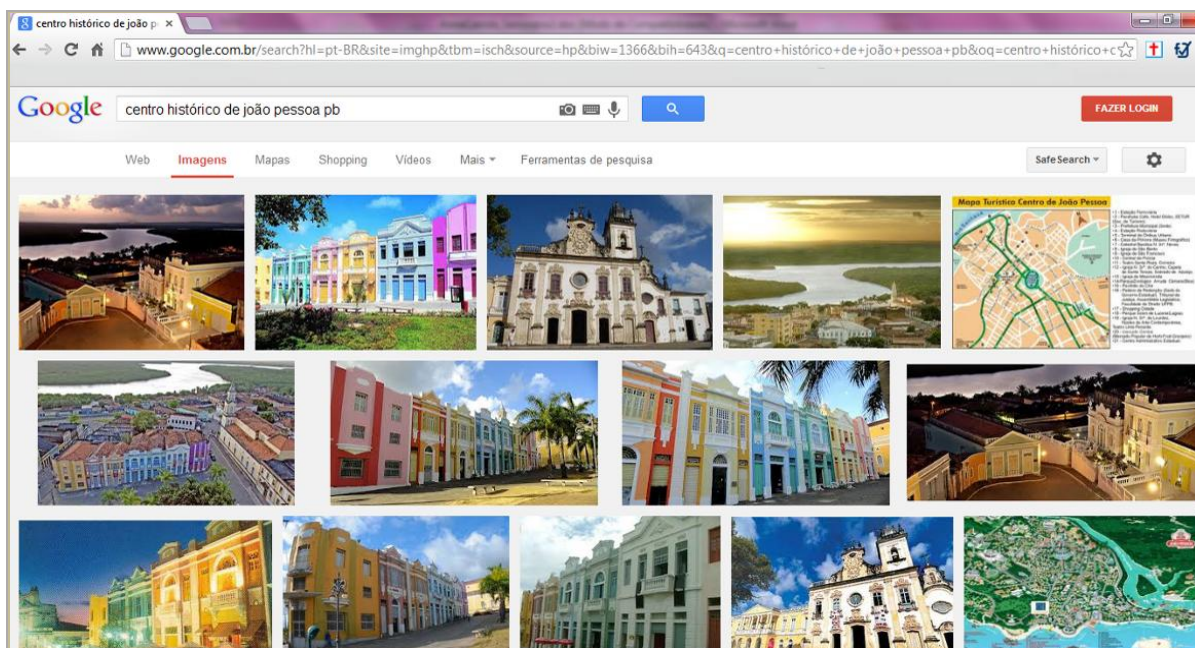


Figura 85: Pesquisa de imagens no buscador Google sobre o “Centro histórico de João Pessoa/ PB”. Fonte: Google.com.br, acessado em 01/10/2013.

Essa nova imagem do centro histórico divulga o lugar e incentiva o turismo cultural, entretanto, aspectos antagônicos podem ser apontados sobre esta ação: o primeiro é a massificação da paisagem e a perda da identidade, que levam os cidadãos a uma alienação cultural, pois identificam o que seria o centro histórico por meio de uma imagem que não corresponde à realidade daquele lugar, mas do pequeno fragmento que é divulgado pelo *marketing*. Assim, quem não conhece de fato aquela realidade tem um entendimento deturpado em virtude desta imagem estereotipada.

Sobre os resultados obtidos e os posteriores desdobramentos desta intervenção, Shionara e Melo afirmam:

Após vinte três anos de início de um programa de preservação, foi construída uma imagem de centro histórico que é reduzida à Praça Anthenor Navarro, ao Largo de São Frei Pedro Gonçalves e as outras intervenções pontuais de restauração, ainda que grande parcela da área central possua elementos para que possa ser tratada política e socialmente como centro histórico (SHIONARA; MELO, 2010, p. 05).

Outro questionamento a ser feito é: para quem era direcionado este modelo de revitalização? Também de acordo com Shionara e Melo (2010, p. 09) “optou-se pela construção de uma ideia de centro histórico voltada para um público que utiliza o centro, ao invés de ser para os que o vivenciam”. É fato que tanto no Pelourinho, quanto no Recife Antigo, ou ainda em João Pessoa, a ‘revitalização’ levou a uma marginalização da população

de baixa renda que residia ou utilizava cotidianamente o local, cedendo espaço para uma sociedade mais abastada de empresários, jovens de classe média em busca de entretenimento e turistas que estão de passagem.

Assim, ao final do século XX, a Praça Anthenor Navarro estava ‘saindo de moda’, o cenário construído se deteriorava, o espaço público perdia progressivamente sua capacidade de atração, sendo frequentado apenas por eventuais turistas, por grupos de roqueiros que têm ali seu lugar de encontro, ou por um pequeno número de residentes que persistem nos arredores.

Retomando as intervenções analisadas no capítulo anterior, se observou a marcante presença do monumento como protagonista das intervenções realizadas até a década de 1980. Para os anos de 1990, como já apontamos, o formato de revitalização buscará contemplar um conjunto urbano, ampliando a abordagem patrimonial de preservação. Ainda assim, os meios de tornar o patrimônio sustentável passam a ser questionados no que se refere a dependência e o atrelamento ao turismo. Igualmente questionável é a criação de um cenário que representa um passado idealizado. Estes pontos vão se entrelaçando e formando uma nova vertente para as intervenções realizadas nos anos 2000 que veremos no capítulo a seguir.

4 REQUALIFICAÇÃO, NOVOS RUMOS (2000-2010): DIVERSOS CAMINHOS PARA MÚLTIPLAS REALIDADES

Desde o final da década de 1990, vinham sendo amadurecidas ideias acerca do patrimônio cultural. Existia, desde a Constituição Federal em 1988, uma perspectiva de tratar este patrimônio em duas linhas de abordagens: o patrimônio material, formado por um conjunto de bens classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. E o patrimônio imaterial, que se refere aos modos de fazer, saberes, ritos e manifestações que guardam a identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira⁵⁸. Embora esta fosse a visão de Mário de Andrade, nos anos 1930 sobre o nosso patrimônio, somente no início do século XXI a mesma se concretiza e a ênfase recai sobre o patrimônio imaterial partilhando a atenção sobre os bens materiais, até então foco da conservação.

Para tornar operativo o que determina a Constituição de 1988 no trato da preservação do Patrimônio Cultural, foi implementado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, através do Decreto 3.551⁵⁹ de 04 de agosto de 2000, que institui:

o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que diferentemente do tombamento, não tem como finalidade a conservação física de um objeto, mas reconhecimento e a valorização das diversas formas de manifestação cultural que constituem o patrimônio cultural brasileiro, tais como ritos, modos de fazer, produtos típicos, cânticos, ou ainda mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e produzem práticas culturais coletivas (CUNHA, 2010, p.216).

Este novo interesse passou a ser fomentado pelos vários agentes e programas de conservação do patrimônio que surgiam, ou se consolidavam, nos âmbitos federais, estaduais

⁵⁸ Quais sejam: as formas de expressão; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Fonte: <http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio.html>, acessado em 02/05/2014. A Carta de Fortaleza (1997) ratifica tais questões.

⁵⁹ Para fins do “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”, criam-se os seguintes livros: Livro de Registro de Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, Decreto 3.551/2000).

e municipais do governo, desde a década de 1990. Como exemplo, pode-se citar a reestruturação do IPHAN em 1995, após o difícil contexto atravessado no início dos anos 1990, “fazendo jus a tradição firmada no curso dos 60 anos dedicados à preservação do patrimônio cultural brasileiro”⁶⁰. Tal fato ocorre em meio à crise financeira pela qual passava o Brasil, o que levou o governo brasileiro a estabelecer contratos e empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a fim de financiar as obras de conservação e sustentabilidade dos imóveis de caráter patrimonial, em 1999.

Entretanto, o projeto teve início efetivo somente em 2000, e recebeu o nome de Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, ou Programa Monumenta. Sua execução cabia ao Ministério da Cultura (MinC) e o financiamento ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), sendo atribuição do IPHAN a fiscalização e supervisão técnica das intervenções (REBOUÇAS, 2011, p. 02), com o apoio da UNESCO⁶¹. O dito programa foi o primeiro de caráter nacional que visava financiar, de forma continuada, as ações de conservação do patrimônio histórico, tendo em vista que o orçamento que o IPHAN detinha era restrito e insuficiente para a gestão e preservação dos bens patrimoniais.

O Monumenta foi o primeiro programa de financiamento do patrimônio histórico com abrangência nacional e ação continuada. [...] veio responder a um contexto de crise do modelo de financiamento público para os processos de revitalização. As municipalidades, que desde os anos 1990 tinham tido um papel mais ativo no processo de revitalização, mostraram-se incapazes de sustentar financeiramente o processo no longo prazo. Sua proposta é agir de forma integrada, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações do entorno, além de atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos (ZÁRATE; MOREIRA, 2010, p. 5).

Segundo Rebouças (2011, p. 02) o “valor global do contrato ficou definido em US\$ 125 milhões, dos quais 50% correspondiam ao empréstimo do BID, ou seja, US\$ 62,5 milhões, e os outros 50% eram de contrapartida a ser desembolsada pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos Municípios”. Desta forma, se ampliava a gama de agentes interventores em áreas patrimoniais, descentralizando as ações e permitindo a diversificação nos resultados obtidos, como veremos mais adiante.

⁶⁰ Ofício N°. 103/ 1997 – 9ª CR/ IPHAN/ SP. Disponível em www.iphan.gov.br. Acessado em 29/09/2014.

⁶¹ IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta>>, acessado em 20/10/14.

Em um primeiro momento, a equipe técnica do programa fixa os locais de intervenção prioritária: Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo. Duarte Júnior (2010, p. 58) revela que, para tanto, considerava-se a importância histórico-arquitetônica de cada lugar, sua capacidade de atração de apoios e parceiros e a maior diversidade de usos econômicos, culturais e sociais. Em 2003 o governo federal cria o Ministério das Cidades (MinC) que se uniria ao IPHAN e BID na conservação do patrimônio, contemplando mais vinte cidades. Assim, “nos seus contornos finais, compunham o Programa Monumenta 26 cidades, selecionadas de acordo com sua representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação, num importante processo de discussão e confluências entre o MinC, IPHAN e BID” (REBOUÇAS, 2011, p. 02).

O Monumenta foi gestado e consolidado de 1995 a 2002, durante a administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Rebouças (2011, p. 04) ressalta que embora o programa pouco tenha executado em termos de intervenções, sua atuação foi de grande importância para a preservação dos bens patrimoniais. Isto porque a partir dele ocorre uma mudança de mentalidade quanto a forma de intervir em patrimônio. O governo, em suas três instâncias, torna-se parceiro do setor privado, oferecendo-lhe incentivos fiscais a fim de viabilizar a conservação do bem.

No entanto, muitos foram os entraves que surgiram durante a vigência do programa. Primeiramente, observa-se que o Monumenta estava subjugado aos interesses e metodologias internacionais aplicadas pelo BID, não permitindo a autonomia e atuação eficaz do IPHAN. Assim, como Sant’Anna (2004, p. 263) destaca: “o Programa Monumenta é, portanto, um caso de política pública coordenada e executada por estrutura paralela terceirizada e sem vínculo permanente com qualquer instância do Estado”. Da mesma forma Rebouças (2011, p. 04-05) afirma que os agentes brasileiros, IPHAN e MinC, tinham pouca autonomia sobre as intervenções.

Então, em 2003 com a nova gestão do governo federal e as mudanças ministeriais e administrativas em virtude da posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o programa passa por uma revisão nas diretrizes de atuação. Como dito anteriormente, é neste ano que se constitui o MinC e dentro dele é instituído o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais⁶², que viria a auxiliar nas práticas de conservação do patrimônio cultural. Para tanto, o dito programa definia como reabilitação urbana:

⁶² O programa tem como objetivo: Promover o uso e a ocupação democrática e sustentável das áreas urbanas centrais, propiciando a permanência e a atração de população, a diversidade funcional, social e cultural, a vitalidade econômica, a qualidade ambiental e da paisagem.

Processo de gestão de ações integradas, pública e privada, de recuperação e reutilização de áreas já consolidadas da cidade, compreendendo os espaços e edificações ociosas, vazias, abandonadas, subutilizadas, insalubres e deterioradas, a melhoria dos espaços e serviços públicos, da acessibilidade e dos equipamentos comunitários. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2003) ⁶³

Este discurso, entretanto, não se trata de uma inovação, mas sim de uma construção gestada na década de 1980, quando começaram a ser revistas as formas de tratamento do patrimônio histórico e urbano. Ainda em 1989 surge o Estatuto das Cidades, que tinha como objetivo “garantir o direito à cidade como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, para que todos tenham acesso às oportunidades que a vida urbana oferece”⁶⁴ e que viria a ser uma importante ferramenta de atuação para o Ministério das Cidades. Esta proposta desenvolvia os artigos 182 e 183 da Constituição Federal no tocante à Política Urbana, apontando o envolvimento de entidades civis e de movimentos sociais para fins de uma vida digna para todos.

A proposta desenvolvida também traçava novos meios de atuação para que as intervenções de requalificação, ou como se refere o programa, para que as ações de reabilitação pudessem **não somente preservar a estrutura física, mas também oferecer meios de gerar renda e manter ativa sua função no meio urbano**. O Estatuto das Cidades só veio a ser sancionado doze anos após o lançamento de sua proposição, através da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e corroborou para a nova mentalidade sobre a conservação do patrimônio, como veremos adiante.

Retomando a discussão sobre o Programa Monumenta, Rebouças (2011, p. 06-08) aponta que as mudanças ocorridas entre 2003 e 2006, não foram de caráter estrutural, no entanto, foram bastante significativas. Como exemplo tem-se a ratificação da necessidade de **propor a sustentabilidade do bem patrimonial baseado no retorno econômico** que o mesmo pode gerar. Considera-se, então, esta indicação um mecanismo de conservar o patrimônio, pretendendo sua **permanência e funcionalidade**. Percebe-se, até então, ser recorrente o discurso do governo federal sobre o bem salvaguardado gerar renda e ter função que justifique sua permanência.

⁶³ MINISTÉRIO DAS CIDADES. Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/cdui/milton.pdf>>. Acessado em 20/10/14.

⁶⁴ Sobre o Estatuto das Cidades. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/oquee.htm>>. Acessado em 20/10/14.

O IPHAN, que detinha uma maior autonomia sobre as questões de conservação do patrimônio, tornara-se mais participativo nos processos de requalificação. Oferecia aporte técnico na constituição das propostas para as áreas históricas, tendo em vista que os governos (municipais, estaduais e federais) tornavam-se os principais responsáveis pela concepção e execução dos projetos. Havia então um esforço de articulação interministerial, a exemplo “a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica, firmado entre o IPHAN e os ministérios da Cultura, das Cidades e do Meio Ambiente, que visava, entre outras coisas, implementar Planos Diretores Municipais dentro dessa ótica interdisciplinar” (REBOUÇAS, 2011, p. 5).

O Plano Diretor é o principal instrumento instituído pelo Estatuto das Cidades. Seu objetivo é congrega demais mecanismos legais, a fim de que seja assegurada a **função social da cidade**, onde se contemplam **aspectos sociais, econômicos e territoriais**, em prol do desenvolvimento urbano do município (Manual de Orientação - Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas)⁶⁵. Compete também ao Plano Diretor agir sobre os orçamentos municipais e os investimentos públicos, já que são por meio destes que ocorre o financiamento de programas, planos e projetos municipais, relacionados à habitação, saneamento e transporte. Tudo isto, somado à participação popular e a discussão sobre seus anseios e necessidades.

Segundo o Manual de Orientação - Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas⁶⁶ (IPHAN, 2011, p.101), “alguns Planos Diretores demarcam em sua revisão a área central e histórica, indicando a necessidade de realização de um Plano de Reabilitação. Estes trazem a possibilidade de detalhar as diretrizes previstas no Plano Diretor”. Nesta linha de ação, destacam-se a partir dos anos 2000, dois planos para áreas centrais e cidades históricas: apoiado pelo Ministério das Cidades observa-se o já citado Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, e o Plano de Ação em Cidades Históricas (PAC - Cidades Históricas) disponibilizado pelo Iphan. Juntos atingem a valorização do Patrimônio Cultural integrando “políticas e investimentos setoriais para melhoria do ambiente urbano, tornando as áreas centrais locais agradáveis, seguros, bem servidos de infraestrutura e de serviços para toda a população, através da promoção da

⁶⁵ Informações desenvolvidas pelo documento “**Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas: Manual de Orientação**”, elaborado pela parceria entre Ministério das Cidades e IPHAN, com apoio do Governo Federal; Ministério da Cultura; Caixa Econômica Federal; PAC Cidades Históricas e Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

⁶⁶ Esta publicação data do ano de 2011 e é fruto de uma parceria realizada entre MinC e IPHAN. Sua finalidade é auxiliar as cidades brasileiras na elaboração de processos de planejamento e na implementação de ações integradas, tendo como objetivo produzir cidades mais democráticas, a preservação da memória e promover a inclusão social, econômica e cultural.

diversidade funcional e social, da identidade cultural e da vitalidade econômica” (Idem. p. 36).

Para o caso específico de João Pessoa, em 2007 o IPHAN finaliza o processo de tombamento federal do centro histórico, o qual teve início em 2002, a partir de uma solicitação da Associação Centro histórico Vivo (Achervo), remetida ao Ministério da Cultura e encaminhada à Superintendência Regional do Iphan. No entanto, o processo de tombamento levou cinco anos para ser concluído, após algumas reformulações do projeto inicial. Este reconhecimento nacional, intermediado pela superintendência do IPHAN na Paraíba, considerou para fins de salvaguarda trinta e sete hectares de área, que incluem cerca de 700 edificações. O perímetro tombado foi homologado em 05 de agosto de 2008 na festa de aniversário da cidade⁶⁷.

Em 11 de julho de 2009, o Jornal A UNIÃO, da cidade de João Pessoa, publica a notícia relatando a possibilidade que “cidades históricas” do Nordeste Brasileiro recebam recursos federais por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) a fim de ajudar em sua preservação. Segundo o IPHAN⁶⁸, o PAC – Cidades Históricas “é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos”.

Primeiramente, o programa vem a contemplar 26 municípios⁶⁹. Entretanto, a proposta é ampliar a abrangência dessa estratégia de desenvolvimento, para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante. Assim o PAC - Cidades Históricas passa a atuar em 44 cidades⁷⁰, de 20 estados da federação, com a disponibilização de R\$ 1 bilhão de reais até 2015, em obras públicas.

⁶⁷ “Iphan homologa nesta terça-feira o tombamento de João Pessoa”. Site oficial da PMJP, 01 de agosto de 2008. Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/iphhan-homologa-nesta-terca-feira-o-tombamento-de-joao-pessoa/>>. Acesso em 16 de março de 2014.

⁶⁸ Em <<http://portal.iphan.gov.br/>>, sobre o Patrimônio Cultural/ PAC Cidades Históricas – Passado. Acessado em 12/08/2014.

⁶⁹ Alcântara (MA); Belém (PA); Cachoeira (BA); Congonhas (MG); Corumbá (MS); Diamantina (MG); Goiás (GO); Icó (CE); Laranjeiras (SE); Lençóis (BA); Manaus (AM); Mariana (MG); Natividade (TO); Oeiras (PI); Olinda (PE); Ouro Preto (MG); Pelotas (RS); Penedo (AL); Porto Alegre (RS); Recife (PE); Rio de Janeiro (RJ); Salvador (BA); São Cristóvão (SE); São Francisco Sul (SC); São Paulo (SP); Serro (MG).

⁷⁰ Marechal Deodoro (AL); Penedo (AL); Manaus (AM); Itaparica (BA); Maragogipe (BA); Salvador (BA); Santo Amaro (BA); Aracati (CE); Fortaleza (CE); Sobral (CE); Goiânia (GO); Goiás (GO); São Luís (MA); Belo Horizonte (MG); Congonhas (MG); Diamantina (MG); Mariana (MG); Ouro Preto (MG); Sabará (MG); São João del Rei (MG); Serro (MG); Corumbá (MS); Cuiabá (MT); Belém (PA); João Pessoa (PB); Fernando de Noronha (PE); Olinda (PE); Recife (PE); Parnaíba (PI); Antonina (PR); Rio de Janeiro (RJ); Vassouras (RJ); Natal (RN); Jaguarão (RS); Pelotas (RS); Porto Alegre (RS); São Miguel das Missões (RS); Florianópolis (SC); Laguna (SC); Aracaju (SE); São Cristóvão (SE); Iguape (SP); Santo André (Vila de Paranapiacaba - SP); São Luís do Paritinga (SP).

De acordo com o documento oficial “PAC – Cidades Históricas”⁷¹, tal programa traz como novidade a participação dos usuários em todos os âmbitos das ações de intervenção em áreas históricas, buscando agentes locais que possam colaborar com as propostas. O mesmo também afirma que o programa é o “primeiro de preservação que atuará de modo amplo no território urbano, abordando o patrimônio das cidades como algo intrínseco à dinâmica urbana, inclusive, de sua articulação ao fomento às cadeias produtivas locais, em especial, àquelas vinculadas a atividades econômicas tradicionais” (PAC – Cidades Históricas, 2009, p. 06). Assim, surge um novo interesse sobre as áreas históricas, tendência que considera seu dinamismo e sua potencialidade econômica como critérios de intervenção; em alguns casos o uso passa a ser mais valorizado que o próprio patrimônio.

Para melhor compreender as estratégias de atuação do PAC, destacamos os seis pontos colocados como objetivos do mesmo, dando destaque na quadro a seguir para o item 1, aquele que mais se aproxima da análise a ser desenvolvida sobre as intervenções nas praças do centro histórico de João Pessoa e que foram orientadas por este programa.

Quadro 05: Objetivos, estratégias e ações do PAC – Cidades Históricas, 2009.

OBJETIVO	ESTRATÉGIA	AÇÕES
Objetivo 1: Promover a requalificação urbanística dos sítios históricos e estimular usos que garantam seu desenvolvimento econômico, social e cultural.	Execução direta de obras de requalificação pelo Governo Federal e em parceria com os governos municipais, estaduais e concessionárias de serviços públicos.	• Embutir a fiação aérea nas cidades. • Recuperação de espaços públicos com acessibilidade universal. • Destinação de uso prioritário para equipamentos sociais e comunitários. • Instalação de mobiliário urbano e sinalização turística. • Iluminação de destaque para valorização de monumentos e áreas públicas. • Ampliação da capacidade de comunicação com instalação de internet sem fio.
Objetivo 2. Investir na infraestrutura urbana e social.	Inclusão das cidades históricas e seu entorno nas ações da agenda social do Governo Federal, viabilizando as condições necessárias de infraestrutura urbana e social.	• Saneamento ambiental. • Melhoria do transporte e da mobilidade urbana. • Habitação de interesse social e regularização fundiária. • Segurança Cidadã. • Territórios da Cidadania.
Objetivo 3. Ampliar o financiamento para a recuperação de imóveis privados.	Ampliação da linha de crédito especial para imóveis privados localizados em áreas protegidas, visando à recuperação de imóveis subutilizados e degradados.	• Juro zero e correção anual da dívida com base no INPC. • Contratação não obrigatória de seguro e inexistência de limite de idade. • Prazo de carência de seis meses, contados a partir da conclusão das obras. • Condições diferenciadas para famílias com renda até três salários mínimos.

⁷¹ PAC – Cidades Históricas: patrimônio, desenvolvimento e cidadania, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14926&retorno=paginaIphan>>, acessado em 04/08/2014.

OBJETIVO	ESTRATÉGIA	AÇÕES
		• Pagamento da dívida em 10, 15 ou 20 anos. • Retorno do financiamento para o Fundo de Preservação do Patrimônio.
Objetivo 4. Recuperar monumentos e imóveis públicos com destinação de uso de interesse social.	• Execução direta e em parceria com os governos municipais e estaduais, com a recuperação condicionada à garantia de uso, que promova atividades econômicas, sociais e culturais em sintonia com os demais programas da agenda social. • Ações de fomento com a mobilização de recursos pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) - Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei 8.913/91) - para ação de preservação e salvaguarda do patrimônio.	• Recuperação de monumentos e imóveis públicos para a instalação de universidades, escolas, albergues, bibliotecas, habitação social, museus, centros culturais, cinemas, pontos de difusão digital e pontos de cultura. • Parcerias locais para integração dos espaços no circuito cultural de escolas e universidades e outras instituições de interesse social. • Aperfeiçoamento do processo de análise técnica, monitoramento, fiscalização e avaliação dos projetos via Pronac e pleno funcionamento do Sistema Salic Web. • Identificação e divulgação nos locais e monumentos das ações de recuperação com informações para o público sobre a importância histórica do bem e o valor da obra.
Objetivo 5. Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas locais.	Apoio às atividades tradicionais para incrementar a capacidade local de geração de emprego, trabalho e renda, favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população local.	• Qualificação dos espaços destinados à produção e venda do artesanato no país. • Realização de oficinas de capacitação. • Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de produção e circulação de produtos, possibilitando maior inserção no mercado. • Parcerias com as universidades e secretarias de governo para fomento à ação de formação da força de trabalho profissional.
Objetivo 6. Promover o patrimônio cultural, o intercâmbio, a formação e a capacitação de agentes, técnicos e gestores.	• Articulação interinstitucional para o desenvolvimento de ações integradas visando à preservação e valorização do patrimônio. • Implantação das Casas do Patrimônio como pólos de referência local e regional e como espaços de diálogo, promoção e intercâmbio do patrimônio cultural brasileiro. • Fortalecimento das ações do Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio, de responsabilidade do Iphan em parceria com a Unesco, para as Comunidades dos Países de Língua Portuguesa e Mercosul.	• Capacitação de agentes para o desenvolvimento do turismo cultural. • Formação de multiplicadores para ampliar a capacidade de promoção do patrimônio nas escolas, universidades e centros comunitários. • Formação e intercâmbio de gestores do patrimônio cultural. • Produção e disseminação de informações sobre as cidades históricas. • Desenvolvimento de uma rede de Casas do Patrimônio com espaços de exposições, arquivos e bibliotecas para atendimento ao público. • Edição de obras de referência sobre o patrimônio cultural com uma política de distribuição em âmbito nacional. • Comunicação e maior interlocução com a sociedade. • Organização da biblioteca virtual da área de patrimônio cultural e maior acesso à informação e ao conhecimento de interesse do setor.

Fonte: Dados coletados do documento disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14926&retorno=paginaIphan>>, acessado em 04/08/2014.

Considerados os mecanismos e agentes federais, adentramos sobre os meios estaduais, quando em 2004 o tombamento a nível estadual, estabelecido pelo IPHAEP é revisto e atualizado. A nova área havia sido homologada pelo Decreto n. 25.138, de 28 de junho do dito ano, tendo sido requerido pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP. Segundo este documento, o Decreto que vigorava anteriormente, sob o número de 9.484 de 10/05/1982, “gerou uma poligonal baseada em critério quantitativo de configuração espacial”, sendo necessária uma “reorientação dentro de critérios qualitativos, objetivando preservar as feições arquitetônicas e urbanas necessárias a sustentabilidade e à preservação da identidade da cidade” (Deliberação n. 005/2004, anexa ao Decreto n. 25.138).

Quando aos aspectos de ordem municipal, a cidade de João Pessoa é contemplada com um Plano Diretor ainda em 1992. Mesmo assim, segundo o próprio documento, este propõe diretrizes que nortearão o crescimento e o desenvolvimento da capital paraibana até o ano 2010. Para tanto, seu artigo segundo afirma:

O Plano Diretor tem como objetivo assegurar o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, garantir o uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano e preservar, em todo o seu território, os bens culturais, o meio ambiente e promover o bem estar da população (PMJP, Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, 1992).

De caráter disciplinar e participativo, o Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, em seu Capítulo II, no Artigo 23 e 24, detém-se nas áreas de interesse social de preservação das características ambientais, paisagísticas, históricas e culturais, como patrimônio comum. A fim de atingir tais espaços, constitui Zonas de Restrições Adicionais, sendo estas: o Centro Principal da Cidade, a Orla Marítima, o Altiplano do Cabo Branco e o Cone de Proteção ao Voo do Aeroclube.

Na Seção I do Artigo 24, sobre o Centro Principal, dispõe as seguintes afirmações:

Art. 24. O Centro Principal, incluindo o Centro histórico da Cidade, e a parte da Área Urbana que sofre processo acelerado de transformação e que abriga funções urbanas conflitantes, tais como: maior concentração de tráfego de veículos e pessoas e um número significativo de edificações de uso institucional, comercial e de serviços, sendo, portanto, objeto de regulamentação complementar específica, submetidas à apreciação do órgão estadual de preservação do Patrimônio Histórico, e que deve contemplar:

I. A restrição à circulação de veículos;

- II. A regulamentação de horários e percursos para operação de carga e descarga;
- III. A exigência um número suficiente de vagas para estacionamento, em todos os projetos de construções novas e reformas;
- IV. A recuperação e livre desimpedimento das vias para circulação de pedestres;
- V. O estabelecimento de índices urbanísticos específicos para cada quadra considerando a proximidade da área do Centro histórico, o entorno do Parque Solon de Lucena e as áreas onde é possível o uso residencial ou o adensamento dos outros usos (Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, 1992, Artigo 24, Seção I).

Embora não seja possível observar referências diretas aos espaços livres públicos, dois pontos se aplicam indiretamente: a restrição de circulação de veículos e desimpedimento para pedestres. Tais indicações foram bem representadas pela intervenção vista no capítulo anterior, quando se propõe o projeto de Revitalização da Praça Antenor Navarro, na década de 1990. Entretanto, tendo em vista este instrumento ser um mecanismo de longo prazo, percebe-se sua influência nos anos seguintes, quando na primeira década do século XXI institui-se o PAC – Cidades Históricas. Percebe-se então, uma confluência de interesses que visavam a conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, em que os três poderes governamentais (federal, estadual e municipal) trabalham para a adequação de sua função, a fim de que haja sustentabilidade por meio da geração de renda, além da interação (de interesses) com os cidadãos/ usuários.

Em 2006, a Prefeitura Municipal de João Pessoa havia dado início ao **Programa de Recuperação de Praças, Parques, Passeios e Jardins**, executado por meio das Secretarias de Planejamento (Seplan), Infraestrutura (Seinfra) e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), em diversos bairros da cidade. Segundo Franch e Queiroz (2008, p. 01) este projeto visava “reorientar os usos da cidade no sentido de reverter a crescente privatização da vida, interferindo positivamente na vida pública, na dinâmica cultural e econômica da cidade e na atenuação dos índices de violência.”. Nesta ação incluía-se não somente as praças dos diversos bairros da capital paraibana, mas também aquelas inseridas no centro histórico de João Pessoa, sem que para isso se apresentasse alguma proposta diferenciada.

Somente em 25 de janeiro de 2008 o *site* da PMJP noticia o acordo selado entre Prefeitura, IPHAN e Governo do Estado da Paraíba em prol do “desenvolvimento do Centro histórico”, viabilizando recursos para qualificação de ruas e calçadas; restauração de imóvel, além do compromisso de manter ativa a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico. Sob esta perspectiva se inicia um novo tempo para as intervenções no centro histórico, quando orientadas pelos resquícios do Programa de Revitalização do Centro

histórico (PRCH), retomam-se as requalificações na área central, agora de iniciativa não somente pública, mas privada também.

Em 31 de outubro de 2008, em notícia veiculada pelo *site* da Prefeitura de João Pessoa, aponta-se que foi nesta época, que a administração municipal investiu 3,2 milhões em obras que integram um plano de restauração do Centro, dentro do Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH). Sobre tal informação destacamos que o dito “plano de restauração” não se apresenta documentado na PMJP. Sua denominação deve por tanto ser mais uma “expressão” sobre as variadas e imprecisas nomenclaturas dadas às intervenções ocorridas nos centros históricos, enfatizando uma confusão recorrente desde a década de 1980. Ratificando esta ideia, toma-se o título da mesma notícia, sobre o ocorrido numa das praças do centro histórico de João Pessoa, quando afirma: “Reforma muda visual da Praça Venâncio Neiva”. Da mesma forma, tão pouco se encontram documentos referentes ao Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH), que ao nosso ver, deve ser apenas um sinônimo utilizado para o antigo Programa de Revitalização do Centro histórico (PRCH).

Dentre os projetos que foram apresentados estão as intervenções ocorridas já citada Praça Venâncio Neiva, conhecida pelo pseudônimo de “Pavilhão do Chá” e na Praça Vidal de Negreiros, antigo “Ponto de Cem Réis”, entre 2008 e 2009. Sobre elas, relata o Secretário de Infraestrutura, João Azevêdo, em entrevista noticiada pelo *site* da PMJP, em 14/01/2009:

Estas intervenções tem um caráter de requalificar os espaços públicos, considerados relevantes do ponto de vista comercial, pela valorização do patrimônio histórico e melhorias na acessibilidade da população em todas as áreas do centro da cidade.

Entretanto a escolha do espaço a passar por intervenção não pode ser justificada com precisão. A Prefeitura Municipal de João Pessoa não dispõe de uma documentação específica que relate a atuação e funcionamento de tal proposta, como explicado anteriormente. Assim, é caracterizado, segundo a Seinfra, secretaria responsável pelo projeto nas Praças supracitadas, um “quadro de demanda”, ou seja, as intervenções ocorrem de acordo com a necessidade local, no que diz respeito aos usuários e infraestrutura dos bairros, desta forma se decide ou não pela requalificação dos espaços livres públicos.

Tal afirmação é confirmada pela notícia publicada em 10/04/2008 no *site* da PMJP que aponta a recuperação de 40 praças⁷² em diversos bairros da capital paraibana. A nota

⁷² As praças indicadas eram as seguintes: Assis Chateaubriand, no bairro Jardim 13 de Maio; Marechal Bittencourt, no bairro Jardim 13 de Maio; Nossa Senhora da Paz, no Castelo Branco II; Afonso Barbosa de Oliveira, no Brisamar; João Medeiros, no bairro Pedro Gondim; João Gadelha, no Jardim Luna; Félix Cahino,

veiculada não faz referência, neste momento, à qualquer das praças do centro histórico, mas relata a seguinte forma de intervir:

A PMJP dispõe de R\$ 4 milhões para promover a recuperação de dezenas de praças, executando intervenções que vão desde **recuperação da iluminação, instalações hidráulicas e troca de bancos** até a construção de quadras e playgrounds. O levantamento das praças e projetos foi realizado pelas secretarias de Planejamento (Seplan) e do Desenvolvimento Urbano (Sedurb). A fiscalização ficará por conta da Secretaria de Infra-Estrutura (Seinfra) (PMJP, 03/06/2008, grifo nosso).

Estas ações retratam, entretanto, quase que com exatidão, o ocorrido tanto na Praça Venâncio Neiva, quando na Vidal de Negreiros. Isto pode ser confirmado quando comparada a nota do dia 03/06/2008, com a notícia de 13/08/2008. Esta última refere-se a intervenção nas Praças Venâncio Neiva e Vidal de Negreiros, trazendo em si a similaridade entre as propostas para as praças de bairro e as duas praças inscritas no centro histórico de João Pessoa.

Praça Vidal de Negreiros [...] contará com **projeto luminotécnico, instalação de mobiliário urbano e nova pavimentação**, a um custo de R\$ 1.411.505,12. Já na Praça Venâncio Neiva (Pavilhão do Chá), a **recuperação das calçadas** já foi iniciada. A restauração do local será executada em dois momentos. Nesta etapa iniciada **estão sendo recuperadas as calçadas, bancos, jardins e toda a iluminação** (PMJP, 13/08/2008, grifo nosso).

Pode-se perceber pelo relato que as requalificações partiam do mesmo princípio: uma melhoria estrutural dos espaços livres públicos, com substituição e recuperação dos aspectos físicos, sendo este mesmo formato aplicado às demais praças da cidade.

Sobre os mecanismos utilizados pelo mesmo agente – a PMJP, destaca-se ainda no ano de 2008 a Lei 11.459, que tem por finalidade criar a Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais do Município de João Pessoa (PROBECH – JP), ligada à Secretaria do Planejamento (Seplan), mas que possui autonomia administrativa e financeira, tendo por objetivo:

I - Coordenar, planejar, fiscalizar e supervisionar a execução e o controle das atividades relacionadas à gestão da proteção, requalificação e restauração dos bens culturais, móveis e imóveis, de interesses histórico, artístico, urbanístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico do município de João Pessoa.

II - Requalificar, restaurar e revitalizar os bens culturais imóveis, de interesses histórico, artístico, urbanístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico do Município de João Pessoa.

III - Reconhecer, classificar, cadastrar, tombar e expedir instruções normativas de natureza complementar e regulamentar para a proteção e a gestão dos bens culturais, móveis e imóveis, de valores histórico, artístico, urbanístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico do Município de João Pessoa.

IV - Firmar parcerias, convênios, acordos, compromissos e ajustes de condutas com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e internacionais com vistas à proteção, conservação, requalificação e restauração de bens imóveis considerados de valores histórico, artístico, urbanístico, arquitetônico, paisagístico e arqueológico do Município de João Pessoa, com anuência do Chefe do Executivo Municipal (Lei 11.459/ 2008).

Além disto, a PROBECH – JP é voltada para a execução de projetos de intervenção e tem como outro objetivo valorizar e popularizar o sítio reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), em dezembro de 2007⁷³. Pela Lei 11.459/08 a PROBECH torna-se COPAC “com a finalidade de preservar os bens materiais e imateriais, públicos e privados de interesse histórico, artístico, urbanístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico da capital paraibana”.⁷⁴ Esta reformulação abrange de forma mais coerente as articulações do Patrimônio Cultural, aproximando ainda mais o discurso entre governo federal e municipal.

As requalificações das praças Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva tiveram início durante o governo do Prefeito Ricardo Coutinho, com primeiro mandato em 2004, sendo reeleito em 2008, permanecendo até 2010, quando renuncia ao cargo para concorrer na eleição para Governador do Estado da Paraíba. Em seu lugar é empossado na Prefeitura, o então vice-prefeito Luciano Agra – arquiteto e professor da Universidade Federal da Paraíba. Sob sua gestão se consolidam as ações de requalificação iniciadas no começo dos anos 2000. Esta informação, pode direcionar o entendimento quanto ao alto número de projetos de requalificação realizados: um gestor da área de urbanismo com conhecimento técnico, interesses no *marketing* político e recursos da administração pública, tendenciosamente investiria em obras de infraestrutura para a cidade.

Como se constata pelas afirmações de Vidal (2004, p.23) a estratégia de *marketing* administrativo não é algo recente. A autora ressalta que a reforma urbana realizada a fim de construir a Praça Vidal de Negreiros, ainda na década de 1920, foi uma das ações mais

⁷³ “Iphan homologa nesta terça-feira o tombamento de João Pessoa”. Site oficial da PMJP, 01 de agosto de 2008. Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/iphhan-homologa-nesta-terca-feira-o-tombamento-de-joao-pessoa/>>. Acesso em 16 de março de 2014.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/copacjp/acopac>. Acessado em 21/10/2014.

expressivas do processo de modernização da época, visto que este refletia não somente as melhorias urbanas, com a criação de novos espaços, mas também uma obra de grande “visibilidade”.

Ainda assim, este método de divulgação da gestão por meio das obras públicas ganha uma nova vertente. Não bastava realizar uma mudança estrutural, era preciso tornar o espaço atrativo e funcional, afinando-se com as estratégias nacionais de sustentabilidade do patrimônio cultural. Para tanto, investe-se na realização de eventos que levem os cidadãos a retornarem às praças, ainda que de forma efêmera. O patrimônio histórico é colocado em segundo plano em detrimento de um novo uso que venha a gerar renda e divulgação do lugar. As requalificações não apresentam como interesse a inclusão do entorno, trabalhando o espaço livre público de forma isolada, como veremos nas análises dos projetos mais adiante.

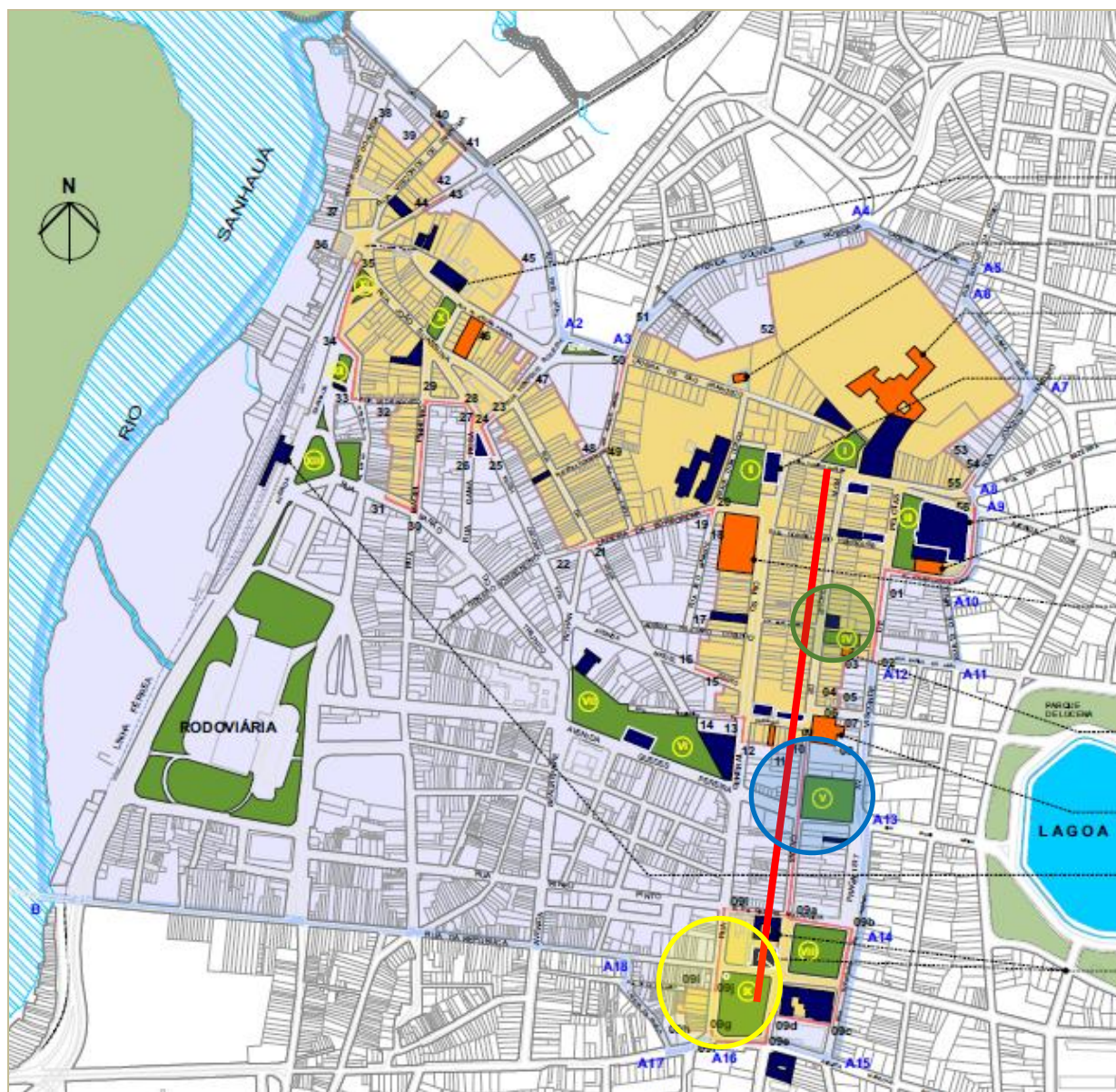
Ao final da primeira década dos anos 2000, teve início na cidade de João Pessoa o processo de requalificação da Praça Rio Branco, importante espaço livre público situado no Centro histórico definido pelo IPHAN. Seu projeto é financiado pelo PAC, em contrapartida às propostas das praças Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva, que receberam recursos próprios da Prefeitura Municipal de João Pessoa, segundo a notícia de 06/09/2010 do Portal da PMJP. O mesmo meio de comunicação noticia em 19/08/2010, que a obra conferida à Praça Rio Branco “custou cerca de R\$ 400 mil, e foi a primeira ser entregue no país utilizando recursos do PAC das Cidades Históricas, do Ministério da Cultura”. Ainda de acordo com a mesma publicação, a “reforma da praça faz parte do projeto de recuperação de áreas históricas da Capital” o qual incluiu, também, as Praças Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva.

Segundo Fernando Moura, coordenador da COPAC, órgão vinculado a Prefeitura de João Pessoa, em entrevista concedida ao Portal da PMJP em 06/09/2010, “estas ações se somam e vem consolidar a revitalização do nosso Centro, oferecendo espaços de convívio valorizados aos seus moradores e visitantes.”. E sobre a Praça Rio Branco, pontua que “o local estava perdido na memória da cidade, mas agora volta a ficar disponível para a população, que deve utilizá-lo como espaço de convivência, lazer e cultura.”

Então, pode-se perceber uma similaridade nos discursos e ações de requalificação, em que há pouca valorização do patrimônio, mas sua utilização como estandarte publicitário. Desta forma, após buscar compreender os critérios das intervenções, os objetivos que deveriam ter sido alcançados, os conceitos e práticas adotados; passamos às requalificações propriamente ditas.

A Praça Venâncio Neiva encontra-se inserida no perímetro de tombamento (rigoroso) do IPHAN, bem como a Praça Rio Branco, já a Vidal de Negreiros, faz parte do perímetro de

entorno (figura 86). Ambas estão ligadas pela Rua Duque de Caxias, reconhecida como uma das mais importantes da cidade, seja pelo seu caráter histórico no que remete ao crescimento da cidade a partir de sua orientação cartográfica, seja pela questão econômica, como reconhecido polo comercial até os dias atuais.



LEGENDA			
	Praça Venâncio Neiva		Praça Rio Branco
	Praça Vidal de Negreiros		Rua Duque de Caxias

Figura 86: Mapa de Perímetro de Tombamento do IPHAN, com destaque para a Praça Venâncio Neiva, Praça Vidal de Negreiros, Praça Rio Branco e Rua Duque de Caxias. Fonte: IPHAN, 2007, editado pela autora.

Outra característica comum aos dois espaços livres públicos é que antes de passarem pelo processo de requalificação entre 2008 e 2010, as três as praças encontravam-se degradadas e marginalizadas: seus usuários, em maioria, eram compostos por menores infratores, garotas de programa, usuários de drogas, lavadores de carro e engraxates. Demais cidadãos permaneciam em suas áreas periféricas ou usufruíam do lugar como mera passagem, sem criar vínculos ou qualquer apropriação.

No entanto, antes de iniciar a análise das intervenções realizadas nestas praças é necessário ressaltar a importância que as mesmas tiveram para a história da cidade de João Pessoa e em particular para a caracterização e identidade da atual Rua Duque de Caxias, às margens da qual se localizam. Parte desta rua, com início e fim balizado respectivamente pelas igrejas dos franciscanos e Misericórdia, corresponde à antiga Rua Direita, uma das vias mais importantes da estruturação inicial da cidade. No século XVIII seu percurso já se prolongava até o conjunto arquitetônico dos jesuítas – localizado na atual Praça João Pessoa – sendo o somatório das ruas Direita, da Baixa e de São Gonçalo. Ao longo deste trajeto, as praças Rio Branco, Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva constituíram pontos de atração da população, em tempos distintos e por funções diferenciadas como relatamos brevemente a seguir, para que seja possível entender a importância histórica e patrimonial que possuem.

A Praça Rio Branco corresponde ao antigo Largo da Câmara, aberto para anteceder o edifício da Casa de Câmara e Cadeia construído ali, em 1610. No século XVIII, esse espaço passou a ser denominado Largo do Erário, devido à instalação da Casa do Erário, ou casa dos Contos, que veio a reforçar seu caráter laico já definido pela existência da câmara e do açougue que era administrado por esta. Apenas no século XX, com a adoção de princípios urbanísticos sanitistas o largo foi ajardinado, em 1918, e denominado de Praça Rio Branco.

Deixando de ser uma praça estritamente cívica, seu jardim e mobiliário passou a atrair usuários que buscavam a vivência social, ao tempo em que permaneciam do passado os prédios do Açougue, a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa do Erário (figuras 87-90).

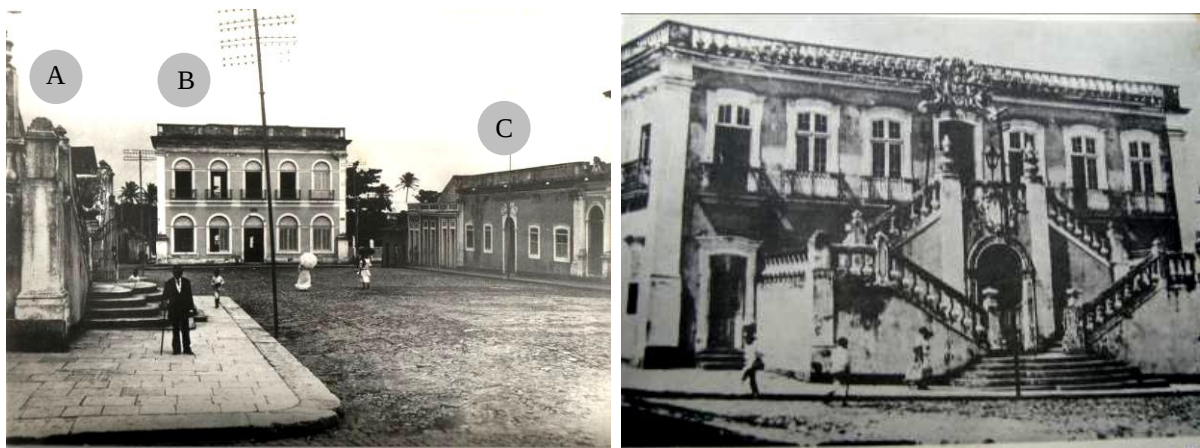


Figura 87: Praça Rio Branco: A) Casa do Erário; B) Casa de Câmara e Cadeia; C) Açougue, 1910. **Figura 88:** Casa do Erário, 1905, antes do incêndio, quando ganha novas feições e perde a escadaria. Fonte: Acervo Walfredo Rodriguez.



Figura 89; 90: Praça Rio Branco, 1924 e 1926, respectivamente. Fonte: Acervo Walfredo Rodriguez.

A Praça Vidal de Negreiros foi aberta para ser um ponto terminal das linhas de bondes que serviam a cidade, na década de 1920, quando adquiriu o pseudônimo de “Ponto de Cem Réis”, valor referente à passagem paga na época. A esta função de circulação foi agregada, com o decorrer do tempo, ao serviço de praça de taxi. Estes meios de transporte que expressavam a modernidade compuseram por muito tempo a imagem desta praça, juntamente com a torre do relógio e o pavilhão que abrigava bomboniere e sorveteria (figuras 91; 92).

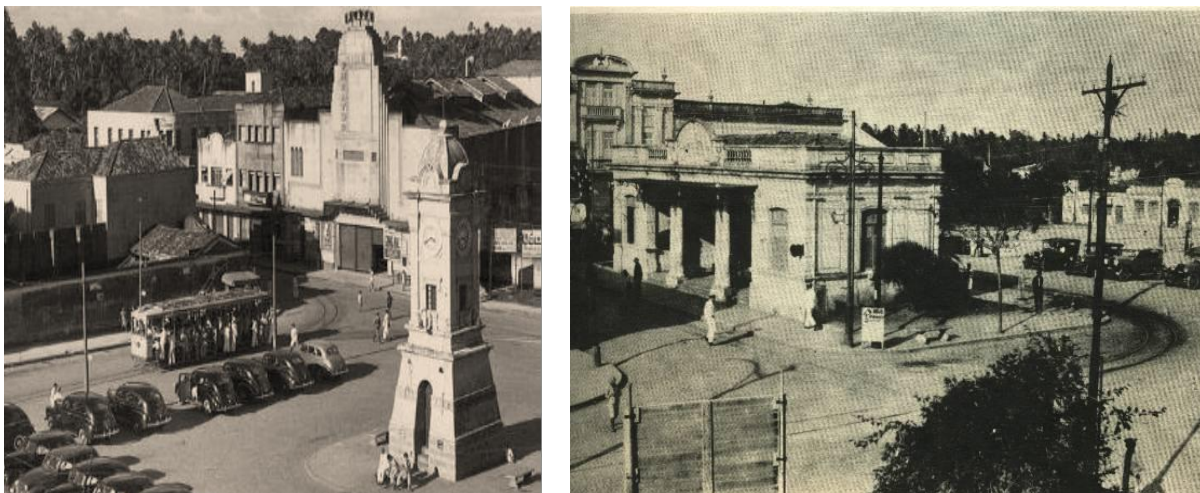


Figura 91; 92: Praça Vidal de Negreiros, respectivamente, 1924 e 1930, quando se observam a praça de taxi com a torre do relógio e o pavilhão lateral. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

Em 1951, a Praça Vidal de Negreiros passa por uma primeira reforma, que teve por objetivo criar um espaço mais propício ao convívio social, sendo o espaço central reservado aos pedestres e a circulação dos bondes relocada para as margens da praça (AGUIAR, 2002, p. 241-242). Em substituição ao pavilhão lateral, foram construídos dois pavilhões que se localizavam nas margens leste e oeste da praça, abrigando serviços de engraxates, cafeteria e lanchonete (SARMENTO *et al*, 2010). É também desta época a remoção da torre central que havia na praça, cujo relógio foi relocado para o Paraíba Palace Hotel, edifício referencial para a identidade do lugar, o qual estava também em obras de ampliação (figuras 93-96).

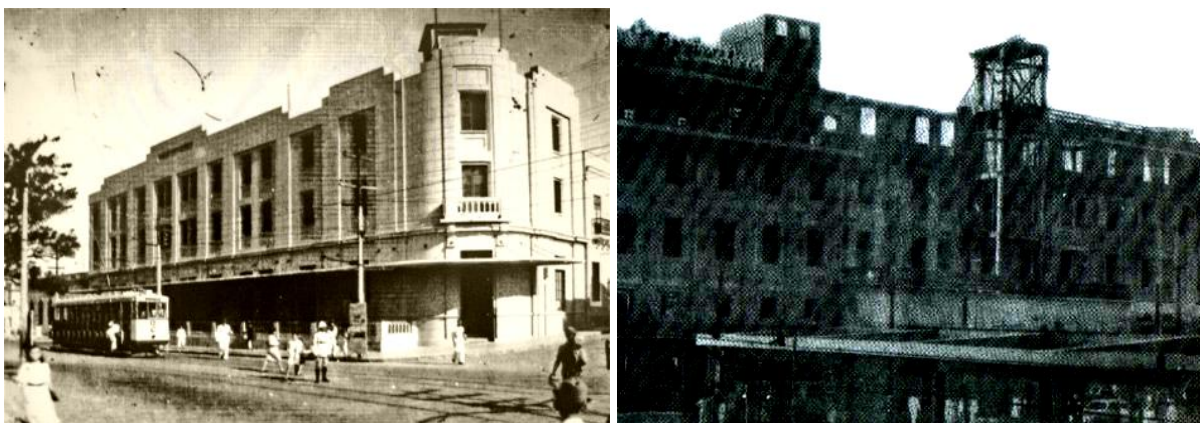


Figura 93; 94: Paraíba Palace Hotel, antes e durante a reforma da década de 1950. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.



Figura 95; 96: Praça Vidal de Negreiros, respectivamente, 1951 e 1962. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

Este espaço público teve desde sua origem a característica de atrair e fazer convergir a população devido ao serviço de transporte público e com esta nova configuração passou a ser palco de concentração em eventos políticos ou sociais, como o carnaval.

Esta função e configuração da praça permaneceram inalteradas até a década de 1970, quando a praça foi outra vez reformada “num período onde o planejamento urbano valorizava novas soluções para a circulação viária na cidade, dotando-a das mais duvidosas facetas da modernidade” (GUEDES; LEÃO; SÁ CARNEIRO, 2010, p. 9). Sendo o principal objetivo do projeto viabilizar uma circulação de veículos mais fluida, a Praça Vidal de Negreiros foi cortada por um viaduto, ficando seu espaço subdividido e o Paraiba Palace Hotel segregado em relação à praça. O amplo espaço de convívio social anteriormente existente foi segmentado com a implantação de desníveis e espelhos d’água resultantes do novo projeto (figuras 97-99).



Figura 97; 98; 99: Praça Vidal de Negreiros em cores, em 2004; em preto e branco, em 1970. Fonte: Acervo e Denise Lemos, 2004; Humberto Nóbrega, 1970.

Ao final da Rua Duque de Caxias está a Praça Venâncio Neiva, outrora conhecida como Pátio do Palácio, por localizar-se ao lado da sede do poder estadual. No início do século XX, em 1917, no governo de Camilo de Holanda (1916-1920) o pátio ganha status de praça quando foi ajardinado e equipado com uma fonte central e um coreto situado na fachada noroeste. Devido à formação de uma área residencial elitizada em seu entorno, em particular na Rua das Trincheiras, a praça ganhou importância social que foi reforçada pela vizinhança de edifícios institucionais importantes, como o palácio do governo, escola normal, liceu e a imprensa oficial. Devido a isso, a praça foi novamente reformada em 1929, no governo de João Pessoa, quando a fonte foi substituída por um pavilhão destinado à reunião social para o chá das cinco, o que deu ao lugar o pseudônimo de Pavilhão do Chá (figuras 100-103).

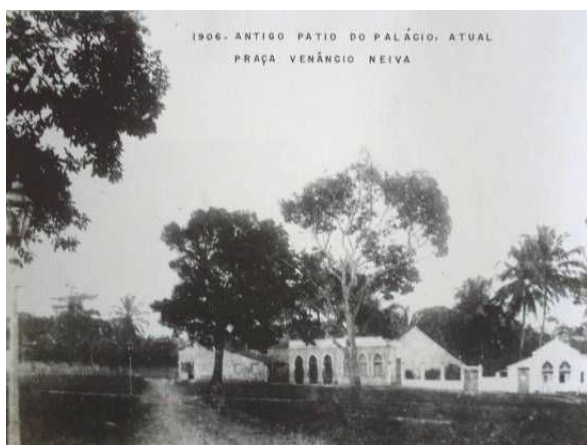


Figura 100: Pátio do Palácio, 1906, atual Praça Venâncio Neiva. Fonte: Acervo do Museu Walfredo Rodrigues.
Figura 101: Praça Venâncio Neiva com seu coreto em 1924. Fonte: Jornal A UNIÃO, 1924.



Figura 102: Praça Venâncio Neiva com sua fonte central em 1924. Fonte: Jornal A UNIÃO, 1924.
Figura 103: Praça Venâncio Neiva com seu Pavilhão em 1929. Fonte: Comissão do Centro histórico.

Todo este centro de João Pessoa foi de grande prestígio social e vigor econômico durante a primeira metade do século XX, quando era considerado uma das áreas mais nobres da cidade. No entanto, entre as décadas de 1960 e 1980, o mesmo passou por um processo de mudança que em breves linhas pode ser caracterizado em três pontos: primeiro um

progressivo esvaziamento da função residencial, em contrapartida surgia um comércio elitizado para o qual se dirigia a população em busca das melhores lojas da cidade. Por fim, já nos anos 80, um declínio deste comércio que foi se tornando cada vez mais popular, mudando o perfil de seus proprietários e clientes.

Como consequência deste processo, toda a área central da cidade foi se tornando, gradativamente, um local desprestigiado social e economicamente. Seus habituais usuários passaram a morar nos novos bairros que se formavam próximo à orla marítima e coube ao centro ampliar sua tendência de abarcar o comércio e serviços voltados para a população de menor poder aquisitivo. Adjetivos como perigoso, marginal, desordenado, decadente passaram a reforçar a ideia de abandono desta parte da cidade que embora mantenha importante dinâmica econômica foi sendo também lugar frequentado por pessoas ligadas a prática de prostituição, furtos e utilização de drogas ilícitas. Nesta realidade estavam inseridas as três praças aqui apresentadas quando foram requalificadas. Tais obras vieram mudar pontualmente a condição de marginalidade que as praças apresentavam então, embora os problemas sociais permaneçam cercado as mesmas.

4.1 Análise dos projetos de requalificação

Para apresentação e análise dos projetos de requalificação das praças em foco será seguido o mesmo trajeto da Rua Duque de Caxias percorrido para contextualizá-las historicamente. Assim iniciamos na Praça Rio Branco a qual, no início do século XXI refletia o que ocorria em quase todas as praças centrais de João Pessoa: havia perdido as características de lugar de permanência e lazer, estava invadida por estacionamento, tinha seu entorno conturbado pela excessiva circulação de automóveis, resultando seu espaço totalmente descaracterizado e mal conservado (figura 104; 105).

Assim se encontrava a Praça Rio Branco em 2008, quando foi decidida sua requalificação. Passava despercebida em meio à cidade, não sendo ao menos reconhecida como uma praça pela população uma vez que estava escondida pelos inúmeros veículos que sufocavam o lugar.



Figura 104; 105: Praça Rio Branco, 2008. Fonte: PMJP.

Cabe informar a participação do IPHAN na requalificação da Praça Rio Branco, o que culminou em um documento de 27 laudas, com consistente e detalhado texto. Segundo esse documento elaborado em 2009, o objetivo que norteou a intervenção na praça foi a recuperação dos espaços degradados e subutilizados, visando devolver o caráter de centro de vivência (PMJP, 2009, p. 08)⁷⁵.

O levantamento e estudos elaborados em 2008 para fundamentar o projeto apontaram os problemas de circulação e fragmentação do espaço que retiravam da praça sua condição de lugar de permanência. Sobre o estado em que se encontrava antes da requalificação, o Memorial Descritivo do projeto acertadamente afirmou que “vivenciar hoje (2008) esse espaço é praticamente impossível” (Idem, p. 17).

As ruas em seu entorno recebiam um fluxo de veículos superior ao que suportavam e todo o perímetro da praça tinha sido recortado para adequação a vagas de estacionamento confinando seu espaço útil em uma pequena área. Este recorte dado ao piso não favorecia um passeio contínuo, o que se somava à interferência causada pelas raízes das árvores – oito Ficus inseridos em seu perímetro e não ordenados em uma estrutura de canteiro, danificando o piso que não oferecia condição para circulação de pedestres. O mobiliário era praticamente inexistente e a cobertura vegetal era o que dava o diferencial a esta praça pelo sombreamento denso e singular. Tendo em vista estas condições precárias estava evidente a real necessidade de uma requalificação que pudesse devolver à praça as características que lhe são cabidas, fazendo com que a mesma pudesse ser um reconhecido ponto de convergência da população que cotidianamente circula por ali (figuras 106-108).

⁷⁵ Memorial Descritivo da Praça Rio Branco: Restauração da Praça Rio Branco. Plano de Ação para Cidades Históricas - IPHAN em parceria com a Secretaria do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, 2009.



Figura 106; 107: Praça Rio Branco, 2008. Fonte: PMJP.

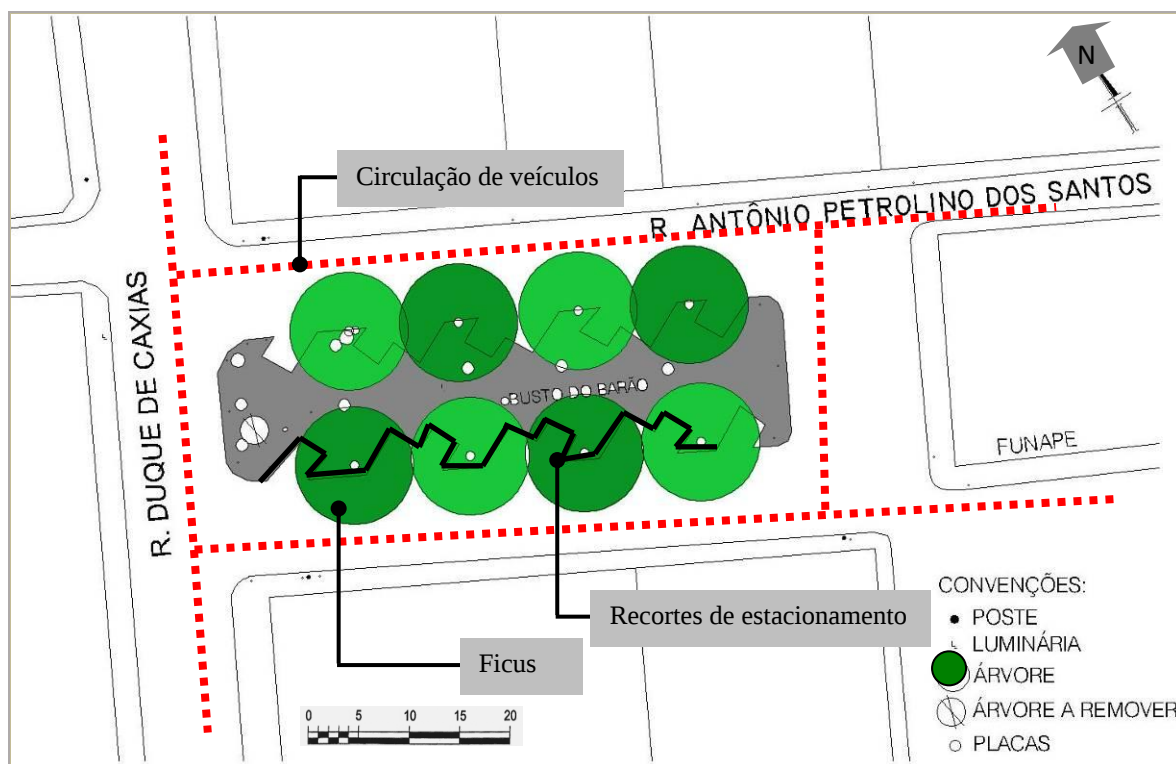


Figura 108: Layout da Praça Rio Branco, 2008. Fonte: PMJP.

Esta desordem interferia não somente na legibilidade do espaço da praça, mas também na de seu entorno que apresenta consideráveis modificações, mas ainda guarda memória de importantes edificações da administração da cidade, como visto anteriormente. No entanto, ficava comprometida a identidade da praça pelo uso indiscriminado de placas e letreiros nas edificações, além da aplicação de pinturas, texturas e materiais não permitidos pelas normativas de conservação do Centro histórico.

No projeto de requalificação, sendo objetivo resgatar e manter o espaço de passeio e permanência da Praça Rio Branco com maior eficiência, foi proposto limitar o fluxo de automóveis, o que levou a eliminação de dois trechos das ruas que circundavam a praça nos limites sul e leste, sendo mantido o tráfego ao norte da praça, interligando as ruas Visconde de Pelotas e Duque de Caxias (figuras 109-111). As vias interditadas foram transformadas em calçadão para pedestres ampliando o espaço útil da praça, mas sem alterar sua configuração morfológica devido a um tratamento com pisos diferenciados: paralelepípedos nas antigas ruas laterais, piso intertravado nas calçadas e concreto pré-moldado na área da praça (figura 112; 113).

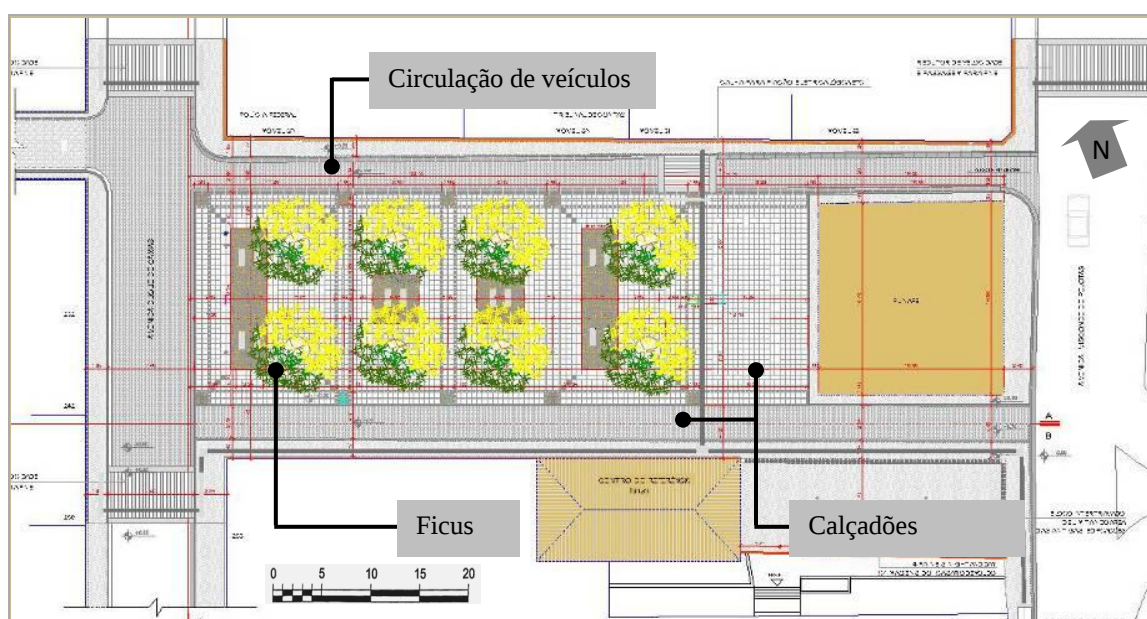


Figura 109: Novo Layout da Praça Rio Branco, 2009. Fonte: PMJP.

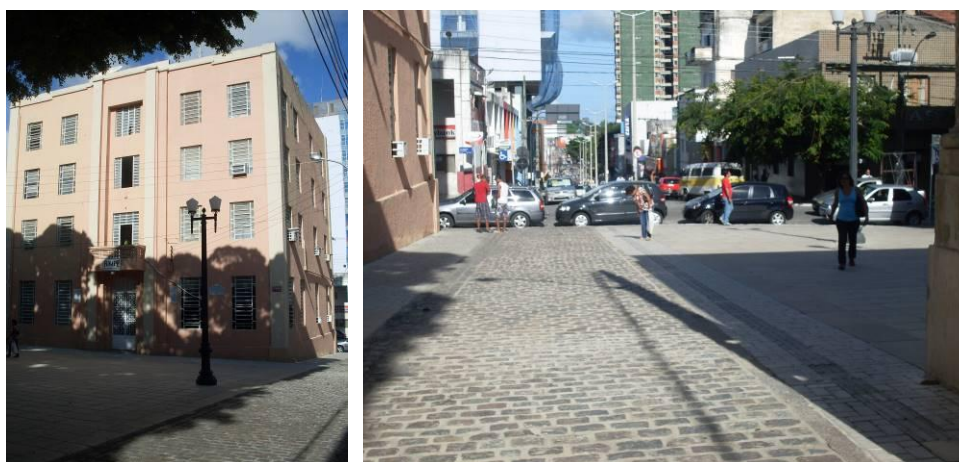


Figura 110; 111: Novo Layout de piso e calçada lateral da Praça Rio Branco, 2012. Fonte: Camila Cesar.



Figura 112; 113: Novo Layout de piso da Praça Rio Branco, 2012. Fonte: Camila Cesar.

No mais, o projeto foi bastante contido, não imprimindo maiores transformações à praça, mas em contrapartida explorou e valorizou suas características e potencial que a mesma já apresentava. Para atingir o objetivo proposto de fazer da praça um centro de vivência foram inseridos bancos ergonômicos – com encosto e braços, que atraem um maior número de pessoas que cotidianamente trabalham e circulam no centro da cidade. Para valorizar a identidade do seu entorno foram retiradas as placas e demais elementos que deturpavam a visualização das fachadas, encerrando a ideia de uma leitura de conjunto entre o espaço livre público e seu entorno edificado.

Contribuiu para isso a anterior requalificação do prédio do antigo açougue que passou a abrigar a Casa do Patrimônio, ligada à Superintendência do IPHAN da Paraíba e destinada a oferecer atividades que contemplam a Educação Patrimonial, com exposições, performances e oficinas direcionadas ao público. Em 2013, também foi definida a requalificação do prédio onde funcionava a Polícia Federal (esquina da Rua Duque de Caxias), que será restaurado e reestruturado com o objetivo de acolher a sede do IPHAN e sua biblioteca (figuras 114; 115). Estes novos usos possibilitam, paulatinamente, um maior vigor ao espaço, que melhor estruturado e com agradável conforto térmico proporcionado pelo sombreado das árvores, exercesse sua vocação primeira: ser praça.



Figura 114: Casa do Patrimônio na Praça Rio Branco, 2012. **Figura 115:** Futura sede do IPHAN/PB e sua Biblioteca, 2012. Fonte: Camila Cesar.

Ao tempo em que a nova estrutura da Praça Rio Branco proporciona sua apreensão e uma vivência mais adequada para seus usuários cotidianos, teve também a capacidade de acolher a realização de eventos culturais, embora não tenha sido este o objetivo primeiro do seu projeto. O principal evento que nela ocorre semanalmente, desde 2010, é o “Sabadinho Bom”, projeto cultural implementado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no qual predominam apresentações de chorinho, a princípio compatíveis com o porte da praça (figuras 116; 117).



Figura 116; 117: Início do Projeto “Sabadinho Bom”, com Chorinho na Praça Rio Branco, 2010. Fonte: <portalcodisma.com.br>, acesso em 20/06/2012.

Entretanto, em 2011, já era possível perceber que a atividade havia ultrapassado as proporções que estimava: o público visivelmente crescia em número, a infraestrutura montada tornava-se mais pesada e maior, a duração do evento que deveria limitar-se à manhã passa a acontecer nos três turnos de forma continuada em todos os sábados (figuras 118; 119).



Figura 118: (Expansão e mega proporção do) Projeto “Sabadinho Bom”, com Chorinho na Praça Rio Branco, 2011. Fonte: <http://coisaseloisas-carla.blogspot.com.br/>. **Figura 119:** (Expansão e mega proporção do) Projeto “Sabadinho Bom”, com Chorinho na Praça Rio Branco, 2012. <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/>, acesso em 01/10/2014.

Portanto, o projeto atendeu seu objetivo inicial de fazer da praça um espaço de aprazível sombreamento a ser usado cotidianamente e, indo além agregou satisfatoriamente o “Sabadinho Bom”. Mas o uso excessivo do espaço, sem a devida fiscalização e disciplinamento por parte de seus promotores vem trazendo prejuízos: degradação do mobiliário urbano, canteiros e piso, agressão aos edifícios do entorno, sujeira e poluição sonora oriundas do evento. Aos poucos, os valores agregados à praça após a requalificação estão sendo deturpados com o novo enfoque cultural que vislumbra alimentar a população com diversão, mas não a instrui quanto à importância do lugar a fim de que seja mantido pelo que representa para o patrimônio edificado da cidade.

Observa-se que quanto à estrutura física resultante do projeto de requalificação da Praça Rio Branco a mesma cumpriu seu objetivo de apropriação do espaço pela população e de agregar a ele os valores patrimoniais referentes ao seu entorno. Seus usuários não se limitam a uma classe ou faixa etária determinada, atraindo transeuntes que percorrem o centro da capital paraibana, bem como funcionários dos estabelecimentos vizinhos que fazem uso do espaço durante grande parte do dia. No entanto, a praça sofre as consequências da condição inerente ao centro e seu uso predominante de comércio e serviço: a dependência do horário comercial para que se tenha público ou mais, a dependência velada de eventos culturais que atraem o público para além daquele do dia-a-dia do lugar.

Vejamos agora quais podem ser os pontos de convergência (ou divergência) entre a proposta de requalificação da Praça Rio Branco e o projeto implantado na Praça Vidal de Negreiros, uma vez que são contemporâneos. Quanto aos problemas que ambas apresentavam antes da intervenção alguns são comuns: o predomínio dos automóveis sobre o espaço do

transeunte, a manutenção precária da estrutura física levando ao esvaziamento de suas funções e marginalidade.

Ocorre que com o passar dos anos a moderna Praça Vidal de Negreiros implantada para atender demandas próprias da década de 1970 tornou-se obsoleta, caindo em desuso. Soluções adotadas no próprio projeto contribuíram para isso: fragmentação do espaço devido à variação de níveis de piso e criação de espelho d'água, favorecimento da circulação de veículos depreciando pedestres. Soma-se a isso o já referido quadro geral de desprestígio econômico e social que atingiu a área central da cidade a partir do final do século XX. Sobre tal questão, nos diz Guedes, Leão e Sá Carneiro (2010, p. 11) referindo-se ao Ponto de Cem Réis:

[...] década de 1930 prevalecesse o encontro das elites e na década de 1960 e 1970 o encontro dos líderes dos movimentos políticos, a Praça Vidal de Negreiros, ou o eterno Ponto Cem Réis, foi pouco a pouco perdendo o seu caráter de convívio e cedendo espaço para a circulação, posto que se encontra em meio à área de maior dinâmica do centro da cidade e na rota principal do deslocamento cidade baixa – lagoa. De 1970 a 2008, o lugar estava claramente setorizado pelas funções que exercia [...]

Faz-se necessário ressaltar, entretanto, que no período que precedeu a requalificação proposta em 2009, a praça já havia passado por alterações significativas do seu projeto anterior: a inserção de vegetação de diversos portes que contribuíam para a amenidade do clima, interdição da alça viária que ligava o viaduto Damásio Franca à Rua Duque de Caxias possibilitando a transformação desta em calçadão para pedestres (figuras 120-122).



Figura 120; 121; 122: Praça Vidal de Negreiros, com alça interditada; em vista superior; vista do meio da vegetação densa em direção a alça de acesso. Fonte: Denise Lemos, 2004.

Mesmo assim, a grande quantidade de desníveis e a existência da alça viária desativada favoreceram o surgimento de refúgios para marginais e moradores de rua, engrossando a crise social que aflige o centro histórico de João Pessoa. Por isso, apenas as

áreas da praça que ficam próximas aos estabelecimentos instalados em seus limites eram frequentadas por serem mais seguras, enquanto a circulação em sua parte interna era evitada, considerada perigosa e pouco prática devido aos obstáculos a vencer (figuras 123-126).

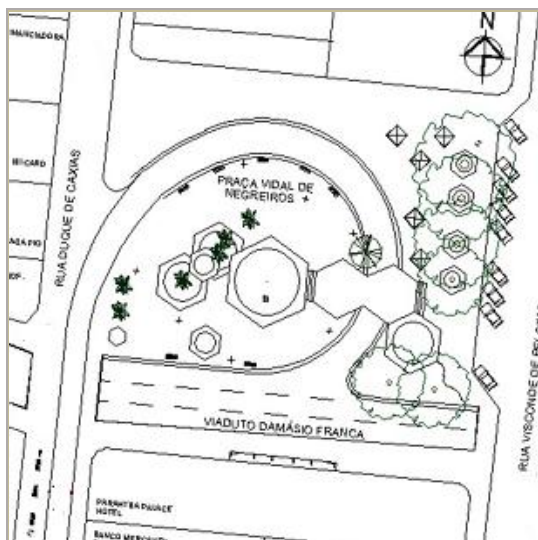


Figura 123: Planta da Praça Vidal de Negreiros, 2004. Fonte: PMJP. **Figura 124:** Vista da Rua Duque de Caxias transformada em calçada, 2004. Fonte: Denise Lemos.



Figura 125; 126: Planta da Praça Vidal de Negreiros, 2004, com a presença de banca de revista e comércio informal em seu limite leste – Rua Visconde de Pelotas. Fonte: Denise Lemos.

Mediante este estado de degradação e marginalização foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal um projeto para requalificar a Praça Vidal de Negreiros. Segundo o breve e vago memorial que subsidia este projeto, a ideia predominante era devolver a continuidade ao espaço, rompida principalmente pela presença do viaduto.

A fim de conceber este passeio continuado era preciso retirar os inúmeros desníveis e eliminar a barreira imposta pelo viaduto, transformando-o em um túnel (figuras 127-130). Certamente esta foi uma das providências mais eficazes do projeto, tendo em vista a melhoria

nos aspectos de acessibilidade, ampliação do espaço útil para o transeunte e apreensão da paisagem considerando a relação entre o espaço público e o seu entorno edificado.



Figura 127; 128: Praça Vidal de Negreiros, 2004 e 2010, respectivamente, com e sem a abertura do Viaduto Damásio Franca. Fonte: Denise Lemos, 2004; Camila Cesar, 2010.



Figura 129: Praça Vidal de Negreiros, 2010, sem a abertura do Viaduto Damásio Franca e com seu novo piso contínuo. Fonte: Camila Cesar, 2010. **Figura 130:** Praça Vidal de Negreiros, 2010, após requalificação 2009. Fonte: SARMENTO *et al*, 2010.

A nova organização espacial da praça ficou não somente livre de obstáculos físicos e visuais, mas também de mobiliário e vegetação uma vez que foi concebida visando permitir a realização de eventos, sejam exposições, feiras, shows, etc. Em seu perímetro interno foram instalados apenas alguns postes para iluminação, um monumento em homenagem a Vidal de Negreiros, de quem a praça herdou o nome, e três domos piramidais que fornecem iluminação e ventilação natural ao depósito instalado no subterrâneo da praça, após o fechamento a alça viária já referida. Bancos, lixeiras e vegetação foram dispostos nas áreas limites da praça, o que tornou o espaço central um local de passagem e não de permanência, mas em

contrapartida fez possível alcançar o objetivo de proporcionar uma maior liberdade de uso e diversificar sua função (figura 131).

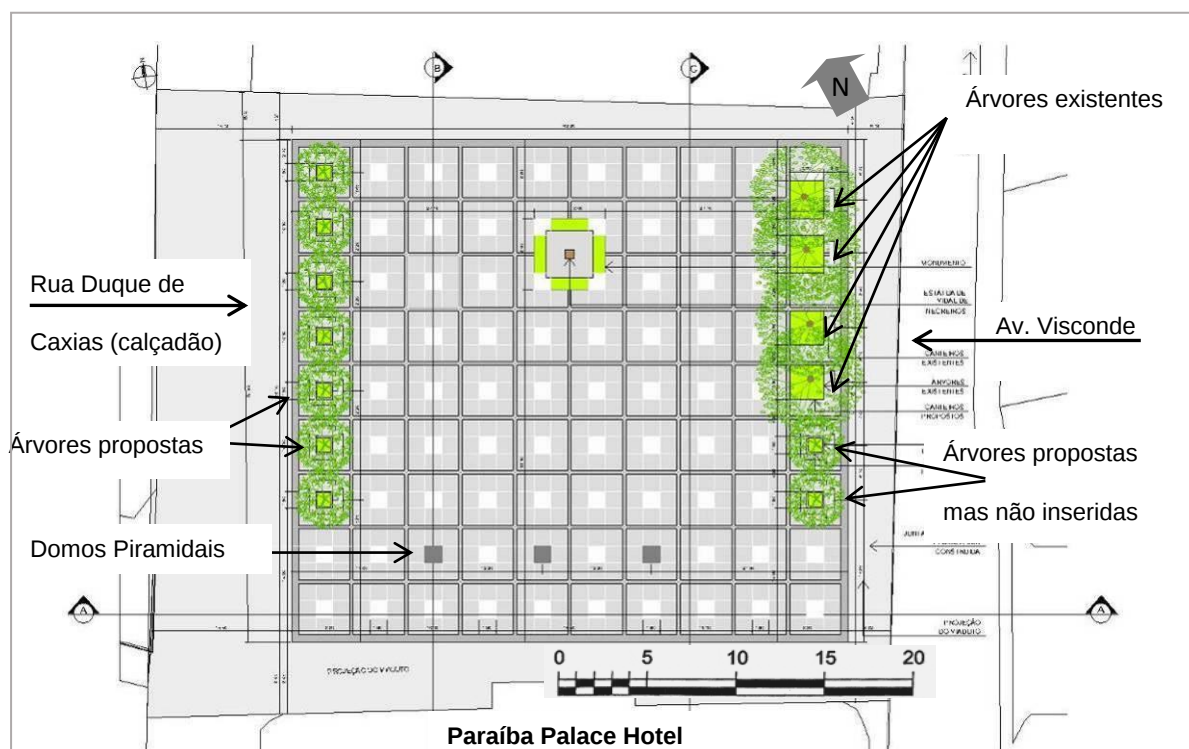


Figura 131: Praça Vidal de Negreiros, 2010, após a requalificação, com seu novo piso contínuo. Fonte: PMJP.

Na realidade, a forma esporádica que estas atividades acontecem e a dependência de ações administrativas-governamentais que definem a realização das mesmas, limitam a finalidade pela qual a Praça Vidal de Negreiros se tornou um grande vazio. Desta forma, pode-se dizer que o funcionamento da mesma foi prioritariamente voltado para atividades de caráter cultural, escanteando sua vocação primeira de espaço de convivência cotidiana.

Notoriamente, a requalificação tenta comungar com o discurso de valorização dos centros históricos por meio da promoção de eventos culturais. No entanto, instaura-se uma forma inadequada do cidadão ter acesso à cultura, restrita aos eventos ali realizados, sem qualquer ação de educação patrimonial que oriente o usuário a perceber e observar o próprio espaço público e seu entorno edificado como parte do patrimônio cultural de João Pessoa.

Isto pode ser constatado observando as atividades que ocorrem na praça, como se estas roubassem ou encobrissem o caráter patrimonial do lugar, prática que exemplificamos através das imagens que se seguem, registrando a praça durante uma feira de ecologia (figuras 132-135). Fica evidente que seus referenciais históricos, o contexto em que está inserida e as edificações de entorno são esquecidos em meio a quantidade de estruturas efêmeras necessárias para dar suporte à atividade. A identidade do lugar se torna informação irrelevante

frente a uma função deslocada da realidade, já que a mesma poderia se manifestar na Praça Vidal de Negreiros ou em uma praça de bairro, como propunha a Prefeitura de João Pessoa ao incluir a requalificação do lugar na mesma demanda das demais praças da cidade.



Figura 132; 133; 134; 135: Vista superior do Ponto de Cem Réis e panorâmicas da praça durante feira ecológica, 2011. Fonte: Camila Cesar.

Os eventos noturnos também não propiciam a apreensão do lugar. Os shows de música, teatro e dança levam o público a frequentar a Praça Vidal de Negreiros sem atentar para seu diferencial patrimonial, mas pelo o que oferece de forma efêmera (figuras 136; 137).



Figura 136; 137: Vista panorâmica do Ponto de Cem Réis durante show noturno, 2009 e 2012. Fonte: Portal WSCOM, 2009; site Turismo em Foco, 2012.

Para realização destes eventos noturnos, como foi possível perceber pelas imagens apresentadas, se faz necessária a instalação de estruturas móveis que causam ainda mais interferência no conjunto da praça: palco, apoio para os artistas, tendas, banheiros químicos, sem os quais tais eventos não ocorrem. Diante de toda essa estrutura móvel a leitura do espaço vai se diluindo e sendo camuflada ainda em dias posteriores ao término da atividade cultural, uma vez que a infraestrutura montada no local permanece por tempo prolongado, por vezes a espera dos próximos eventos agendados (figura 138; 139).



Figura 138; 139: Vista da lateral leste (interna e externa) do Ponto de Cem Réis, 2011. Fonte: Camila Cesar.

Estabelecendo um rápido paralelo com as demais praças já estudadas nos capítulos anteriores, identifica-se que no caso da Praça Vidal de Negreiros ocorreu uma inversão no tratamento dado à relação entre o espaço público e as edificações que integram seu entorno. Na década de 1980 observou-se que os monumentos foram tratados com evidência no conjunto das praças requalificadas e, na década de 1990, não apenas um monumento isolado era destaque, mas todo o conjunto edificado se integrava ao tratamento dado ao espaço

público configurando um cenário que deveria retratar o Centro histórico e sustentar a conservação do patrimônio baseada no turismo. Em contrapartida, na Vidal de Negreiros prevaleceu a especulação sobre o potencial do espaço livre como lugar de evento, ficando em segundo plano um tratamento de conjunto do acervo patrimonial – espaço livre e seu entorno, de modo a valorizá-lo por seu diferencial histórico/cultural.

A Praça Vidal de Negreiros se encontra numa área de transição entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, onde as atividades de comércio e serviço exercem forte importância, no entanto não propiciam a conservação dos imóveis em seu entorno, os quais são de significativo valor arquitetônico e histórico. Na face norte está a residência da família Ávila Lins, exemplar relevante do ecletismo e o edifício Duarte da Silveira, que juntamente com o edifício do IPASE são apontados como importantes ícones da produção modernista. Toda face sul da praça é ocupada pelo Paraíba Palace, talvez o mais forte referencial arquitetônico de todo o conjunto. Nas margens oeste e leste têm destaque, respectivamente, o Edifício Régis e o Edifício Nações Unidas, em planta semicircular (figuras 140-146).

O estado de conservação destes imóveis é crítico, tendo em vista o uso inadequado ou a falta de uso em que se encontram. No geral, têm estabelecimentos comerciais instalados no pavimento térreo, estando os demais desocupados, subutilizados e, no caso do IPASE, invadido por integrantes de movimento sem teto. São exceção o Paraíba Palace que em 2014 foi adaptado a um shopping popular e o Edifício Régis, que apesar de mal conservado mantém-se ocupado com seu uso inicial de escritórios.

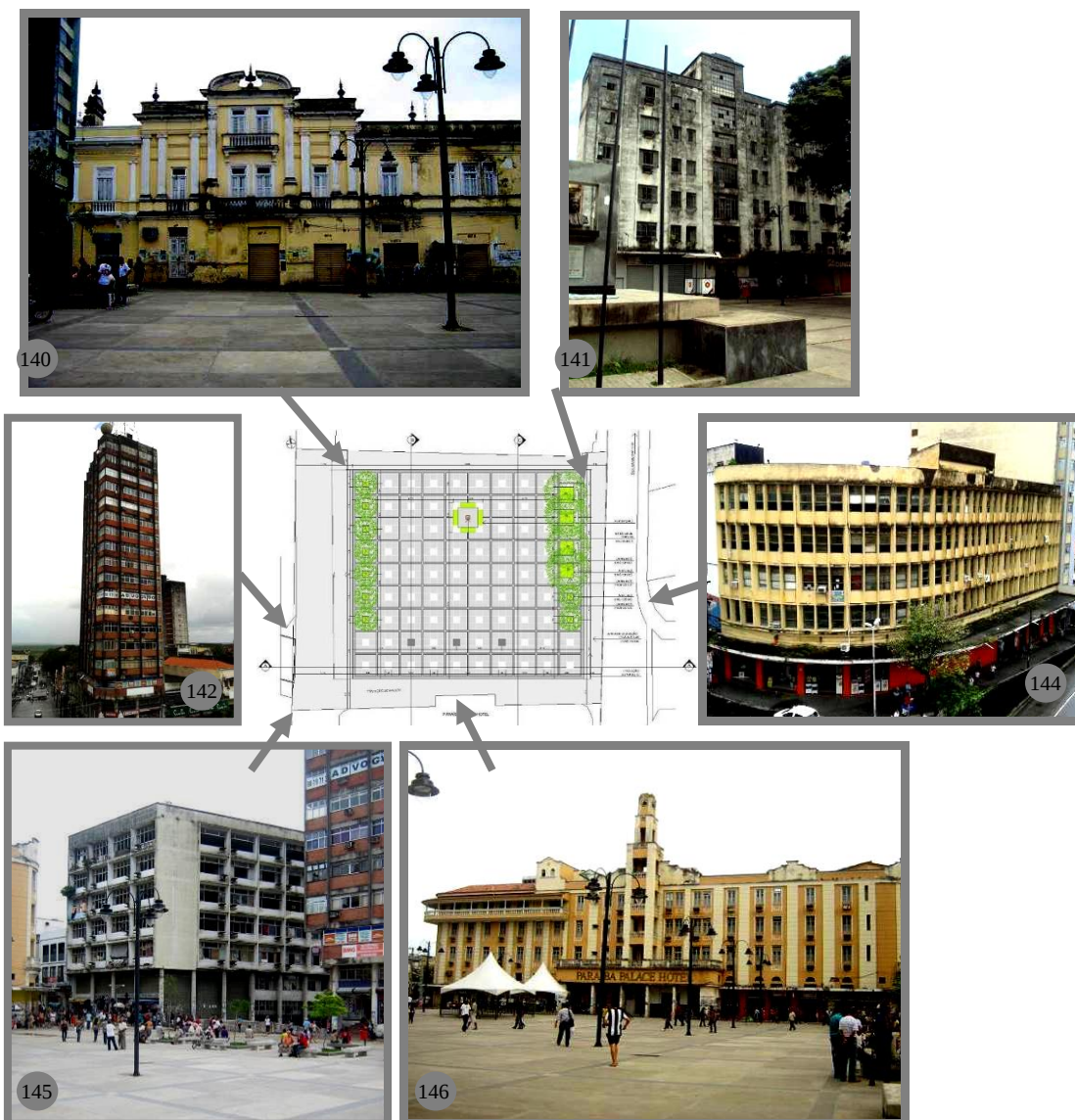


Figura 140: Edifício Sobrado Ávila Lins, 2012. **Figura 141:** Edifício Duarte da Silveira, 2012. **Figura 142:** Edifício Régis, 2011. Fonte: Camila Cesar. **Figura 143:** Layout da Praça Vidal de Negreiros, 2009. Fonte: PMJP. **Figura 144:** Edifício Nações Unidas, 2014. **Figura 145:** Antigo IPASE, 2012. **Figura 146:** Paraíba Palace, 2012. Fonte: Camila Cesar.

A difícil tarefa de enfrentar as diferentes condições de uso, ocupação e estado de conservação, somado a problemas específicos de propriedade desses edifícios, que envolve processos judiciais e causas sociais, resultou em uma intervenção que se limitou ao tratamento do espaço livre público, ignorando completamente a arquitetura do entorno, apesar da reconhecida relevância da mesma. Portanto, se o objetivo principal da intervenção era explorar o potencial da praça enquanto local para eventos, o difícil contexto no qual está inserida reforçou ainda mais tal decisão. Ao final, a Praça Vidal de Negreiros se tornou um grande palco a céu aberto, sempre disponível a espetáculos culturais, mas sem reforçar sua identidade nem valorizar seu próprio patrimônio (figura 147; 148).



Figura 147; 148: Praça Vidal de Negreiros, antes e depois da requalificação de 2009. Fontes: <sphotos-b.xx.fbcdn.net>, acessado em 12/04/2014; <farm3.staticflickr.com>, acessado em 12/ 04/2014.

Reforça este caráter de espaço vazio os problemas enfrentados pelos usuários cotidianos, resultado da falta de estrutura que torna pouco atrativa a permanência no lugar. Em avaliação pós-ocupação realizada no ano de 2011, no item que considerava a satisfação dos usuários quanto a infraestrutura do local, obteve-se os seguintes resultados:

Os entrevistados qualificaram o sombreamento e proteção contra chuva na Praça como ruim, justificando que não há coberturas ou árvores suficientes que proporcione a contenção do sol e/ ou da chuva.

O mobiliário urbano existente no local, bancos e mesas, também foi classificado como ruim, sendo evidenciadas reclamações quanto aos bancos sem encosto, desconforto ocasionado pelo material com que eles foram produzidos, a posição de alguns deles no sol e ausência de mesas para jogos (SILVA; GOLVEIA, 2010, p. 38).

O mesmo estudo traçou o perfil dos usuários que utilizam o espaço como local de permanência: senhores acima de 60 anos que têm por hábito o encontro com os amigos, contemplação, descanso e entretenimento com jogos de tabuleiro, o que requer um mobiliário diferenciado e um sombreamento mais eficaz (SILVA; GOUVEIA, 2010, p. 31-35, 40) (figuras 149; 150). Buscando suprir tais carências, estes usuários deslocam-se para a margem oeste da praça e utilizam o mobiliário mais adequado que foi instalado no calçadão da Rua Duque de Caxias, à sombra dos edifícios que a ladeia (figuras 151; 152).



Figuras 149; 150: Aposentados e seus jogos de tabuleiro, em busca das poucas sombras na Praça Vidal de Negreiros, pós-intervenção. Fonte: Camila Cesar, 2010.



Figuras 151; 152: Ambulantes e usuários (que se encontram sentados à base do monumento em homenagem ao Duque de Caxias), em busca áreas sombreadas, período pós-intervenção. Fonte: Camila Cesar, 2010.

Desta forma, observamos uma inversão de funções entre a praça e a rua. Segundo Lamas (2004, p.100-102) “se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”. Mas no caso da Praça Vidal de Negreiros esta lógica se inverte em consequência do seu espaço vazio, árido e pouco aprazível, enquanto a Rua Duque de Caxias transformada em calçadão de pedestres, atrai a permanência dos usuários, contribuindo o mobiliário disposto em cada espaço para esta leitura distorcida da função do lugar.

Cabe agora fazer um paralelo entre as propostas de requalificação e os resultados obtidos na Praça Vidal de Negreiros e na Praça Rio Branco, anteriormente analisada. Para esta concluímos que a estrutura física resultante do projeto de requalificação favoreceu a apropriação do espaço pela população, seja no cotidiano de transeuntes e funcionários dos

estabelecimentos do entorno, seja nos eventos esporádicos ou semanais. Ao contrário, a Vidal de Negreiros não obteve o mesmo resultado, caracterizando-se muito mais como um lugar de passagem no cotidiano e de grande concentração nos eventos ali promovidos. Quanto à valorização da identidade do lugar, verificou-se que na Praça Rio Branco houve a preocupação de agregar os valores patrimoniais do conjunto edificado do seu entorno, embora este seja menos expressivo que aquele que emoldura a Praça Vidal de Negreiros. Nesta, ao contrário, percebemos que a relação entre o espaço público e o entorno não foi priorizado.

Esta análise parcial serve de ponto de partida para introduzir a terceira praça a ser estudada: a Venâncio Neiva, que se por um lado não apresentava problemas quanto à circulação viária e ordenação espacial, por outro tem peculiaridades quanto ao seu entorno imediato e seus usuários cotidianos, o que trazem implicações de desuso degradação sobre este espaço público.

A Praça Venâncio Neiva encontra-se no limite do perímetro de tombamento do IPHAN, local onde o comércio não é dominante e há um inexpressivo número de moradias, mas está cercada por duas realidades bem contrastantes. Em suas faces norte, leste e sul predominam edifícios institucionais significativos e frequentados por usuários de elevado poder social e econômico: o Palácio do Governo do Estado, o Tribunal de Justiça da Paraíba com seu Anexo Administrativo Desembargador Archimedes Souto Maior, o Ministério do Trabalho e do Emprego e a Academia do Comércio, reconhecida instituição de ensino até os dias atuais (figuras 153-157). Na face oeste, as antigas residências foram ocupadas por bares e pousadas que são na verdade utilizadas para prostituição, prática que aliada ao consumo de drogas vem mudando o perfil das atividades e usuários de todo o entorno, a exemplo da Rua da República, um tradicional centro de comércio.



Figura 153: Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2013. **Figura 154:** Tribunal de Justiça da Paraíba, 2013. Fonte: Camila Cesar.



Figura 155: Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça, 2013. **Figura 156:** Ministério do Trabalho e do Emprego – Superintendência da Paraíba, 2013. **Figura 157:** Academia do Comércio, 2013. Fonte: Camila Cesar.

Nesse contexto, a Praça Venâncio Neiva foi sendo menosprezada pelos usuários ‘engravatados’, uma vez que a presença de prostitutas e usuários de drogas a caracteriza como um lugar marginalizado e quase despercebido pelo restante da população, numa trincheira invisível. Portanto, sua função de praça enquanto espaço público que atrai a população para atividades de lazer e descanso foi comprometida devido à sua degradação físico-espacial e social.

A praça, apesar do seu abandono, manteve a configuração de canteiros e jardins com destaque para o coreto e o pavilhão central, conhecido como Pavilhão do Chá, ambos utilizados nos últimos tempos como abrigo por infratores, usuários de droga e garotas de programa (figuras 158; 159). Sua estrutura, em geral, estava bastante degradada, com as calçadas danificadas e um modesto mobiliário composto de bancos e algumas poucas lixeiras. Portanto, era notória a necessidade de uma intervenção que teve início no ano de 2009, por iniciativa da Prefeitura Municipal.

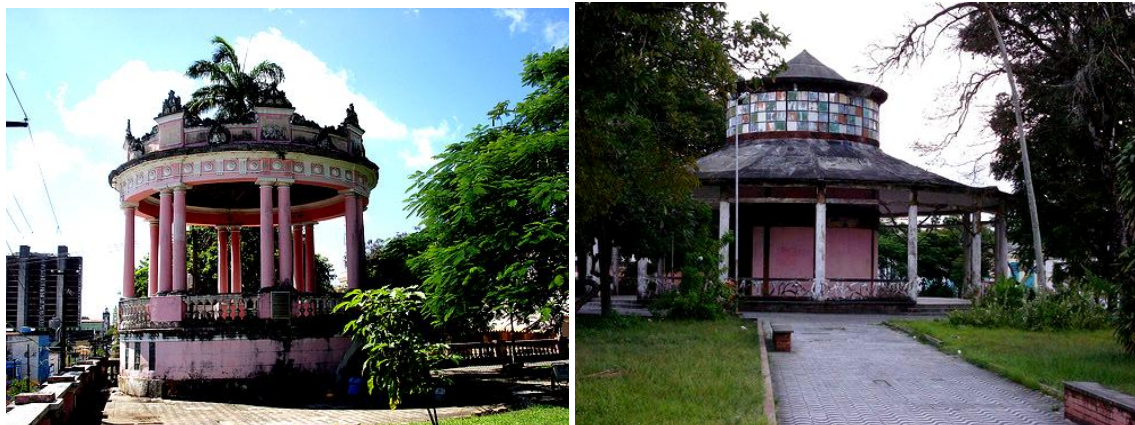


Figura 158: Coreto lateral da Praça Venâncio Neiva, antes da requalificação de 2009. Fonte: http://farm3.static.flickr.com/2567/4185152330_7ccbca113a.jpg. **Figura 159:** Pavilhão do Chá, antes da requalificação de 2009. Fonte: <http://jopbj.blogspot.com.br/2009/09>.

No projeto de requalificação proposto, a praça teve poucas modificações em sua configuração estrutural sendo mantido o desenho dos caminhos e canteiros, condicionados pelas edificações existentes – o pavilhão central (figuras 160; 161). Na verdade, o ponto focal da intervenção foi reverter a qualidade do espaço e de suas edificações, perdida em função do abandono e depredação causada por seus usuários e usos indevidos.

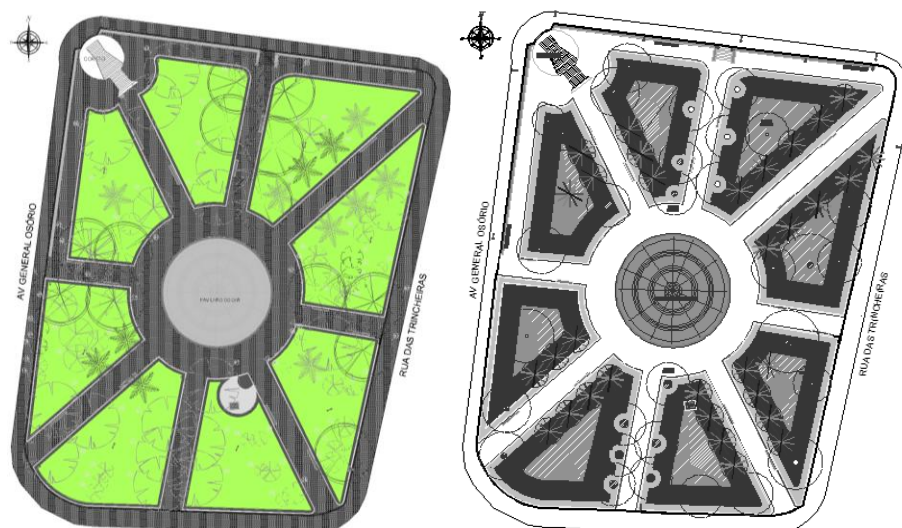


Figura 160; 161: Layout da Praça Venâncio Neiva, respectivamente, antes e depois da requalificação de 2009. Fonte: PMJP.

O que se percebe é que o projeto priorizou os problemas estruturais, como se estes fossem os mais graves, e ignorou a vasta problemática social na qual a Praça Venâncio Neiva está inserida. A busca em retomar o espaço, com a restauração das edificações, inserção de um novo piso, ajardinamento e reorganização dos canteiros pode contribuir para chamar

atenção novamente para o lugar, mas não consegue solucionar a degradação social que a cerca e que compromete o resultado da requalificação executada. Este resultado mantém o espaço da praça semelhante ao que era mas com uma aparência de novidade em grande parte associada ao “*make-up*” realizado no coreto e pavilhão os quais, com nova roupagem, compõem um novo cenário: trata-se de uma maquiagem embelezadora do lugar (figura 162-165).



Figura 162: Pavilhão do Chá, 1980. Fonte: <<http://www.centrohistoricojp.blogspot.com.br/2008/02/praa-venancio-neiva.html>>. Acesso em: 10/06/12. **Figura 163:** Pavilhão do Chá, 2011. Camila Cesar.



Figura 164: Coreto, 2008. Fonte: <<http://www.geolocation.ws/v/P/21947299/praa-venncio-neiva-coreto/>>. Acesso em: 19/06/2012. **Figura 165:** Coreto, 2011. Fonte: Camila Cesar.

O processo de requalificação da Praça Venâncio Neiva foi dividido em várias etapas e, por conseguinte, lento. Um ano após o início das obras, em 2010, a praça aparentava ser um lugar deserto, sem usuários, quase nenhuma vegetação e com suas edificações interditadas (figuras 166; 167). O coreto foi o primeiro a ter suas obras concluídas e recebeu uma nova pintura e madeiramento para melhor sustentação da coberta. Entretanto, não era a primeira vez que a edificação era contemplada com alguma intervenção, pois em junho de 1994, em

decorrência de intempéries do inverno ocorreu um desabamento parcial, sendo restaurado entre 1995 e 1999 (OFICINA ESCOLA DE JOÃO PESSOA, 2014).



Figura 166: Coreto lateral da Praça Venâncio Neiva, após a requalificação, 2013. **Figura 167:** Pavilhão do Chá, após a requalificação, 2013. Fonte: Camila Cesar.

De forma mais lenta ocorreu a restauração do Pavilhão do Chá, que teve melhoria em sua coberta, a construção de banheiros e cozinha para que pudesse abrigar um café-restaurant. No entanto, permaneceu fechado desde a inauguração da Praça, em 2010, até julho de 2012 quando foi instalado um restaurante de comida chinesa vencedor da concorrência pública realizada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. Sobre esse desuso, alertou o arquiteto Umbelino Peregrino, Superintendente do IPHAN, em entrevista para o *Jornal da Paraíba Online*:

Uma casa fechada, é uma casa abandonada. Mesmo que tenha sido restaurado, o Pavilhão precisava ser ocupado, porque está numa localização privilegiada e com potencial de atrair a movimentação das pessoas e canalizar até a recuperação de outros pontos do centro (JORNAL DA PARAÍBA, 26/01/2012).

Ocorre que este restaurante, funcionando apenas de segunda à sexta-feira, das 10h às 17h, não demanda público suficiente para imprimir mudanças mais significativa nos problemas de prostituição e consumo de drogas que permanecem afastando da praça muitos usuários, em particular à noite e fins de semana quando nenhuma outra atividade atrai a população.

Portanto, do ponto de vista formal e patrimonial, a requalificação foi adequada mantendo suas características morfológicas e os traços da história e memória impregnadas na Praça Venâncio Neiva. O Pavilhão do Chá continua a exercer seu papel de destaque no

traçado da praça e mantém vivo o pseudônimo que confere ao lugar. Em contrapartida, do ponto de vista funcional a requalificação não foi pensada como o início de um processo que vise combater a degradação social de todo o entorno e, por isso, tal solução pontual não veio a surtir efeito nem mesmo no âmbito da própria praça (figuras 168-171).



Figura 168: Coreto lateral da Praça Venâncio Neiva, após a requalificação, 2013. **Figura 169:** Pavilhão do Chá, após a requalificação, 2013. Fonte: Camila Cesar.



Figura 170: Garotas de programa no Pavilhão do Chá, 2013. Fonte: Camila Cesar. **Figura 171:** Coreto e passeios da Praça Venâncio Neiva com suas garotas de programa, após a requalificação, 2013. Fonte: Camila Cesar.

Concluída a requalificação, desde 2012, e estando o Pavilhão do Chá em uso, permanece o histórico de medo e insegurança que afasta os usuários da Praça Venâncio Neiva. A identidade preservada do lugar pouco durará se não houver a apropriação do espaço por parte da população e novamente culminará em seu esquecimento e degradação. Sem que ocorra uma intervenção mais ampla, não restrita a um *make-up* do espaço público, mas com ações de caráter interdisciplinar que visem contemplar as mais adversas situações que envolvem o centro histórico de João Pessoa. Desta forma, continuaremos obtendo os mesmos

resultados vistos aqui: constatar quão irrisória pode ser uma intervenção se o investimento para que o centro seja vivido for pontual.

Ao final de cada requalificação observamos variadas distinções. A Praça Rio Branco foi projetada para ter um uso compatível com seu caráter cotidiano de uma praça central voltada para a população que no cotidiano já circula por aquele local. Também foi pensada integrada às edificações do seu entorno. Assim, com a qualidade ambiental obtida atraiu os eventos que vieram a complementar sua utilização para além do horário comercial e da função de descanso e contemplação inicialmente prevista. Os problemas surgidos posteriormente em decorrência do uso alternativo dado ao espaço trata-se muito mais de uma regulamentação e fiscalização necessária, por parte de órgãos competentes e organizadores do evento, já que em conjunto, o projeto tem sido positivo para manutenção do lugar.

É interessante notar que a mesma obteve uma maior atenção do órgão de preservação do patrimônio nacional, o IPHAN, que direcionou desde a concepção do projeto, a execução da obra, ou mesmo subsidiando junto ao governo federal os recursos necessários. Diferentemente do ocorrido na Praça Venâncio Neiva que com financiamento do governo municipal teve sua estrutura paisagística e arquitetônica recuperada, entretanto, foram ignorados os graves problemas sociais do entorno, sem mesmo previsão de usos que viessem efetivamente atrair a população cotidiana. As atividades realizadas são irrisórias e local permanece refém do horário comercial. Ainda que assegurada a beleza do lugar, é grande a possibilidade da obra tornar-se obsoleta em pouco tempo. Isto porque não se pode mascarar o que de mais grave vem ocorrendo no Centro histórico: insegurança, prostituição e drogas. Não são ações deste tipo que vão garantir a conservação do patrimônio.

Quanto à praça Vidal de Negreiros, sua condição de praça enquanto lugar de permanência foi sacrificada para atender o objetivo de criar um espaço de eventos. A PMJP realizou um projeto que, no cotidiano, não funciona adequadamente e nem atrai a população que por ela circula. A praça é deixada à margem em detrimento da permanência no entorno, mais aprazível e confortável, o calçadão da Duque de Caxias. Portanto, foi gerado um espaço que do ponto de vista físico teve problemas de circulação de veículos e fragmentação do espaço solucionados, mas quanto à função tornou-se dependente da promoção de eventos e shows para que possa atrair a população.

Outro agravante: a requalificação foi pensada isoladamente, apenas para o espaço livre, desconsiderando que o mesmo é definido e delimitado pela arquitetura do entorno, a qual neste caso foi totalmente ignorada e nem mesmo uma maquiagem recebeu como a Praça Venâncio Neiva. Ou seja, constata-se que o objetivo da PMJP foi especular e fazer marketing

com o lugar, basta observar a notícia da inauguração da Praça Vidal de Negreiros que exalta mais a apresentação de Elba Ramalho do que descrever benefícios trazidos pela requalificação ao Centro histórico.

A reportagem do Jornal A UNIÃO, em 04/08/2009, destaca a apresentação na inauguração da nova Praça Vidal de Negreiros com uma grande foto da cantora e sob o título: “Hoje no Centro de JP Elba no Ponto” (figura 172). Enquanto isso, o projeto e seus resultados são “esquecidos”, mesmo sendo esta nota a única referência ao projeto de requalificação da Praça veiculada pelo periódico.



Figura 172: Notícia veiculada pelo Jornal A União sobre a inauguração da Praça Vidal de Negreiros. Fonte: Jornal A União, 04/08/2009.

Enfim, pudemos perceber diversos caminhos, mas em qual deles está o que vai trazer a possibilidade de manter o Centro histórico ativo, conservado e apropriado pela população, pois sem que esta assuma a defesa do patrimônio nenhuma ação institucional será suficiente para cumprir este objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do percurso traçado por este trabalho foi possível observar as mudanças de pensamento e estratégias quanto às ações em prol da conservação dos espaços livres públicos. Nestes trinta anos, aqui apresentados, discutiu-se o patrimônio em muitas vertentes, agregando valores, conceitos, perspectivas e referências.

Na primeira década aqui estudada, o patrimônio era percebido e digno de proteção enquanto monumento histórico. Cumpria-se um anseio nacional pela preservação de uma identidade comum, que caracterizasse não somente uma época, no Brasil e em João Pessoa, mas também que comungasse dos mesmos preceitos internacionais estabelecidos pelas Cartas Patrimoniais e demais documentos.

Esta reflexão fora desenvolvida desde os primeiros anos do século XX, mas chegava ao seu ápice na década de 1980, quando a área central entra em crise com o abandono do caráter residencial. Desta forma, observou-se que praças e largos deveriam ser contemplados com a intervenção, desde que a mesma viesse a valorizar o monumento histórico edificado.

Em segundo momento, adentrando na década de 1990, foi possível notar a ampliação do entendimento sobre o conceito de patrimônio. Além disto, a descentralização das forças para preservação e conservação auxiliaram nas novas condutas sobre o Patrimônio, entendido enquanto um conjunto edificado e patrimonial, reconhecido como Centro histórico e formado não somente por monumentos, mas também pelo seu entorno.

Nesta época também se agregou aos documentos internacionais uma legislação nacional: a Constituição Federal de 1988, que mediante o ideário constituído sobre o patrimônio, atuou em busca do alargamento da temática do patrimônio, no aspecto cultural, enfatizando a importância da sociedade em sua conservação. Esta nova perspectiva baseava-se no investimento turístico e na geração de renda por parte do bem conservado. Então, sob esta influência surge uma formatação de “passado congelado” e criação de cenário, para fins de conservação do lugar e preservação da memória. Tal conduta criava um simulacro que por hora funcionaria, enquanto cartão postal de um Centro histórico ideal, mas tão logo cairia em desuso, por fantasiar uma realidade e depender de um usuário intermitente e/ ou turístico.

Os anos 2000, por outro lado, fogem de um “padrão” e são marcados pela diversidade. A atividade em prol da conservação do patrimônio passa a ser efervescente e os agentes de atuação se multiplicam. Essa variedade torna os resultados obtidos distintos entre si e não se

percebe uma única linha de ação. As propostas apresentam ênfase no caráter social e cultural, buscando viabilizar a sustentabilidade do lugar. De fato, em algumas intervenções, o patrimônio torna-se coadjuvante e não recebe uma requalificação pelo reconhecimento de seu valor, por parte dos gestores governamentais, que visam o *marketing* político. Por outro lado, os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural, IPHAN e IPHAEP, permanecem atuando considerando o contexto edificado e urbano inerente às praças históricas. Igualmente problemática é a perspectiva isolada do espaço no qual vai se intervir. Deve-se assim, considerar a praça não é apenas um lote isolado na cidade, mas sim um espaço margeado por edificações, inserido em um contexto urbano e histórico e cercado por usuários e por uma sociedade que já fez memória do lugar, mas carece ainda de apreendê-lo.

O Centro histórico apresentado até a década de 2010, limite temporal deste estudo, é um lugar que se encontra envolto por problemas sociais, decorrentes da degradação da área central. Torna-se então irrisória a alternativa de apenas atuar sobre o patrimônio como espaço físico; sua incolumidade não garante a resolução de todos os seus problemas. Esta questão amplia o entendimento sobre o modo de se pensar requalificação, demonstrando que para que ela seja eficaz, faz-se necessário agir de forma multidisciplinar. É igualmente preciso, para fins de manutenção da requalificação, a instrução da população. A ferramenta de educação patrimonial é recomendada para este fim. Ainda assim, esta não deve se limitar ao meio acadêmico, mas deve ser diluída na própria intervenção, para que o uso ou visita ao patrimônio seja feito de forma consciente. O entendimento gerado irá conduzir à valorização do lugar e a consequência disto, deve ser sua preservação.

A diversidade de ações e os distintos resultados, produzem outra marca latente dos processos em prol da conservação do patrimônio, que é evidenciado desde os anos de 1980 e persistem até a primeira década dos anos 2000: o problema de confusão sobre o tipo de intervenção está sendo realizado. Como exemplo, no ano de 2014, a Prefeitura Municipal de João Pessoa inicia um processo de intervenção no Parque Solon de Lucena, espaço que se encontra inserido na poligonal de tombamento rigoroso do IPHAEP. Trata-se de uma grande área verde, formada por árvores de porte diversificado e pela lagoa, ícone do lugar. O caso é que no perímetro do Parque encontram-se duas placas que relatam a obra. Em uma é possível ler “Revitalização da Lagoa”, em outra observa-se “Reabilitação da Lagoa”. Ora, esta dupla classificação nos comprova que ainda não se sabe ao certo o que será feito, ou mesmo qual o significado de cada termo. Revitalizar ou reabilitar um espaço que é ponto focal de todos os ônibus que circulam na capital paraibana e que, por conseguinte, concentra um grande número de pessoas, é minimamente inapropriado. As funções do lugar, apesar da pouca qualidade

estrutural, eram realizadas sem maiores restrições, o que também não justifica as denominações empregadas ao projeto.

Esta realidade recorrente insinua um futuro incerto sobre a forma de se pensar requalificação, não somente em praças patrimoniais, mas em todo o sítio histórico. Se a cidade de João Pessoa é um reflexo, uma resposta aos hábitos estabelecidos em todo país, e até mesmo no mundo, podemos perceber que realmente existiu um pensamento comum sobre o modo de se requalificar o patrimônio. No entanto, o século XXI, trouxe consigo uma complexidade maior no lidar com a conservação, pois não traça um roteiro, mas tende a alcançar os interesses particulares dos agentes da intervenção. Requalificar um espaço deve não somente incidir sobre o lugar isoladamente, mas considerar seu entorno, seus usuários atuais e os pretendidos, de forma que o patrimônio seja valorizado, apreendido e preservado.

REFERÊNCIAS

A UNIÃO. A praça é nossa. **Jornal A União**, João Pessoa, 07 de junho de 1988, p. 02.

A UNIÃO. Cidade Baixa ganha ‘cara nova’ em tons e cores. **Jornal A UNIÃO**, João Pessoa, 30 de março de 1997. Jornal de Domingo, p. 03.

A UNIÃO. Convênios garantem verba para monumento. **Jornal A UNIÃO**, João Pessoa, 10 de maio de 1988, p. 01.

A UNIÃO. Especulação provoca danos ao patrimônio histórico da cidade. **Jornal A UNIÃO**, João Pessoa, 17 de janeiro de 1989, p. 03.

A UNIÃO. Hoje no centro de João Pessoa Elba no Ponto. **Jornal A UNIÃO**, João Pessoa, 04 de agosto de 2009, p. 19.

A UNIÃO. IPHAEP cadastra e preserva os principais monumentos históricos. **Jornal A UNIÃO**, João Pessoa, 26 de janeiro de 1989, p. 08.

A UNIÃO. Prefeitura pretende retomar as obras de recuperação do coreto. **Jornal A UNIÃO**, João Pessoa, 12 de março de 1997, p. 06.

A UNIÃO. Protegendo o patrimônio cultural. **Jornal A UNIÃO**, João Pessoa, 07 de janeiro de 1998, p. 02.

A UNIÃO. Uma cirurgia com cara de passado. **Jornal A UNIÃO**, João Pessoa, 02 de novembro de 1997, p. 07.

AGUIAR, Wellington. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. 3 ed., 2002.

ANDRADE, Paulo Augusto Falconi de. **Metamorfose dos Centros Urbanos: uma análise das transformações na centralidade de João Pessoa – PB, 1970-2006**. João Pessoa, 2007. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista Eure**. v. XXXI, nº 939; pp. 53-71, Santiago de Chile, agosto 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Convênio de Cooperação Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo do Reino da Espanha para a realização de obras previstas no estudo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, capital do estado da Paraíba**. 1988. Disponível em <dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988>. Acesso em: 20/01/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 13/05/2013.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 13/05/2013.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 05/02/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 20/08/2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 01/10/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6757.htm>. Acesso em: 30/09/2014.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto lei n. 8.544 de 03 de janeiro de 1946**. Eleva o padrão de vencimentos do cargos em comissão do Ministério da Agricultura. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103954>>. Acesso em: 24/12/2013.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto n. 22.928 de 12 de julho de 1933**. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32122>>. Acesso em: 06/06/2013.

CABRAL, Ana Karina P. **Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba**: o IPHAN, o IPHAEP e o Turismo Cultural. 3ER CONGRESO VIRTUAL DE TURISMO CULTURAL NAYA, 2005. Buenos Aires - Argentina. 2005. Disponível em <www.carlamaryoliveira.pro.br/artigo_ana_cabral.html>. Acesso em: 04/12/2013.

CARTA DE ATENAS, 1933. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CARTA DE BURRA, 1980. *In*: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CARTA DE FLORENÇA, 1981. *In*: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CARTA DE FORTALEZA. 1997. *In*: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CARTA DE LISBOA sobre a Reabilitação Urbana Integrada. *In*: 1º ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA. Lisboa, 21 a 27 de Outubro de 1995.

CARTA DE MACHU PICCHU, 1977. *In*: CURY, Isabelle **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987. *In*: CURY, Isabelle **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CARTA DE RESTAURO, 1972. *In*: CURY, Isabelle **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CARTA DE TURISMO CULTURAL, 1976. *In*: CURY, Isabelle **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CARTA DE VENEZA, 1964. *In*: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CARTA DE WASHINGTON, 1987. *In*: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CASTRIOTA B., Leonardo. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, políticas, instrumentos. Minas Gerais: Annablume Editora, 2010.

CAVALCANTE, Roberta Paiva. **Intervenções de Recuperação no Centro Histórico de João Pessoa**: Bairro do Varadouro. João Pessoa, 2009. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad.: Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: ENESP, 2006.

CONFERÊNCIA DE NARA, 1994. *In*: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart São Paulo Livraria Editora Ltda, 1979.

CORREIO DA PARAÍBA. “A vez de João Pessoa”; “Revitalização do Centro Histórico”. Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 08 de março de 1997.

COSTA, Ana Luiza Schuster da. **Perímetro de Proteção do Centro Histórico de João Pessoa: Três décadas de história**. João Pessoa, 2009. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

CPDCH. Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. **Centro Histórico de João Pessoa: Monumento Nacional**. Outubro de 2002, p. 108-109.

CPDCHJP. Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. **Documento de 01 de junho de 1988**, fruto da I Reunião de Avaliação Interna das Atividades do GAPLAN/ IDEME/ Projeto Nordeste, que foi elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa – CPDCHJP. Disponível na Biblioteca do IPHAN Superintendência da Paraíba. Acesso em: 01/10/2013.

CUNHA, Claudia Reis e. **RESTAURAÇÃO: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, São Paulo, 2010.

CUNHA, Maria Luísa S. Oliveira e. **A intervenção na cidade existente**. 2008. Disponível em: < <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/a-intervencao-na-cidade-existente.pdf>> Acesso em: 12/12/2013.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15661>>. Acesso em: 23/06/2013.

ENDRES, Ana Valéria. OLIVEIRA, Carla Mary S. MENEZES, Danielle Abrantes de. **Turismo no Centro Histórico de João Pessoa: revitalização, planejamento e não-lugar**. Revista Eletrônica de Turismo Cultural, 2º Semestre de 2007. Disponível em: < <http://www.eca.usp.br/turismocultural/carla.pdf>>. Acesso em: 10/12/2013.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. Operação Pelourinho: o que há de novo além das cores? In: ZANCHETTI, Sílvia; MARINHO, Geraldo; MILLET, Vera (Orgs.). **Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas**. Revalorização de Áreas Urbanas Centrais. Mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFPE. Projeto PNUD-SEPURB BRA 93/013, 1995, p. 46-51.

FONSECA, Maria Cecília L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUEDES, Rafaela Mabel S. **A Cidade Alta como paisagem: repensando a conservação do centro histórico de João Pessoa**. João Pessoa, 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. 2012.

GUEDES, Rafaela; LEÃO, Tharcila; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **O ponto com réis marcando a paisagem de João Pessoa – PB**. In: 1º COLÓQUIO IBERO AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO – DESAFIOS E PERSPECTIVAS. João Pessoa, agosto de 2010.

IPHAEP. **Parecer endereçado ao Escritório de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa**, em 05 de setembro de 1988. Disponível na Biblioteca do IPHAN da Superintendência da Paraíba. Acesso em 01 de outubro de 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938 – 2009)**. Ministério da Cultura /IPHAN/ CODOC/ COPEDOC/ DAF, 2009. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 28/10/2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Compromisso de Salvador**, 1971. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>. Acesso em: 01/11/2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Implementação de ações em áreas urbanas centrais e cidades históricas: manual de orientação**. Brasília-DF: IPHAN: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em: < www.capacidades.gov.br>. Acesso em: 28/10/2014.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades Históricas**. Ministério da Cultura; IPHAN. 2009. Disponível em: < www.iphan.gov.br>. Acesso em: 14/02/2014.

IPHAN. **Of. nº 103/1997-9ªCR/IPHAN/SP**. 1997. Disponível na Biblioteca do IPHAN Superintendência da Paraíba. Acesso em: 01 de outubro de 2013.

IPHAN/PB. **João Pessoa, o reconhecimento de uma antiga cidade**. São Paulo, agosto de 1988. Disponível na Biblioteca do IPHAN/PB, 2013. Acesso em: 01 de outubro de 2013.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 11.459, de 18 de junho de 2008**. Cria a Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais do Município de João Pessoa - PROBECH-JP, modificando dispositivos da lei nº 10.429, de 14 de fevereiro de 2005 e dá outras providências. Disponível em: < <http://leismunicipa.is/jrchi>>. Acesso em: 01/10/2014.

JORNAL DA PARAÍBA, 26 de janeiro de 2012.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEANDRO, Aldo Gomes. **O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade**. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

LEITE, Rogério Proença. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Revista Sociedade e Cultura**, v.8, nº2, Julho/Dezembro de 2005, p. 79-89.

LIMA, Evelyn F. W. **Preservação do Patrimônio**: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro. 2004. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=525>>. Acesso em: 15/10/2013.

MAGALHÃES, Sandra R C. **O Programa de Cidades Históricas**: a descentralização de uma Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA 4: sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador – Bahia, 14-17 de maio de 2013.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Quando a História vira espetáculo do poder. In: ZANCHETTI, Sílvia; MARINHO, Geraldo; MILLET, Vera (Orgs.) **Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas**. Revalorização de Áreas Urbanas Centrais. Mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFPE. Projeto PNUD – SEPURB BRA 93/013. 1995, p. 149-156.

MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975. In: CURY, Isabelle **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

MELO, Tadeu de Brito. **Do vazio urbano**: identificação e análise dos vazios urbanos do centro tombado de João Pessoa. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Arquitetura e Urbanismo, UFPB, 2009.

MILET, Vera. **A teimosia das pedras**: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/cdui/milton.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **Centros Históricos**. João Pessoa, 2012. Texto elaborado para uso na disciplina Intervenção em Áreas históricas do Curso de Arquitetura e urbanismo da UFPB.

MOVIMENTO CONVIVA, **O Espaço Público é de Todos**. Disponível em: <<http://www.movimentoconviva.com.br/>>. Acesso em: 15/01/14.

NORMAS DE QUITO, 1967. In: CURY, Isabelle. (Org.) **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

OFICINA ESCOLA DE JOÃO PESSOA, **Histórico de Oras - Coreto da Praça Venâncio Neiva**. 2014. Disponível em: <www.oficinaescolajp.org.br>. Acesso em: 30/09/14.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano. In: **Cadernos de CEOM**. Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências, p. 55-81; 2009.

PARAÍBA. **Decreto n.º 9.484 de 13 de maio de 1982**. Dispõe sobre a delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa e dá outras providências. Disponível em: <www.sudema.pb.gov.br/index.php?option=com_docman...>. Acesso em: 24/06/2014.

PARAÍBA. **Decreto nº 25.138, de 28 de junho de 2004**. Homologa a Deliberação nº 05/2004, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, aprova o Tombamento do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa, deste Estado, e dá outras providências. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/44313687/doespb-20-02-2005-pg-2>. Acesso em: 25/12/2013.

PEREGRINO, Miriane da Costa. SPHAN/ Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. **Revista Confluências Culturais**, 2012. Disponível em: <http://periodicos.univille.br/index.php/RCC/article/view/357>. Acesso em: 12/12/2013.

PISONI, Adriana. **O saber-fazer do turismo na revitalização de sítios históricos urbanos: um estudo das Praças da Alfândega e da Matriz na cidade de Porto Alegre/ RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR – UFRGS. 2006.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Iphan homologa nesta terça-feira o tombamento de João Pessoa**. Site oficial da PMJP, 01 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/iphan-homologa-nesta-terca-feira-o-tombamento-de-joao-pessoa/>>. Acesso em: 16/03/2014.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Memorial Descritivo da Praça Rio Branco: Restauração da Praça Rio Branco. Plano de Ação para Cidades Históricas - IPHAN em parceria com a Secretaria do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano**, 2009.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Plano Diretor de João Pessoa, 1992**. Estado da Paraíba. Prefeitura Municipal de João Pessoa. Secretaria do Planejamento. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/legislacao/plano-diretor-da-cidade/>>. Acesso em: 22/11/2013.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **PMJP inicia recuperação de praças em vários bairros, próxima semana.** Site oficial da PMJP, 03 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-inicia-recuperacao-de-pracas-em-varios-bairros-proxima-semana/>>. Acesso em: 16/03/2014.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **PMJP recupera anel da Lagoa, duas praças, viaduto e calçadas.** Site oficial da PMJP, 13 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-recupera-anel-da-lagoa-duas-pracas-viaduto-e-calçadas/>>. Acesso em: 16/03/2014.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Prefeitura acelera o ritmo para entregar obras até março.** Site oficial da PMJP, 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-acelera-o-ritmopara-entregar-obras-ate-marco/>>. Acesso em: 16/03/2014.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Prefeitura vai recuperar 40 praças em diversos bairros.** Site oficial da PMJP, 10 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-vai-recuperar-40-pracas-em-diversos-bairros/>>. Acesso em: 16/03/2014.

PRPDA. Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. 1988. Ministério da Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto de Cooperação Ibero-americano: Comissão Nacional do V Centenário Espanha. Disponível em: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Acesso em: 12/04/2014.

REBOUÇAS, Thaís de M. **O Programa Monumenta em Salvador:** do financiamento ao projeto. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2011. Disponível em <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4579/4448>>. Acesso em: 16/04/2014.

RECOMENDAÇÃO PARIS – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972. In: CURY, Isabelle **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

RECOMENDAÇÃO PARIS de Obras Públicas ou Privadas, 1968. In: CURY, Isabelle **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

RECOMENDAÇÕES DE NAIROBI, 1976. In: CURY, Isabelle **Cartas Patrimoniais**. 3 ed., IPHAN. 2000.

REVISTA PROJETO. **A cor do Centro Histórico de Lima.** nº 125, setembro de 1989, p. 128-132.

REVISTA PROJETO. **Carta de Veneza completa 25 anos.** Documento internacional em favor das cidades históricas; Concurso do Bexiga pode ser exemplo de intervenção. nº 127, novembro de 1989, p. 135; 150; 34.

REVISTA PROJETO. **Projeto começa a recuperar Centro Histórico de São Luiz.** nº 118, Janeiro-Fevereiro de 1989, p. 132-136.

REVISTA PROJETO. **Proposta de reurbanização para o centro de Jundiá.** nº 132, maio de 1990, Ópera Prima, p. 65.

REVISTA PROJETO. **Teatro Municipal de São Paulo.** Projeto vai recriar a história da cidade através das cores. nº 112, julho de 1988, p. 52-71.

REVISTA PROJETO. **Viana e a preservação do patrimônio cultural maranhense.** nº 113, Agosto de 1988. Jornal Projeto, p. 142.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos:** sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. Cultura e renovação urbana: a cidade mercadoria no espaço global. *In:* LIMA, Evelin Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira. **Espaço & Cidade. Conceitos e Leituras.** Rio de Janeiro, 7 Letras, 2004.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração:** a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. Salvador, 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. 2004.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento:** a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937 – 1990). Salvador, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. 1995.

SANTIAGO, Emerson. **Constituição de 1988.** Disponível em <
<http://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/>>. Acesso em: 24/03/2014.

SARMENTO, Bruna Ramalho; CUNHA, Iara Batista da; MOURA FILHA, Maria Berthilde; AZEVEDO, Maria Helena de Andrade. **As construções e desconstruções do Ponto de Cem Réis na cidade de João Pessoa – PB.** *In:* I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MORTE E VIDA DOS CENTROS URBANOS. João Pessoa, 30 de maio a 2 de junho de 2010.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuh C. **Revitalização Urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002).** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004.

SHIONARA, Akene; MELO, Tadeu de Brito. **Centro Histórico de João Pessoa:** tombamento, restauração, “revitalização” e reinserção do uso habitacional. *In:* XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS – Crises, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças. Espaços de diálogos e Práticas. Porto Alegre, de 25 a 31 de julho de 2010.

SILVA, Anne Camila C. **(Aparente) Morte, (Aparente) Vida:** Um estudo sobre intervenções em praças do Centro Histórico de João Pessoa/ PB. João Pessoa, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Arquitetura e Urbanismo – UFPB, 2012.

SILVA, Anne Camila C.; GOUVEIA, Jacqueline de Araújo. **Avaliação Pós-Ocupação da Praça Vidal de Negreiros.** 2010. Estágio Supervisionado (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2010.

SPHAN. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Pró-Memória. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória.** Nº. 31. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1980.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos:** objetivos, estratégias e resultados. Objetivos, estratégias e resultados. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

VASCONCELLOS, Lelia; MELO, Maria Cristina. RE: atrás de, depois de... *In:* VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos.** Objetivos, estratégias e resultados. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

VIDAL, Wylinna Carlos Lima. **Transformações urbanas:** a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) João Pessoa: UFPB, 2004.

ZÁRATE, Diana; MOREIRA, Fernando. Conservação da autenticidade em centros históricos: um estudo sobre o Polo Alfândega no Recife. *In:* **Textos para discussão.** Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). Volume 48. Ano: 2010.